

Proc. nº	1175/103
Fls.	07
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

7

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA
TERRA INDÍGENA PORQUINHOS DOS CANELA-APÂNJEKRA**

Índice

Introdução

Número e data da portaria constituinte do Grupo Técnico 3
 Normas e conceitos empregados
 Fontes utilizadas neste relatório e trabalhos de campo do Grupo Técnico
 Participação dos Apãnjekra no processo de Identificação e Delimitação

I – Dados gerais

Origem e língua 5
 Situação atual
 Assistência
 Agências de contato
 Histórico do contato
 Contexto da demarcação de 1979

II – Habitação permanente

Aldeia Porquinhos..... 44
 Memória da história de ocupação

III – Atividades produtivas

Modo de vida e economia 56
 Extrativismo
 Atividades de caça
 Atividades de pesca
 Agricultura
 Cultura material e as atividades de artesanato
 Relação com sociedade envolvente
 Projetos de desenvolvimento
 Parque Estadual do Mirador
 Intercâmbio sócio-econômico com outros grupos
 As áreas utilizadas para atividades econômicas

IV – Meio ambiente

Principais ameaças sobre os ecossistemas da região 73
 Classificação e uso dos recursos naturais
 Os principais ambientes naturais
 Conhecimento tradicional e manejo do bioma cerrado
 Processamento de espécies do cerrado
 Segurança alimentar

[assinatura] 2

Proc. nº	11751038
Fls.	08
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Áreas a serem protegidas e preservadas

V – Reprodução física e cultural

Organização social e território	80
A aldeia	
O sistema ritual	
Demografia e distribuição espacial	
Aliança política, parentesco e território entre os descendentes dos Kencatejê da aldeia	
Chinela e os Apãnjekra	
Histórico da população	
Estado de higidez do grupo	
Áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Canela-Apãnjekra	

VI – Levantamento fundiário

Levantamento e problemas enfrentados	95
Recomendações para encaminhamentos	

VII – Conclusão e delimitação: proposta de identificação e delimitação da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra

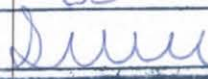
Norte	97
Sul	
Leste	
Oeste	
Atividades produtivas	
Reprodução física e cultural	
Meio ambiente	

Bibliografia	102
---------------------------	-----

Anexos	105
---------------------	-----

1. Versão do mito de Catxekwy
2. Genealogias dos descendentes dos Kencatejê em Porquinhos
3. Mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú
4. Mapas elaborados pelos Apãnjekra aproximadamente em 1975
5. Mapa com proposta de unificação das terras Canela, feita pela Funai
6. Imagem de satélite da área Apãnjekra
7. Mapa de uso da área Apãnjekra (roças, extrativismo, caça e pesca)
8. Relação de aldeamentos Canela
9. Mapa de ocupação tradicional dos Apãnjekra (aldeamentos e pontos de passagem)
10. Relação de ocupantes não-índios
11. Portarias de designação do GT
12. Memorial descritivo e mapa de delimitação da TI Porquinhos dos Canela-Apãnjekra
13. Fotos dos Apãnjekra da aldeia Porquinhos durante trabalho do GT

[assinatura]

Proc. nº	1175/03
Fls.	09
Rubrica	

Introdução

Número e data da portaria constituinte do Grupo Técnico

O presente Relatório de Estudo de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra, localizada nos municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda, estado do Maranhão, teve sua execução determinada por meio da Portaria nº 1122/PRES de 30 de outubro de 2000, da Presidência da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, conforme o artigo 231 da Constituição Federal, de acordo com o artigo 21, item VII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 08 de junho de 1992, em conformidade com o Decreto nº 1775, de 08 de janeiro de 1996 e balizado pela Portaria MJ n. 14 de 09 de janeiro de 1996. Os trabalhos tiveram ainda continuidade em final de 2001, através da Portaria n. 753/PRES de 19 de setembro de 2001.

Normas e conceitos empregados para a elaboração no relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra

A metodologia aplicada para coleta e análise dos dados teve como balizador teórico-prático o documento “Procedimentos para a identificação de terras indígenas – Manual do antropólogo-coordenador” do Programa Integrado de Proteção às Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL / PPG7; versão de outubro de 1997.

Os trabalhos tiveram então continuidade junto aos Canela Apãnjekra da aldeia Porquinhos (T.I. Porquinhos) por meio das seguintes estratégias:

- Reuniões com a comunidade;
- Excursões aos limites propostos;
- Excursão a áreas de caça, pesca, roça, unidades de paisagem, locais de acampamentos e antigos aldeamentos;
- Entrevistas.

Fontes utilizadas neste relatório e trabalhos de campo do Grupo Técnico

O trabalho de campo do antropólogo foi realizado na *Terra Indígena Porquinhos – Canela Apãnjekra*, para a coleta de dados no período de 06 de novembro a 20 de dezembro de 2000 e de 06 a 11 de novembro de 2001.

Neste mesmo período foram realizadas duas visitas a Terra Indígena Canela Escalvado – Ramkocamekra, tendo sido frustrado o levantamento, pela decisão de suas lideranças em adiar por tempo indeterminado a realização deste estudo de delimitação em sua área.

Primeiramente foi realizada uma reunião na Administração Regional de Barra do Corda para apresentação de toda a equipe. A FUNAI forneceu o apoio para os serviços administrativos necessários a execução do GT. Em seguida foram iniciadas visitas as Terras Indígenas Porquinhos e Canela respectivamente, quando foram apresentados os componentes do GT e demonstrados os objetivos e estratégias para realização dos trabalhos.

O conhecimento anterior consolidado por antropólogo e ambientalista junto à comunidade Apãnjekra facilitou muito o desenvolvimento dos trabalhos do GT na Terra Indígena Porquinhos.



As principais fontes utilizadas para a elaboração deste relatório foram a história oral dos Apãnjekra, as fontes históricas escritas e os trabalhos etnográficos realizados sobre os Timbira e os Canela em especial.

Incursoes às áreas de uso e ocupação tradicional

Alguns dias após nossa chegada, depois de discutirmos exaustivamente os limites da área, organizamos nossas expedições, responsáveis por marcar os principais pontos da área de ocupação tradicional do grupo.

As expedições foram organizadas em duas etapas:

- A primeira partindo para o sul em direção ao rio Alpercatas, circulando pelo sudoeste da área e retornando paralelamente ao riacho Enjeitado;
- A segunda partindo em direção à sudeste até o rio Alpercatas, retornando pela fronteira com os Ramkokamekra e marcando os pontos a nordeste da área.

Foram realizados inúmeros deslocamentos de observação as mais diversas unidades de paisagem e aldeamentos antigos, desde a chegada à aldeia, seja durante as incursões previamente planejadas, seja durante o transporte das lideranças dos acampamentos de roça para Porquinhos; ou durante a coleta de palhas para cobertura das casas, pescarias, coletas de alimentos na roça e demais atividades do cotidiano. Nestas ações o apoio e acompanhamento de Moisés Itxenk, Felipinho, o então cacique Osmar, o finado Pedro Shimit e tantos outros foi fundamental.

Entrevistas

A coleta de dados se deu principalmente em entrevistas na aldeia e em caminhadas, guiadas à ecossistemas chave e unidades de paisagem, bem como pontos de ocupação tradicional. Os informantes foram previamente escolhidos pela comunidade.

Participação dos Apanjekra no processo de Identificação e Delimitação

Reuniões com a comunidade e acompanhamento do trabalho de campo

A redefinição de suas terras é uma antiga reivindicação dos Apãnjêkra, pois a demarcação da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra foi finalizada em 1979, mas suas demandas não foram atendidas. Com a chegada dos membros do GT, este passou a ser o assunto principal no pátio, nas casas e em todos os lugares. Na chegada da equipe, a comunidade encontrava-se dispersa nas roças e em outras atividades, a primeira ação foi reuni-la. Após os primeiros dias nos reunimos no pátio varias vezes levantando informações, discutindo o trabalho, áreas de uso e ocupação. Inúmeras lideranças se participaram na discussão dos limites e foram escolhidos vários responsáveis pelo acompanhamento e orientação da equipe. A maioria havia participado da equivocada demarcação em 1977. Entre velhos e crianças, homens e mulheres, todos participaram do processo. Foram definidas várias equipes de representantes Apãnjekra, que acompanharam as incursões do antropólogo e ambientalista, para a identificação e delimitação de limites da área.

Proc. nº	1175103
Fls.	11 11
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

I – Dados gerais

Origem e língua

Os Canela estão localizados no centro do estado do Maranhão, na parte meridional do município de Barra do Corda. Falam um dialeto pertencente à família lingüística Ge e são considerados um dos grupos dos chamados Timbira Orientais; os outros são os Krahô, Gavião-Pykobjê e Krikati. Habitaram ao norte e a leste do rio Tocantins, espalhando-se por toda a bacia do Gurupi, do baixo e médio Pindaré, do baixo Grajaú e do baixo Mearim. Os Timbira Orientais são grupos com mais de cento e cinquenta anos de contato com a sociedade nacional.

Habitantes tradicionais de uma região de cerrado entre o sul do estado do Maranhão e o norte do estado do Tocantins, a nação Timbira soma uma população total de aproximadamente 5.000 índios, aproximadamente, distribuída em mais de 30 aldeias. Seus territórios são descontínuos, formam pequenas ilhas de 50 a 150 mil hectares cercadas por pequenas fazendas de criação de gado, em uma região onde a luta pela posse da terra é violenta.

Os vários grupos Timbira se reconhecem uns aos outros como parentes e membros de um mesmo povo, sendo para eles o sinal visível do parentesco o fato de todos os indivíduos cortarem o cabelo da mesma maneira, usarem grandes discos distendendo o lóbulo das orelhas, disporem as casas da aldeia em círculo e possuírem, como esporte predileto, a corrida de toras. Foram bem conhecidos na literatura antropológica os Canela-Ramkokamekra, em particular pela monografia de Curt Nimuendaju (1946) que esteve cerca de 15 meses com esse grupo entre 1929 e 1936. A semelhança da organização social deste grupo com os demais permitiu a generalização da descrição para todos, indicando o autor as variantes que por acaso ocorressem.

Esses grupos possuem uma organização social complexa e os indivíduos pertencem a uma grande quantidade de associações, além da família e das classes de idade: sociedades da estação festiva, metades de terreiro, metades da estação chuvosa, etc.. Vale destacar um desses pares de metades, aquele constituído pela oposição *Katamyê/Wakmenyê*.

“Homens e mulheres se afiliam a essas metades segundo os nomes pessoais de que sejam portadores. A primeira delas está associada ao ocidente, à periferia da aldeia, ao norte, à estação chuvosa, aos adornos de folhas verde-escuro, à pintura corporal com traços horizontais; a ela pertencem os dois “prefeitos” que administram a aldeia durante a estação chuvosa. A segunda se liga ao oriente, à praça da aldeia, ao dia, à estação seca, aos adornos de folhas verde-claro, à pintura corporal de traços verticais.” (Mellati, 103:1981)

A execução do cerimonial constitui sua preocupação máxima: *“...o cerimonial é da maior importância, absorvendo grande parte do tempo e da energia dos indivíduos. Ao mesmo tempo é tão predominantemente secular que considerá-lo como parte de uma religião é violentar os fatos.”* (Nimuendaju, 12:1946)

Através do cerimonial, compreendemos como são fortes os laços que prendem os indivíduos aos diferentes grupos e associações; o lugar deles durante a festa não é marcado pelo fato de pertencerem a determinada família ou terem certo status na hierarquia tribal, e sim pelo fato de pertencerem a uma determinada associação – a dos Jaguar, dos Agutí, dos

[assinatura]

Proc. nº	9175103
Fls.	12
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Mascarados, dos Falcões, etc.. Ninguém pode se furtar, sob nenhum pretexto, de participar das diferentes fases de uma festa; brigas e ressentimentos devem ser postos inteiramente de lado para que os inimigos de ontem possam hoje concorrer ao cerimonial em vias de desenvolvimento.

Se os laços grupais são assim apertados, os laços familiares – especialmente os da família grande – não o são menos, a ponto da maior afronta entre os Timbira consistir em dizer a alguém, abertamente, que “não tem parentes”. Tais laços dão ao indivíduo sentimentos de segurança e de proteção, pois é à família grande que incumbe à defesa de seus membros dentro do grupo, cabendo a ela também indenização todas as vezes que uma falta ou um crime é cometido contra eles. Durante disputas é, pois, freqüente um indivíduo ameaçar a outro dizendo: “Olhe que minha família é muito numerosa...”

Estas são sociedades que conseguiram manter uma autonomia política frente ao Estado brasileiro. Consideradas como “sociedades de festa”, mantêm um grande número de seus rituais que marcam o tempo, regulam a vida social e a harmonia com o universo. Trata-se de uma sociedade de caçadores e coletores que conseguiram manter sua língua e uma organização social própria.

Segundo Nimuendaju, havia uma evidente correlação entre a forte coesão interior e a vida de lutas dos grupos Timbira uns com os outros. Estavam em constante pé de guerra; os Kreyé de Bacabal, em reencontros sangrentos contra os Ramkokamekra e Cakamekra; os Kreyé de Cajuapára, inimigos dos Krikati; os Pykobjê, conhecidos por sua ferocidade; os Gavião, hostis a todos os grupos habitando em suas redondezas; os Krahô em suas lutas com os vizinhos; os Apãnjekra em guerra contra os Ramkokamekra e assim por diante. Não poderiam pois, permitir estes diversos grupos que no seu interior ocorressem disputas graves, pois um grupo internamente minado por ressentimentos não pode opor frente coesa ao ataque inimigo. A colonização portuguesa parece pouco ter alterado este estado de coisas devido ao aspecto de luta de que se revestiu contra os Ge; apenas aumentou o número de adversários dos povos Timbira, que atualmente não combatem somente entre si, porém também contra os caboclos da região.

Este estado de luta se relaciona, por sua vez, com o tipo de território ocupado por este povo. Planícies semi-áridas e capoeiras formam a maior parte das terras Timbira. As florestas, de significado econômico importante para esses índios, pois oferecem, além do único tipo de solo adequado à sua agricultura, os frutos indispensáveis de buriti e de babaçu, assim como a caça; são encontradas em pequena ocorrência ao longo dos ribeirões maiores e dos rios. Os grupos lutavam portanto entre si pela conquista ou pela defesa desses territórios, que asseguram os bem-estar dos indivíduos.

A cultura Timbira apresenta então, dois aspectos diversos conforme a encararmos pelas relações intra-grupais, ou pelas relações inter-tribais. Enquanto as relações dentro do grupo são dominadas pela preocupação constante de garantir a paz e a harmonia internas, evitando toda a disputa e toda a rivalidade, as relações dos grupos uns com os outros se caracterizavam pela hostilidade e disputa permanentes.

Melatti, ao falar de pólos de articulação indígena e ao criticar a rigidez dos critérios adotados por Galvão para a definição das chamadas “áreas culturais”, cita o exemplo dos Canela, incluídos na área cultural Tocantins-Xingu:

Proc. nº	1175103
Fls.	13
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

“Muito provavelmente, os atuais Canela nunca viram um Bororo, mas tem contatos frequentes com os Guajajara, que, não obstante, foram incluídos em outra área cultural: a Pindaré-Gurupi. Certamente, os Canela têm maior semelhança cultural com os Bororo, inclusive lingüística (o que ainda não se sabia quando Galvão escreveu seu trabalho), pois uns e outros pertencem ao tronco Macro-Jê, enquanto os Guajajara são do tronco Tupi. As semelhanças entre os Bororo e os Canela, apesar das quinze centenas de quilômetros que os separam, se devem provavelmente à adaptação ao cerrado, ao contato com segmentos da sociedade nacional interessados na mesma atividades econômica, a pecuária, mas sobretudo a uma possível origem comum. Num tempo bastante remoto os ancestrais dos Bororo teriam tido relações diretas com os ancestrais dos Canela, o que não acontece com os Canela e os Bororo de hoje. Os Bororo vivem em Mato Grosso, enquanto os Guajajara, no Maranhão. As relações entre esses dois últimos grupos parecem ser hoje bastante assíduas e já ocorriam desde o início deste século, apesar de não serem francamente hostis. Diz-nos Curt Nimuendaju (...), que os Canela forneceram quarenta homens para integrar as tropas que foram combater os Guajajara revoltados em 1901. Conta-nos também que, em 1931, os Guajajara fizeram sua primeira visita aos Canela, os quais elevaram um jovem dos visitantes à dignidade de “chefe honorário”, isto é, uma espécie de representante diplomático.(...) Acredito que a melhor solução não é discutir se os Canela devem continuar na área cultural Tocantins-Xingu ou serem arrolados na Pindaré-Gurupi, mas sim levar em consideração suas relações atuais tanto com tribos da primeira como da segunda área. Ao falar de relações atuais não estou me referindo a semelhanças culturais entre os grupos tribais, que é o critério a que Galvão dá o maior peso, mas sim a relações entre os membros dessas sociedades. (...) ao invés de se perguntar com quem se parecem os Canela, será melhor indagar: quem participa do mundo dos Canela?” (Melatti, 22-24: 1979)

Situação atual

Assistência

Os Canela têm recebido assistência na área de educação, para remuneração e formação de professores e acompanhamento das escolas indígenas, através do GDS – Gerência de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. As atividades de capacitação são desenvolvidas em parceria com ONGs no estado do Maranhão, como o CIMI e o CTI. A aldeia conta com professores índios e não-índios.

A assistência à saúde é realizada pela FUNASA através dos municípios e em geral funciona precariamente. Essa situação motivou recentemente uma divisão da administração regional, separando o atendimento dos Guajajara dos Canela. A aldeia conta com agentes de saúde indígenas e uma enfermeira não-índia que passa a maior parte do tempo na aldeia, recebendo visitas esporádicas de uma equipe médica. Existe um pólo-base da FUNASA para atendimento aos índios em Barra do Corda. A maior incidência de problemas de saúde são diarreia, verminoses, problemas respiratórios e problemas dermatológicos.

[assinatura]

Proc. nº	1175123
Fls.	14
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Agências de contato

A FUNAI mantém um posto na aldeia Porquinhos desde os anos 40, cujo atual chefe é Gessé Canela. O PI possui boa infraestrutura e equipamento de radio-comunicação, através do qual mantêm contato diário com a AER de Barra do Corda e outros postos indígenas da região.

Existe também na aldeia uma casa construída por missionários da Missão Novas Tribos no Brasil, que desenvolveram atividades na aldeia por poucos anos, mas já foram expulsos há algum tempo. A casa está sendo ocupada atualmente com freezers e material para o trabalho de pré-beneficiamento de frutos nativos do cerrado, com apoio do Projeto Frutos do Cerrado. Frequentemente, os missionários falam em voltar para trabalhar na aldeia, mas ainda não houve consenso na comunidade para aceitá-los de volta.

Inexistem o trabalho de ONGs junto aos Canela, exceto o CTI – Centro de Trabalho Indigenista, que trabalha com eles há vários anos, desenvolvendo atualmente atividades de acompanhamento da educação indígena, monitoramento da situação fundiária, disseminação de técnicas de manejo agroflorestal e coleta e pré-beneficiamento de frutos para geração de renda.

HISTÓRICO DO CONTATO

Ao contrário do que ocorreu em relação a alguns grupos indígenas no período pré-colonial, e no início da colonização do Brasil – especialmente aqueles situados na costa litorânea, os quais foram amplamente descritos por diferentes cronistas e documentados por outros agentes coloniais – os grupos interioranos, em particular aqueles que de maneira imprecisa eram classificados como “tapuias” ficaram, em sua maior parte, desconhecidos durante os primeiros séculos da colonização. Apenas no final desse período, na virada do século XVIII para o XIX, alguns desses grupos passaram a ser melhor documentados, especialmente em função do interesse da administração colonial e das frentes expansionistas na sua neutralização. Assim, os Aimorés, ou Botocudos do vale do Rio Doce, e os Timbira dos cerrados do sul do Maranhão e norte de Goiás constituem alguns dos exemplos de grupos “tapuia” descritos e comentados nos momentos iniciais da sua “conquista”.

Diante dessa limitação, uma das poucas fontes disponíveis sobre a sociedade e cultura dos grupos Timbira, bem como sobre o processo inicial das guerras de conquista que levaram à sua dominação pelos agentes da sociedade colonial, são os escritos do Major Francisco de Paula Ribeiro, que trabalhou como comandante de expedições e de destacamentos de milícias sediados nas povoações pioneiras da expansão luso-brasileira sobre o território Timbira. Esse oficial português, a despeito da sua inserção na luta colonial, foi o cronista que observou e interpretou com grande isenção muitos aspectos dessa sociedade, bem como por muitas vezes demonstrou sua indignação diante dos métodos de ação das bandeiras e dos moradores das vilas e povoações em relação aos Timbira. Em outros momentos, ao contrário, pesou mais a sua ideologia colonialista, quando defendeu a adoção de medidas radicais, em relação a alguns grupos Timbira, como a sua extinção total, para poupar os moradores dos ataques desses grupos e liberar suas terras para a ocupação pelas fazendas de criação e da grande lavoura (Ribeiro, 1848: 77).

[assinatura]

Os grupos Timbira que ocupavam a bacia do Alpercatas e alto e médio Itapecuru (Ramcokamekra, Apãnjêkra, Xâcamekra e Kencatejê – as chamadas nações “Canela” – iniciaram contatos pacíficos com os colonizadores em épocas e de modos diferentes.

As Frentes de Expansão no Maranhão Colonial

A ocupação econômica e social da região de cerrados que constituiu o território tradicional dos grupos Timbira no Maranhão resultou da ação de diferentes frentes expansionistas que se desenvolveram, respectivamente, a partir de meados do século XVII, e entre a segunda metade do séc. XVIII e a primeira metade do séc. XIX. De um lado, uma frente agrícola, que partindo do litoral do Maranhão e tendo São Luis como centro irradiador, ocupou os vales dos rios centrais desta Capitania, especialmente o Rio Itapecuru, e teve como limite as terras situadas entre a então vila de Caxias e o distrito de Pastos Bons.

Essa frente de ocupação iniciada ainda nos princípios da colonização do Maranhão intensificou-se como o desenvolvimento da economia agro-exportadora de algodão na segunda metade do séc. XVIII, durante o “período pombalino”, quando foi impulsionada pela crise da oferta de algodão no mercado europeu decorrente, especialmente, do processo de independência dos Estados Unidos, o que determinaria o caráter temporário dessa economia no Brasil.

De outro lado, mais ao sul, uma vasta região de campos e cerrados foi ocupada por agentes da frente pastoril tradicional nordestina, especialmente pela sua vertente baiana, a qual expandia-se lentamente, desde o século anterior, do vale do Rio São Francisco em direção à açucareira nordestina de caráter exportador tendo Pernambuco e Bahia como seus centros de irradiação e mercados exclusivos. Fornecendo carne, couro e tração animal às grandes lavouras açucareiras, a atividade pastoril desenvolvida inicialmente próxima ao litoral nordestino foi, gradativamente, se interiorizando pelos sertões do Rio São Francisco constituindo-se, então, como frente de expansão. Seu princípio de funcionamento extremamente simples, onde poucos vaqueiros e um rebanho alimentado pelo capim nativo seriam suficientes para ocupar várias léguas de terra tornava a expansão da atividade pastoril dependente, apenas, das terras a serem conquistadas aos índios (Velho, 1981:22).

Existe uma controvérsia entre os pesquisadores em relação ao processo de ocupação do sul do Maranhão. Alguns afirmam a total independência entre o movimento de ocupação deflagrado pela frente pastoril tradicional, e aquele que ocorria simultaneamente nos vales dos grandes rios, especialmente no Rio Itapecuru: enquanto esse movimento seria relacionado exclusivamente à economia exportadora de algodão vigente no final do séc. XVIII, a frente pastoril manteria nos seus momentos iniciais vínculos exclusivos com a economia açucareira de Pernambuco e Bahia (Cabral, 1992:20).

Outros afirmam a interdependência entre os dois movimentos povoadores: enquanto a frente agrícola requeria o gado produzido pela frente pastoril para a alimentação de colonos e escravos, e como força de tração nos engenhos, a área pastoril necessitava de produtos importados – tecidos, ferramentas, bebidas, sal, etc – vindos da área litorânea e disponíveis nos mercados locais dos núcleos estabelecidos nos limites da frente agrícola (Melatti, 1967:23).

[assinatura]

Pr	1175103
F	06
Ruorica	<i>[Handwritten Signature]</i>

FUNAI
Programa Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia
Legal - PPTAL

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da
Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra

Grupo Técnico Estabelecido pelas Portarias 1122/PRES de 30 de outubro de 2000 e
753/PRES de 19 de setembro de 2001

Componentes:

Antropólogo coordenador: Jaime Garcia Siqueira
Eng. Agrônomo colaborador: Augusto Marcos de Oliveira Santiago
Técnico em agropecuária: Almir Cardoso de Oliveira
Técnico em agropecuária: Raimundo Martins Franco
Eng. Agrônomo: Edmilson Feliciano Rodrigues
Técnico Agrimensor: Francisco Belizário de Araújo
Eng. Agrimensor: Marcelo M. Elias de Almeida

Brasília (DF), maio de 2003

[Handwritten Signature]

Prr. nº	1175103
Fl	16
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

46

Uma terceira explicação sugere que o caráter subsidiário da frente pastoril em relação à economia açucareira exportadora no Nordeste se estancaria, com a decadência dos engenhos nordestinos transformando-se, então, em atividades de subsistência. Velho aponta um movimento de “involução e marginalização”, que seria a contrapartida de uma maior independência da atividade pastoril em relação à economia açucareira das “plantations” nordestinas (Velho, 1981:23).

Ao longo deste capítulo discorrerei sobre o processo de ocupação do tradicional território timbira realizado inicialmente pôr esses dois movimentos de ocupação econômica e social, os quais aliados aos interesses econômicos e às ações da administração colonial desencadearam a dominação de diferentes grupos timbira, e com isso a incorporação desses territórios à sociedade e economia coloniais.

Devassa e Ocupação Inicial do Vale do Itapecuru

As primeiras incursões ao vale do Rio Itapecuru por europeus foram realizadas antes mesmo do início da colonização deflagrada pelos portugueses. Atribui-se aos franceses ligados a La Ravardiére instalados na Ilha de São Luís em 1612, as primeiras expedições exploratórias a esse rio, motivadas ainda, pelos propósitos de escambo junto a grupos indígenas.

O Itapecuru foi, inicialmente, o rio mais cobiçado pelos colonos e transformou-se, rapidamente, na principal via de penetração ao interior da Capitania, uma vez que de grande extensão, banhava vales férteis e teria boas condições de navegabilidade proporcionando acesso aos “sertões” do Maranhão, e a outras capitanias, especialmente as do Piauí, Goiás e Bahia. Esses fatores torram sua conquista uma prioridade da administração colonial.

Os primeiros núcleos de povoamento português no Maranhão foram estabelecidos a partir de antigas aldeias indígenas, ou de aldeamentos implantados pelos jesuítas. Alcântara (1648), Aldeias do Maracu, (Viana, 1655), ainda no século XVII; e Rosário (1716), Aldeias Altas (Caxias, 1741), Guimarães (1755) e Itapecuru (1768), já no século XVIII constituíram alguns desses núcleos, em torno dos quais se organizou a exploração colonial no Maranhão tendo como força-de-trabalho índios escravizados, capturados através das expedições de “descimento” e “resgate”.

A continuidade dessas expedições punitivas, e a conseqüente escravização e desarticulação étnica de muitos grupos indígenas, garantiu a interiorização da colonização portuguesa pelo Itapecuru. No último quartel do século XVII, o sertanista João Velho do Vale, a mando do Governador Gomes de Andrade, teria feito o reconhecimento dos rios Itapecuru, Mearim e Munim mantendo, para isso, duradouros contatos com vários grupos indígenas, e estabelecendo as bases de sua sujeição. Posteriormente, esse sertanista teria realizado a abertura de uma estradas entre a Capital do Maranhão e a Bahia favorecendo, ainda mais, o tráfico de índios escravizados desta para aquela Capitania.

Nas últimas décadas do século XVII, o interesse pela ocupação do Itapecuru tornou-se tal, que o Estado português ordenou a mobilização de forças de outras capitanias, e até do Estado do Brasil para dar combate aos índios do Itapecuru, Mearim e Munim. Nesse sentido, várias cartas régias foram dirigidas ao Governo do Maranhão, o qual chegou a contratar serviços de um bandeirante paulista para a redução desses índios. A própria Casa da Torre, um dos potentados baianos, detentora de direitos de exploração de grandes extensões de terra que se estendiam além do rio Parnaíba, foi autorizada a participar das

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	17
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

“guerras justas” no Maranhão. Em 1691, Francisco Dias D’Ávila, teria sido incumbido de *dirigir caça aos bárbaros confederados no Itapecuru e Mearim*, trabalho que teria apressado a morte, ainda jovem, desse devassador de índio.

Situada em local estratégico, Aldeias Altas tornou-se logo uma passagem obrigatória para o Piauí e Bahia, e ainda, para os “sertões de Pastos Bons”, então limite da ocupação colonial pelo território Timbira, operado pela frente pastoril nordestina, que avançava rumo ao Tocantins.

A Conquista do Mearim, Pindaré e Munim

A exploração do rio Mearim foi iniciada pelos franceses em princípio do século XVII, quando realizaram expedições similares aos “descimentos” portugueses, trazendo para sua feitoria em São Luis, índios Tabajara que ali viviam. Havia explorado ainda, o Grajaú, no qual teriam atingido as cabeceiras estabelecendo, assim, contato com o território timbira.

Considerado por Berredo como o “*Príncipe soberano de todos os rios da Capitania do Maranhão*”, e cortando terras muito férteis, o Mearim, a partir do século XVIII, abrigou um grande número de fazendas agrícolas e engenhos que foram implantados nas suas margens, além de muitas fazendas de criação de gado vacum. Habitado tradicionalmente por um grande número de grupos indígenas, de diferentes tradições culturais, a conquista do Mearim foi precedida por declarações de guerra justa” contra os *Gamella*, e posteriormente, contra vários grupos timbira que habitavam seu baixo e médio curso.

As expedições conta os *Gamella* no Mearim revelaram-se infrutíferas, até o início do século XIX. O mesmo ocorria em relação aos Timbira *Cramzé* e *Pobzé*, que habitavam as matas no seu curso, e os quais seriam posteriormente “reduzidos” na Colônia Leopoldina. O próprio Berredo, quando governador do Maranhão, teria participado de uma “entrada” contra índios no Mearim, “*para fazer a guerra mais de perto ao gentio do curso*” (Berredo, 1988:33).

Os Timbira e as frentes de conquistas e colonização do sul do Maranhão

Derrotados os últimos grupos Jê que ainda ofereciam resistência a expansão dos rebanhos nos limites setentrionais do Piauí, a frente pastoril piauiense investiria a partir daí sobre os Vastos campos do centro sul maranhense - ocupado por grupos Timbira e Akwê.

A penetração pelas frentes de conquista “neo-brasileiras” deu-se simultaneamente por três vias, cada uma delas buscando alvos econômicos diversos (Nimuendajú, 1946; 6): a primeira utilizando os cursos do Tocantins a partir de Belém e de Goiás, visava a preação de índios; a Segunda, utilizando os cursos do Itapecuru e Mearim desde São Luís, procurava a ocupação agrícola de seus vales enquanto prolongamento e diversificação da agricultura praticada na costa maranhense; a terceira, produto de expansão das fazendas de gado do Piauí, atingiu o alto Itapecurú em meados do século XVIII conquistando todo o sul do Maranhão.

[assinatura]

Proc. nº	11751/23
Fls.	18
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

A primeira delas - via Tocantins - somente terá alguma significação para os Timbira nas primeiras décadas do século XIX com a fundação, às margens daquele rio, dos núcleos de São Pedro de Alcântara e Três Barras (nas proximidades da atual Carolina) e, pouco mais tarde, do de Boa Vista (atual Tocantinópolis). Estes núcleos foram estabelecidos para servirem de entrepostos comerciais entre o interior pastoril do Maranhão e a cidade de Belém e sul de Goiás. Dois deles (São Pedro e Boa Vista) só puderam se sustentar em função da ligação que estabeleceram com a frente pastoril, que anos antes, já havia ocupado grande parte do sul do Maranhão.

Apesar de liberado durante a navegação em 1782, o Tocantins continuaria sendo pouco utilizado como rota de ligação entre o norte e o sul, devido ao pouco interesse comercial da região e aos riscos que apresentavam as "correrias" perpetradas pelos Apinajé nas proximidades da desembocadura do Araguaia. Para enfrentar este último obstáculo o governo do Pará estabeleceu, em 1770, o posto militar de Alcobaça (atual Tucuruí); pelo mesmo motivo, o governo do Goiás fundou em 1797 o posto militar de São João das Duas Barras, na boca do Araguaia. Anos antes da fundação deste posto, o cabo Thomas de Sousa Vila Real havia navegado o Tocantins de Belém a Goiás estabelecendo contato pacífico com alguns Apinajé e Carajá. Até o início do século XIX a penetração do território Timbira através do curso do Tocantins não havia produzido outras consequências além destes contatos esporádicos com os Apinajé.

O avanço da frente pastoril piauiense sobre o território Timbira foi mais rápido do que a frente agrícola que penetrava o Itapecurú, apesar desta colonização ser mais antiga. Desde o início do século XVI os portugueses vinham explorando o Itapecurú, submetendo e escravizando grupos Tupi que ocupavam seu baixo curso. Neste período os Jesuítas estabeleceram três aldeamentos ao longo do rio. Mas a dificuldade de navegação em seus cursos médio e alto não permitiu a exploração do Itapecurú além do antigo aldeamento de Aldeia Altas (atual Caxias). Esta vila viria a ser (até 1760) o ponto mais avançado da expansão neo-brasileira na região (Marques 1879: 1970, 186).

Este quadro se modificará a partir de 1775. Com a criação da "Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará" as atividades agrícolas na província do Maranhão ganharam novo impulso. Favorecida por condições excepcionais que prevaleciam no mercado externo (a revolução industrial na Europa, fazendo crescer a demanda do algodão; a guerra de independência das colônias inglesas da América, maiores produtores mundiais, interrompendo a exportação do produto para a Europa) a expansão da cultura do algodão (e mais tarde do arroz da "Carolina") deu um grande salto nos últimos anos do século XVIII: enquanto em 1760 eram exportados 651 arrobas, em 1770 esta cifra subiria para 15.000 para chegar a perto de 50.000 arrobas em 1783 (Marques, op.: 78). Esta expansão exigiu e continuaria a exigir novas áreas de cultivo e colonização. Se até 1750 as atividades agrícolas de grande porte no sertão maranhense se restringiam ao vale do Itapecurú (até Caxias) e ao Baixo Mearim, a partir do último quartel daquele século a expansão agrícola pressionará o território Timbira pelo norte - buscando novos terrenos e/ou a mão-de-obra indígena.

Ao sul daquele território, a rápida expansão da frente pastoril piauiense, atingindo em 1730 as margens do rio Parnaíba levaria ao estabelecimento das primeiras fazendas de

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	19
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

gado no sul do Maranhão poucos anos depois. Com a fundação em 1760 da vila de São Bento dos Pastos Bons, entre o alto Itapecurú e o Parnaíba, se completaria o círculo da colonização neo-brasileira em torno do território Timbira (Nimuendajú, 1946: 6).

A fundação desta vila viria a contribuir para o avanço dos rebanhos bovinos rumo ao Tocantins. Situada na fronteira sul do território Timbira e em ponto estratégico para a "extração" das boiadas piauiense para Caxias e o Tocantins, Pastos Bons se tornaria o centro de onde partiriam, daquela data em diante, todas as ações punitivas destinadas aos grupos Timbira que resistiam à colonização do sul do Maranhão.

Um pouco mais ao norte, a resistência dos grupos Timbira localizados nos altos cursos dos rios Mearim e Grajaú vinha impedindo a expansão das atividades agrícolas nos seus férteis vales (Nimeundajú, 1946: 6). De Caxias para cima, pelo curso do Itapecurú, outros grupos Timbira ofereciam sérios obstáculos à expansão das culturas do algodão e do arroz no auge do período exportador destes produtos.

Um historiador maranhense no início do século XIX reconhecia que o maior entrave à expansão da agricultura do Maranhão era "a falta de terras por causa do gentio", surgerindo sua "pacificação" por meios violentos (Gaioso - (1818) 1970: 228-239).

Na província do Maranhão, parca em recursos minerais, concentrava sua atividade econômica na agricultura e criação de gado. Uma provisão régia datada de 31 de março de 1730 determinava que os habitantes de capitania do Maranhão não deviam "se entender com minas" e sim "se aplicar a agricultura e criação de gados" (Marques, 1970: 516). Ao longo do século XVIII, a expansão destas duas atividades será a preocupação central dos governadores da capitania. Em relação ao rebanho bovino, era necessário expandí-los na direção do Tocantins (visando o abastecimento das minas), ao mesmo tempo em que se recomendava uma "luta sem trégua" aos grupos indígenas (Timbira e Akwê) que atacavam os rebanhos que se dirigiam ao Goiás e desfaziam as fazendas que tentavam se estabelecer no distrito de Pastos Bons. Para fazer frente ao obstáculo representado pelos índios, um observador da coroa sugeriam aos administradores do Maranhão, em fins do século XVIII, "que se levantassem uma linha de povoação aos sertões dos Parnaíba e o Tocantins de modo que as Nações que ficassem ao Norte, vendo que por toda a parte as cercávamos viriam com mais facilidade à nossa sujeição". Seu projeto que poucas décadas depois viria a se realizar, era o de "... dilatar as povoações de Pastos Bons (com gado) e a partir delas colonizar (com agricultura) os vales do Mearim e Pindaré"(Anônimo, 1800: 87/88).

Apesar destes esforços, o processo de expansão das frentes agrícolas e pastoril, ao norte e ao sul do território Timbira, não vinhas se verificando com ritmo desejado e esperado pela Coroa: a resistência oferecida por aqueles grupos - e pelos Akwê ao sul - impediam a colonização dos terrenos centrais do Maranhão. As "entradas" contra os Timbira não alcançavam a mesma eficácia obtida em outras partes da colônia.

[assinatura]

Proc. nº	1179103 ₂₀
Fls.	20
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Legislação Indigenista e Política Pombalina

Com a posse de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do próprio Marques de Pombal, já ministro do rei Dom José I, como Governador Geral do recém-criado Estado do Grão-Pará e Maranhão, iniciou-se uma campanha oficial pela liberdade dos índios, e pela limitação do poderes dos missionários, especialmente dos jesuítas. Após uma excursão pelos aldeamentos na Ilha de Marajó e por outros aldeamentos missionários na Amazônia, Mendonça Furtado levantou os argumentos que fundamentariam as correspondências oficiais, nas quais afirmava sobre a “impossibilidade” de “civilizar” índios através do trabalho da Companhia de Jesus.

A aplicação das cartas régias promulgadas, especialmente entre 1808 até 1813 atingiram também os diversos grupos Timbira, cujo território encontrava-se em plena disputa e ocupação pelos agentes das frentes de expansão agrícola exportadora, e pastoril.

A Frente Agrícola e a Ocupação do Alto Itapecuru

É nesse período que se desenvolvem os dois grandes fluxos que definirão o povoamento no interior do Maranhão. Um desses fluxos partindo do litoral, foi ocupando gradativamente áreas mais avançadas ao longo dos vales dos seus principais rios – Mearim, Pindaré, Munim e, especialmente do Itapecuru – sendo responsável pelo surgimento de diversos núcleos de povoamento, sob a atuação de uma frente de ocupação agrícola com diferentes momentos e interesses econômica.

Até as primeiras décadas do século XVIII, as atividades econômicas desenvolvidas tanto por colonos, como pelos próprios missionários, se estruturavam a partir da presença de *aldeamentos* indígenas organizados, em sua maior parte pelos jesuítas, de onde se obtinha a mão-de-obra necessária para as atividades agrícolas e de serviços que iam se organizando. Um dos ricos fazendeiros da região, Raimundo Gaioso considerava o Itapecuru como um dos principais rios “da terra firme” no Maranhão colonial.

Agente colonial diretamente envolvido, tanto nas expedições de expulsão e sujeição de índios, como fazendeiro interessado na expansão das áreas de cultivo, Gaioso avaliava as condições de navegabilidades de sua extensão até Pastos Bons. Para esse agente, o Itapecuru era

... muito navegável até o arraial das Aldeias Altas, hoje Nova Vila de Caxias... porém do dito Alto Arraial para cima, para onde ainda continua o dito rio até Pastos Bons, perto daquela vila já tem chegado algumas embarcações pequenas é perigoso pelas suas cachoeiras e a multidão de gentio bravo, que ocupa uma grande parte daquelas matas, e suas beiradas (Gaioso, (1818) 1970:98).

Conforme se constata no discurso deste cronista e agente colonial, a existência de obstáculos naturais, e principalmente, a presença de grupos indígenas autônomos no curso deste rio ocupando as densas matas constituíam os principais entraves ao avanço dessa frente pelo alto Itapecuru. Esses grupos, cujos territórios se estendiam, ainda, pelos Alpercatas e outros afluentes seriam, dentre outros, os Timbira “Canellas Finas” e “Mateiros”, cuja resistência retardaria a ocupação dessas terras pelos agentes da frente agrícola vinculada à economia agro-exportadora que se ampliava. (Os cronistas e a documentação oficial da administração colonial, nas principais décadas do século XIX denominaram os grupos Timbira do Alto Itapecuru como “Canellas Finas” e “Timbiras

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	24
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

21

Matteiros". Trata-se dos grupos que o Major Francisco de Paula Ribeiro refere-se como *Capiekran* e *Sakamekran*, precursores dos atuais *Rankokamekra-Canela*.

A rápida expansão das fazendas monocultoras de algodão e açúcar, dado seu caráter extensivo, e o conseqüente esgotamento precoce das terras de plantio requeriam a incorporação de novas áreas, as quais existiam em abundância e formadas por matas de grande fertilidade, que se estendiam ao longo do alto curso do rio Itapecuru e seus afluentes. No avanço rumo às cabeceiras desse rio, agricultores e criadores defrontaram-se com a presença de vários grupos indígenas, especialmente Timbira, os quais, segundo Gaioso, constituíam o grande obstáculo à ocupação colonial da região. Assim, diante de uma tentativa anterior de ocupação das terras do Alpercatas, importante afluente do alto Itapecuru afirmava Gaioso.

... outro (rio) chamado das Alpercatas, onde se pretendeu no ano de 1809 formar um arraial, que por ser muito infestado de gentio, é inabitável para a cultura: porém ambos esses inconvenientes poderiam achar remédio, logo que para superá-los se dessem providencias ativas (Gaioso, 1970:99).

Assim, a despeito das expedições exploratórias, e das tentativas de estabelecimento de um núcleo militar que possibilitasse a ocupação das terras do alto Itapecuru pelos agentes da frente agrícola, estas esbarravam na resistência dos Timbira *Matteiros e Canellas Finas*.

A frente Pastoril Tradicional e o Território de Pastos Bons

Surgida independente do processo de ocupação colonial do vale do Itapecuru e de outros grandes rios maranhenses, que se deu a partir do litoral, a ocupação das chapadas e cerrados do sul do Maranhão esteve associada, em seu momento inicial, às demandas da economia açucareira nordestina. Fornecendo carne, couro e força motriz aos engenhos nordestinos e à região aurífera das Minas Gerais, o povoamento inicial do sertão maranhense foi realizado por vaqueiros e criadores vindos do vale do São Francisco, num lento movimento expansionista antecedido pelo devassamento e ocupação do atual território do Piauí.

Somente a partir das primeiras décadas do século XIX é que a área pastoril do sul do Maranhão, chamada pelos contemporâneos como "sertão de Pastos Bons", se articulou à região litorânea e, especialmente, à economia algodoeira, cujo principal núcleo era a então vila de Caxias. Nesse processo de interseção entre as duas frentes expansionistas deu-se, ainda, a ocupação inicial das terras situadas no alto Itapecuru e Alpercatas, território tradicional de alguns grupos Timbira, dentre os quais, os grupos formadores dos atuais *Ramkokamekra-Canela*.

Tentativas de Articulação entre as Frentes Agrícolas e Pastoril

Durante a segunda metade do século XVIII, quando se estruturava a economia agro-exportadora do vale do Itapecuru, e se expandiam às lavouras algodoeiras, era iniciado o processo de conquista e ocupação do tradicional território Timbira, e de outros grupos autônomos situados a oeste do rio Parnaíba. Ao norte e noroeste de Pastos Bons, as terras circunscritas ao alto curso do Itapecuru e do Alpercatas, encontravam-se, ainda, sob o controle dos grupos Timbira, conforme atesta o cronista:

Proc. nº	1175 103
Fis.	22
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

22

O rio Itapecuru tem seus princípios a sudeste no sertão ainda inculto, e habitado por diversas nações de índios silvestres, todas conhecidas com o nome geral de Timbira (Ribeiro, 1919, in: Cardoso, 1947:63).

Era evidente o interesse dos agentes coloniais vinculados às duas frentes expansionistas, pela incorporação desse território ao processo de expansão da economia agro-exportadora, e das fazendas de criação. Assim, Paula Ribeiro apresenta a *ribeira* do alto Itapecuru, como o território situado entre a barra do riacho Corrente e as cabeceiras do Itapecuru e Alpercatas, e limitada ainda pelos riachos Balseiro e São Domingos. Atestando as boas condições da região para a pecuária tradicional, e para a grande lavoura Ribeiro afirma:

Ao centro seus campos de criar os gados e suas excelentes matas próprias de lavrar encostadas ao Rio Itapecuru tem proporções atendíveis. Cortada por esse memorável rio, pode por isso mesmo adquirir tantas vantagens de quantas se pode fazer idéia... (Ribeiro, 1919, in Cardoso, 1947:62).

As tentativas de estabelecimento da navegação por todo o Alto Itapecuru esbarravam na oposição dos "Timbira Matteiros" (Sakamekran) e "Canellas Finas" (Capiékran), os quais nas primeiras décadas do século XIX já haviam destruído grande número de fazendas ali estabelecidas. Em 1764, já havia sido aberta uma estrada desde Caxias nessa direção, o que demonstra as iniciativas de aproximação da ocupação agrícola com a pastoril, conectando aquela vila ao principal núcleo pastoril, Pastos Bons. Essa iniciativa dos agentes coloniais seria frustrada pela reação dos Timbira, que destruíram a maioria das fazendas e despovoaram quase por completo essa "ribeira". Conforme aponta Marques:

Achavam-se por essas vizinhanças muitas fazendas de gado destruídas pelo gentio "Timbira do Mato", tão feroz que nem as crianças poupava... (Marques, 1970:91).

Com a criação, em 1807, da guarnição do Arraial do Príncipe Regente, na confluência do Itapecuru com o Rio Alpercatas, vislumbrou-se a possibilidade de retomada da navegação deste rio, e o restabelecimento das fazendas de criação e das lavouras, através de um porto que favorecesse a importação e exportação de produtos dos moradores de Pastos Bons, distante a 18 léguas do referido arraial. O estabelecimento do Arraial teria garantido temporariamente a reocupação das fazendas destruídas, e a ampliação de novas áreas de criação e de lavoura:

Desinfetados dos gentios esses lugares, sujeitaram-se ao poder real, as fazendas compreendidas em 50 léguas do rio Itapecuru... muito além do Arraial, e as que existiam, mais 18 léguas ao centro, até então ocupadas exclusivamente pelo Timbira do Mato (Marques, 1970: 91).

Nesse período, havia sido localizada, a cerca de duas léguas desse Arraial, uma aldeia abandonada dos Timbira, na qual foram contadas cerca de 500 casas, o que indicaria que esse grupo – provavelmente formado pelos *Sakamekran* ou *Capiékran* – teria estrategicamente abandonado o local em busca de maior segurança.

Em resposta aos ataques perpetrados por esses e outro grupos Timbira contra estabelecimentos coloniais, várias "bandeiras" foram organizadas, nesse período; uma

[assinatura]

Proc. n°	1175103
Fls.	23
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

23

destas partindo de Pastos Bons se encontraria com outra, procedente de São Pedro de Alcântara, no Tocantins, a fim de dar combate e destruir os *Sakamekran*, ou “Timbira Matteiros” e os *Picobgés* – os “Gaviões”, grupo Timbira do alto Grajaú – e outros grupos que impediam o avanço das frentes agrícola e pastoril. Dessa expedição teria resultado *muita mortandade, e o aprisionamento de 84 índios* (Marques, 1970: 91).

A estratégia de ocupação colonial do território Timbira, nas primeiras décadas do século XIX implicou, ainda, no estabelecimento de fazendas de criação por conta da Fazenda Real. Vista como empreendimento pouco oneroso, regulador do fornecimento de carne às populações sertanejas, e estimulador da *domesticação e utilização de grande número de índios selvagens na pecuária*, foi decidida a implantação de diversas fazendas reais na região do Rio Alpercatas. Na condição de comandante do distrito de Pastos Bons foi atribuída, ao capitão Francisco de Paula Ribeiro, em 1819, a incumbência de escolher *os lugares mais acomodados para as mencionadas fazendas na ribeira do Rio Alpercatas* (APEM, 1997: Doc. 180, 79-80).

A Conquista das “Nações Gentias”

O principal cronista, e também agente do processo de dominação dos Timbira no interior do Maranhão, nas últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX, Francisco de Paula Ribeiro, considerava que a região de campos e cerrados situada entre o Parnaíba e o Tocantins constituía o último refúgio de grupos indígenas, que em período anterior habitavam o litoral do Maranhão, e o interior de outras capitânicas. Esses grupos teriam se deslocado para as chapadas do sul do Maranhão, em diferentes momentos, em fuga das frentes expansionistas (Ribeiro, 1842: 184-185).

Essa avaliação, em seu todo seria certamente equivocada, mas em termos relativos, guarda sua veracidade. De fato, para as chapadas e cerrados do sul do Maranhão e norte de Goiás se dirigiam grupos tribais acossados pelos criadores do Piauí e vale do São Francisco, nos séculos XVII e XVIII, e outros pressionados pelas frentes coloniais que avançavam pelo alto curso Pindaré, Mearim, Grajaú e Itapecuru. Também na fuga das frentes de ocupação teriam ingressado no cerrado maranhense, grupos tipicamente florestais, como os “Amanajó” – *Amanayé*, que se estabeleceram próximo a Pastos Bons.

Bandeiras e as Tropas de Linha

Conforme foi abordado, há uma discussão travada entre pesquisadores em relação à ocupação da região de cerrados e campos naturais situados entre os rios Parnaíba e Tocantins: enquanto uma corrente defende a tese de um empreendimento organizado e financiado pela administração colonial, a qual teria fornecido as condições estruturais para o ingresso de vaqueiros e criadores nessa região; outra pretende que a ocupação desses “sertões” foi obra da iniciativa particular de fazendeiros e outros agentes da frente pastoril interessados nessa empreitada. (Cabral, 1992: 19).

Uma leitura cuidadosa de cronistas, historiadores e documentos coloniais sobre a ocupação humana do vale do Itapecuru e do “sertão de Pastos Bons” nos leva a crer numa ação conjunta e simultânea entre a administração colonial e os agentes da frente pastoril como modo de devassamento e estabelecimento de fazendas e núcleos populacionais nesse extenso território. Se a ação das frentes expansionistas foi fundamental à ocupação colonial

[assinatura]

Proc. n.º	1175103
Fls.	24
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

24

desse território, entretanto, os governos especialmente o da Capitania do Maranhão ofereceram tropas, armas e definiram uma política de distribuição de terras, através de sesmarias, que garantiram essa ocupação.

Essa discussão remete ao processo de conquista desse território e os seus principais agentes. De outro lado, remete à histórica resistência desenvolvida especialmente pelos grupos Timbira, e às estratégias utilizadas, de lado a lado, nas tentativas de efetivação da conquista colonial, e de defesa da autonomia étnica desses grupos. Um dos principais meios para efetivar a conquista do território Timbira pela sociedade colonial foram as ações das "bandeiras". Em relação às expedições organizadas por "paulistas" em diversas partes do território da Colônia inclusive na vasta região pastoril que se estende desde o vale do São Francisco até as "bordas" do Parnaíba – as bandeiras organizadas no sul do Maranhão teriam suas particularidades.

Em seus mais de vinte anos de trabalho no sertão pastoril, onde comandou tropas no combate aos grupos Timbira, o Major Francisco de Paula Ribeiro, sucessivamente comandante de destacamento de linha, comandante militar do distrito de Pastos Bons, fundador e comandante do destacamento sediado no Arraial do Príncipe Regente no Alto Itapecuru e Alpercatas, atesta que todas as expedições realizadas contra os Timbira, Gamella e outros grupos autônomos se mostraram infrutíferas, uma vez que os recursos fornecidos pelo Estado, isto é, pela administração colonial no Maranhão, em termos de tropas, armas e munições eram sempre insuficientes.

Dentro dessas condições materiais e humanas tão precárias, atesta Paula Ribeiro, tornava-se praticamente impossível às bandeiras derrotar em seu próprio território os Timbira, sempre formados por grandes grupos de guerrilheiros adaptados ao ambiente do cerrado e das matas ciliares, e sempre preparados para o confronto com grupos inimigos. Inversamente, uma *bandeira*:

...acha muitas vezes obrigada a penetrar mais de cem léguas desconhecidas, segundo as circunstâncias ocorrentes, para acometer uns poucos de mil selvagens, que dentro da sua própria casa bem armados dos seus arcos, flechas e tamaranas, em que são destruíssimos, estão zombando de clavinas velhas, e que sobre os paizanos esmorecidos atiram das suas emboscadas sem aparecer a descoberto, guerra em que são assaz exercitados, e para o qual lhe subministra vantajoso auxílio a espessura dos matos por estreitos caminhos... (Ribeiro, 1841: 397).

Além das péssimas condições materiais, essas bandeiras careciam de uma organização e disciplina militares, que segundo esse cronista as descaracterizavam completamente enquanto uma força armada:

Eis aqui pois formada uma bandeira, nome desde muito tempo dão os moradores a estes ajuntamentos, e dão-lhe tanto sem motivo, quanto porque é insígnia esta que não aparece ali, como porque primeiro se lhes deveria chamar bandos de homens tumultuosos, do que batalhão concertado... (Ribeiro, 1841: 397-398).

Diante de tais condições, as bandeiras organizadas em Pastos Bons ou Caxias, mas também vindas de São Pedro de Alcântara mostravam-se geralmente impotentes para vencer os Timbira, Gamella e outros grupos então autônomos.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	25
Rubrica	<i>Sellu</i>

...vindo daqui que os Gamella de Codó, os Sakamekrans, e os Piocobgês nunca jamais poderão ser forçados por semelhantes expedições, antes hão de sempre batê-las como qualquer galo bate um pinto... (Ribeiro, 1841: 397-398).

Assim, segundo a avaliação desse militar envolvido na luta contra os Timbira, a indisciplina, além das péssimas condições materiais formavam alguns dos principais problemas que levavam ao fracasso das bandeiras. De outro lado, o freqüente abandono dessas expedições pelos *paizanos*, motivados pela fome, saudades da família ou esgotamento físico, ou sob a alegação de que as propriedades beneficiadas por essas ações não lhes pertencia, além da falta de remuneração de seu trabalho, e a sua indiferença a cerca da "civilização" dos gentios constituíam alguns dos principais fatores de insucesso das "bandeiras" (Ribeiro, 1841: 400).

Paula Ribeiro atribuiu, ainda, a um método equivocado de confronto, o fracasso dessas bandeiras em "reduzir" os Timbira, o que impediria o progresso dos povoados e das fazendas de lavouras e criação, bem como a segurança das famílias estabelecidas nessa áreas em conflito, cuja perda das propriedades e a destruição das mesmas se tornariam em fato geral, caso não fossem tomadas outras providências (Ribeiro, 1841: 400).

Concluindo sua análise sobre as "bandeiras" e as razões de seu fracasso diante dos Timbira, Paula Ribeiro aponta uma série de chefes de bandeiras derrotadas ou destruídas pelos Timbira em diferentes momentos. O próprio cronista teria encomendado uma frustrada expedição aos Gamella de Viana em 1810, a qual após mais de 15 dias presos nas matas por esse grupo, e padecendo fome e sede retornou sem lograr seu objetivo, havendo sido mortos mais de 30 dos 70 soldados que o acompanhavam. (Ribeiro, 1841: 398-400).

O ressurgimento das "bandeiras" no sul do Maranhão, no final do século XVIII e início do XIX, respaldadas em Cartas Régias e Resoluções que autorizavam a utilização de índios capturados em guerra como trabalhadores e educandos sob a responsabilidade de grandes fazendeiros e outros, se legitimava na necessidade de desobstruir os territórios em ocupação pelas frentes expansionistas desse período. Legalizadas através de Cartas Régias publicadas em 1807, 1808, 1809 até 1813, essas expedições acabaram reintroduzindo o cativeiro de índios no Brasil, abolido durante o período pombalino. Na Amazônia em geral, e nas regiões da expansão agrícola e pastoril do Maranhão, em especial, as "bandeiras" reintroduziram a escravidão e o comércio de índios, os quais passaram a ser abertamente capturados e vendidos nos mercados públicos de Caxias, Belém, São Luis e no Piauí, até as primeiras décadas do século XIX. A ação dessas "bandeiras", bem como das expedições "oficiais" organizadas pela administração colonial teriam desencadeado o processo de conquista territorial e de dominação étnica dos grupos Timbira, e outros, os quais serão agora abordados.

AS EXPEDIÇÕES REPRESSIVAS CONTRA OS TIMBIRA E MILITARIZAÇÃO DA CONQUISTA NO SUL DO MARANHÃO (1789 - 1818)

A rigor não existiu no sul do Maranhão, no período de vigência do diretório pombalino, uma política de aldeamentos tal como aquela posta em prática em Goiás, nas últimas décadas do século XVIII, onde se desenvolvia uma série de ações buscando implementar as medidas estabelecidas no diretório pombalino. No Maranhão, os governadores deixariam para "particulares" as tarefas de colonização. No período de

Sellu

Proc. nº	1175103
Fls.	26
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

vigência daquele diretório, nenhuma medida foi tomada no sul da província do Maranhão que estimulasse contatos pacíficos com os grupos Timbira hostís. Ao contrário, as autoridades locais de Caxias e Pastos Bons - pólos da colonização dos territórios Timbira no sul - continuariam a patrocinar expedições repressivas, cujos objetivos declarados eram a preação de escravos. A princípio organizadas por particulares, no início do século XIX transformar-se-iam em expedições militares, com tropas de linha comandadas por oficiais graduados e contando com o apoio das autoridades locais.

Valendo-se das cartas régias expedidas em 1808 nas quais se determinava a "guerra aos Botocudos de Minas Gerais" e que foram estendidas mais tarde para todos os grupos indígenas que se "recusavam a prestar vassalagem a S.M. El Rei"(Paula Ribeiro: 1841, 455) a partir de 1809 tem início uma verdadeira campanha militar contra os grupos Timbira do sul do Maranhão. A razão da militarização das ações contra os Timbira deveu-se aos fracassos sucessivos das campanhas organizadas por particulares, em Caxias e Pastos Bons.

O major Francisco de Paula Ribeiro - que durante os primeiros anos do século XIX comandou as guarnições estacionadas em Pastos Bons e no arraial do Príncipe Regente - apresentou um balanço daqueles fracassos como argumento para justificar a militarização das ações contra os Timbira: segundo ele, nada menos do que 12 expedições foram derrotadas entre 1802 e 1808, resultando na morte de seus comandantes e de dezenas de soldados e "paisanos" (idem, ebidem, 446/447).

Todas estas expedições foram feitas contra os Ramcocamekra, Xacamekra e Pykopyê, grupos que dominavam os sertões a noroeste do rio Alpercatas e que vinham impedindo o avanço da frente pastoril em direção a Tocantins.

Buscando reprimir as ações daqueles grupos, o governador da capitania ordenou em 1807 a fundação do arraial do Príncipe Regente, na confluência dos rios Alpercatas e Itapecuru e ali estacionou o major Paula Ribeiro com uma tropa de linha composta por 60 soldados (Marques {1870} 1970: 91). Durante os quatro anos de existência do arraial, sua guarnição perdeu 20 homens, mortos pelos índios; por outro lado as expedições militares que de lá partiam produziram "muita mortandade e o aprisionamento de 84 índios" (idem, ibidem: 91; Nimuendajú, 1946: 34; Paula Ribeiro, 1841: 299). Esta guarnição, enquanto existiu, permitiu o estabelecimento de algumas fazendas entre as Alpercatas e Itapecuru. Desfeito o abandono da povoação nascente de São Zacarias. (Paula Ribeiro, idem: 298).

Os Ramcocamekra (os "Capietrãns" de Paula Ribeiro) também estabeleceram um "acordo de paz" com as expedições repressivas. Em 1814 - depois de resistirem durante mais de vinte anos às expedições punitivas e preadoras aceitariam a paz proposta pelo alferes da guarnição da vila de Caxias, Joaquim Picaluga. A condição imposta pelos índios para aceitarem " meterem-se em paz" era a de que o militar se comprometesse a prestar auxílio aos Ramcocamekra na guerra que então moviam contra seus vizinhos Xacamekra. No ano seguinte a expedição conjunta consegue submeter uma pequena aldeia Xacamekra, cujos homens foram aprisionados e vendidos em leilão na praça pública de Caxias; algumas mulheres e as crianças aprisionadas ficaram entre os Ramcocamekra (Paula Ribeiro: 1841 , 306/313). Depois deste evento, os Ramcocamekra, cumprindo o acordo, deslocaram sua aldeia para as proximidades de Caxias onde permaneceram por quase dois anos. Contudo,

Proc. nº	1175103
Fls.	27
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

27

as autoridades da Vila de Caxias não cuidaram de lhes ceder uma área de terra; sem terreno fixo - portanto sem roças - passaram a assaltar os roçados dos moradores da vila e seus gados. A resposta das autoridades de Caxias foi a de prender o chefe, Tempé, por algum tempo. Mas tão logo solto, os assaltos prosseguiram. Para se verem livres dos indesejáveis aliados, os habitantes de Caxias introduziram entre os índios roupas contaminadas pelo vírus da varíola. Aqueles que conseguiram escapar do contágio retornaram para seu antigo habitat à oeste do rio Alpercatas. Parte destes "fugitivos" foram ainda perseguidos e mortos, pois se recusavam a voltar (idem: ibidem, 311/312).

Comentando o fracasso desta experiência, o major Francisco de Paula Ribeiro reputou-o à não observância, por parte das autoridades de Caxias, das três condições que considerava "primárias" para um bom tratado de paz: 1ª.) "uma sólida instrução do sistema social que fazia a nossa civilização (as leis que o sustinham e quais os castigos destinados para aqueles que as infringiam); 2ª.) afixarem-se-lhe limites territoriais (...) dentro dos quais puderam sair deles enquanto não fossem bem instruídos no nosso idioma (...) 3ª.) finalmente, fazê-los tremer aos primeiros delitos cometidos e ainda mais se reincidissem" (Paula Ribeiro: 1841, 307/308). Apesar das "vultuosas soma despendidas pela fazenda Real visando firmar a pacificação destes índios" (idem: ibidem, 313), os Ramcokamekra acabaram por retornar, dizimados, ao seu antigo habitat.

EXPEDIÇÕES REPRESSIVAS CONTRA OS TIMBIRA (1793 - 1818)

1793 - 1801: várias "entradas" comandadas por Domingos Lopes e Manoel Lopes contra os Ramcokamekra, "... fazendo sobre eles inúmeros prisioneiros, especialmente no sexo feminino e nos rapazes" (Paula Ribeiro, 1841: 304).

1794: "entrada" comandada por Felix do Rego e Domingos Lopes contra os Xákamekra; matam alguns índios sem poderem fazer prisioneiros (idem, ibidem: 305)

1801: "entrada" composta por 200 "paisanos" e comandada por Eugênio Antonio contra os Xákamekra; derrotada (idem, ibidem: 300).

1801: expedição punitiva com tropas de linha comandada por Francisco de Paula Ribeiro e dirigida contra os Ramcokamekra; derrotada (idem, ibidem: 305).

1807 - 1811: várias expedições com tropas de linha partindo do arraial do Príncipe Regente e comandadas pelo major Francisco de Paula Ribeiro contra os Xákamekra e Ramcokamekra ; matam muitos índios e aprisionam 84 (idem, ibidem: 192).

1809: "entrada" comandada por Manoel José de Assumpção contra os Mácamekra (krahô); composta por "150 paisanos e 20 soldados de linha" aprisionam mais de 70 índios que são remetidos para São Luís (idem, ibidem: 320).

1810 - 1811: duas "entradas" comandadas por Antonio Francisco dos Reis contra os Pykopjê; derrotadas (idem, ibidem: 315).

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fis.	28
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

1814: "entrada" comandada pelo alferes Joaquim Alvares Picaluga contra os Ramcomekra; consegue um acordo de paz com os índios (idem, ibidem: 306).

1814: "entrada" contra os Carêc'catejê comandada por Francisco Pinto de Magalhães e auxiliada pelos Mãcomekra; fazem prisioneiros que são enviados ao Pará (idem, ibidem, 450).

1815: "entrada" comandada pelo "expediente judicial da vila de Caxias" e auxiliada pelos Ramcomekra contra os Xácomekra; conseguem submeter aldeia matando vários índios e aprisionando outros que são vendidos na praça de Caxias (idem, ibidem: 311).

1815: "entrada de paz" contra os Pãrecomekra, comandada por Antonio Moreira da Silva consegue um acordo de paz com os índios; depois de um curto período de convivência pacífica, com os habitantes da povoação de São Pedro de Alcântara (atual Carolina), o chefe Pãrecomekra é preso, muitos outros vendidos como escravos no Pará e os restantes refugiam-se entre Mãcomekra (idem, ibidem: 318).

1815 - 1816: "entrada" comandada por Francisco Pinto Magalhães contra os "Augutgês", Pãrecomekra (2ª aldeia) e os "Pôcatêgê"; contando com o auxílio dos Mãcomekra / Pãrecomekra, 130 índios dos dois últimos grupos são vendidos ao Pará; os restantes passam a habitar entre os Mãcomekra / Pãrecomekra (idem, ibidem: 451).

1818: "entrada" comandada por Francisco Germano de Moraes contra os Xácomekra; derrotada e "comprando esta sua retirada segura a troco de todas as facas velhas que a sua tropa se guarnecia" (idem, ibidem: 447).

Os Timbira

A proximidade lingüística e cultural dos diversos grupos Timbira foi objeto de consideração por Paula Ribeiro, para o qual as diferenças lingüísticas entre esses grupos seriam limitadas.

Seus costumes gerais se diversificam um pouco; e de ordinário na privada linguagem, que dissemos pertencer a cada uma das nações, se acha aquela diferença trivial que a distancia de umas e outras povoações da mesma raça lhe permite... muito pouco se desviam em alguns dos outros seus vocábulos (Ribeiro, 1841: 180).

Centrando sua observação sobre a vida política dos Timbira, Paula Ribeiro descreveu, em seus escritos, como se processava o exercício da chefia ou da liderança política entre esses grupos. Ao contrário das concepções construídas pela historiografia brasileira do século XIX, que generalizavam um modelo de chefia para todos os grupos étnicos a partir das observações de alguns cronistas coloniais, o cronista dos Timbira demonstrava como a função do chefe era submetida à própria sociedade, e variava o seu poder em função especialmente das situações de guerra;

[assinatura]

Nas épocas da guerra é que nos seus maiores influi o mais principal mando e distinção: ordinariamente não são eles só os senhores das vidas dos seus povos, ainda mesmo para a expiação dos crimes, porque quando esses se perpetraram, sendo com efeito proibido entre eles o furto intestino e o assassinato, apenas pode o chefe fazer entregar o delinqüente às partes prejudicados... em tudo o mais a igualdade é um comum dever entre eles... (Ribeiro, 1841: 187).

Essa autoridade relativa da liderança política Timbira seria atestada posteriormente por pesquisadores do século XX – como Nimuendaju, Crocker, Da Matta, Melatti e outros que demonstraram que essa instituição seria compatível com uma sociedade com limitadas instâncias de canalização da sua vida política. Em seus textos, Paula Ribeiro descreve e comenta a *performance* de alguns desses líderes de guerra Timbira, como *Tempé*, dos *Capiekran*, *Cocril* dos *Pureckamekran* e *Apucrit* dos *Makamekran*, cuja liderança despótica teria resultado no seu envenenamento pelo seu próprio grupo (Ribeiro, 1841: 320, 72).

Conta Paula Ribeiro, em relação às suas atividades sazonais de sobrevivência, que os Timbira vagavam errantes durante o verão pelo seu território quando realizavam caçadas e coletas de frutos e outros vegetais. Nas primeiras chuvas voltavam para as aldeias que haviam ficado apenas sob os cuidados dos velhos e outras poucas pessoas, quando realizavam o preparo da terra, consumiam o que testara do plantio de batatas, amendoim, milho *Icaité* ou *zaburro*, Enquanto cresciam esses gêneros, consumiam o que restara do plantio anterior, nos paióis que cada família havia reservado. Nos meses de maio e junho realizavam nova colheita, a qual era guardada da mesma forma para o ano seguinte, quando deixavam novamente as aldeias para *desfrutar* nos campos os nossos provimentos, que a natureza lhes preparou (Ribeiro, 1841: 187, 11).

Enquanto agente colonial cuja atividade estava associada à sujeição dos Timbira, Paula Ribeiro observou o processo de expansão desses grupos dentro do vasto território situado entre os rios Parnaíba e Tocantins. Essa observação levou-o a perceber os mecanismos do processo de cisão política e de formação de novas aldeias decorrente, dentre outras coisas, do seu acentuado crescimento demográfico:

Julga-se, e com justa razão, que uma e outras... se deverão ter propagado na maior parte; se for que praticassem desde sempre o mesmo que observamos em algumas das que hoje habitam as margens do Tocantins, as quais a proporção que engrossam, e sentem que as caças e os frutos dos seus campos não podem já sustentar seu exorbitante número, lançam de si uma colônia, que vai estabelecer-se em terras desocupadas, ou ganhá-las de outras tribos com os socorros de sua progenitora... sendo certamente que por essa forma se estabeleceu a maior parte das ditas povoações... (Ribeiro, 1841: 185).

Em consonância com essa observação, que refere-se ao processo de cisão característico dos grupos Timbira, Paula Ribeiro discorreu, ainda, sobre as relações estabelecidas entre as novas aldeias ou grupos locais e os anteriores, que tenderiam a se diluir com o passar das gerações tomando-se de próximas e aliadas em distantes e, possivelmente inimigas:

Desconhecem facilmente as suas colônias ascendentes ou descendentes, não só pelo desenlaço que na multidão sem nome costuma desenvolver o dilatado dos tempos, como mesmo porque os homens que vivem sem história, e embrenhados

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	30 30
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

pelos mato, é fácil esquecer a sua origem; sendo pois por isso que a estes a segunda ou terceira geração lhes não lembra mais o parentesco, e então é por qualquer ciúme sobre limite de terras, sobre as caças, ou sobre os frutos de uma árvore, tornando-se implacáveis inimigos, fazem-se carnagens tão horrendas, que chegam a destruir-se inteiramente, fazendo até desaparecer a memória de muitas delas (Ribeiro, 1841: 186-187).

A concepção da autonomia étnica, própria dos grupos Timbira constatada por Paula Ribeiro fundava-se numa acentuada rivalidade entre esses grupos, capaz de resultar em conflitos violentos, e até na extinção étnica dos grupos derrotados. Essa rivalidade é saudada pelo cronista como o fator que favoreceu a sociedade colonial no confronto com os Timbira:

Parece porém que a Divina Providência traz sempre entre si desunidas por tal forma essas coloniais de imenso gentilismo, que julgamos ser isso o que nos salva; porque o contrário se as tivesse unido um interesse comum que não conhecem, teriam elas certamente dado a esta capitania ainda maiores trabalhos do que aqueles que até hoje tem sofrido de suas incursões (Ribeiro, 1841: 186).

Como constata o cronista dos Timbira, a rivalidade entre os grupos locais, decorrente de uma auto-concepção fragmentária da sociedade Timbira teria sido o grande fator que levaria esses grupos à mútua destruição ou à submissão à sociedade colonial. Conforme se verá, agora, essa rivalidade foi amplamente explorada pelos conquistadores e chefes de bandeiras, através de alianças espúrias junto a determinados grupos, com a finalidade de submeter outros, e com a posterior sujeição aos antigos aliados. De outro lado, os diferentes grupos Timbira também estabeleceram essas alianças em função de seus interesses imediatos: destruir grupos rivais e obter acesso aos bens e outros recursos dos agentes coloniais.

Conflito, Dominação e Resistência dos Timbira

Conforme vimos acima, a *dominação colonial* dos Timbira foi resultante do processo de ocupação dos territórios habitados por esses e outros grupos indígenas pelos agentes da sociedade colonial no Maranhão vinculados às duas grandes frentes de expansão, iniciadas ainda no período colonial:

A pressão sobre os Timbira, especialmente sobre os territórios controlados pelos grupos mais orientais, como os *Sakamekran* e *Capiekran* no alto Itapecuru, foi realizada, num momento inicial, pelos agentes da frente agrícola, que partindo do litoral ocupou gradativamente os vales dos rios centrais do Maranhão, especialmente o vale do Itapecuru, onde, a partir de meados do século XVIII se desenvolveu a economia agro-exportadora fundada na grande propriedade algodoeira de produção extensiva, e baseada na força de trabalho escrava africana.

De outro lado, o território Timbira situado nas chapadas e no cerrado ao sul do Maranhão foi devassado pelos agentes da frente de expansão pastoril tradicional que, a partir dos sertões do rio São Francisco, após um secular movimento, atingiu nesse mesmo período, as terras banhadas pelo rio Parnaíba, e a partir de Pastos Bons organizou bandeiras e tropas oficiais para a conquista e o avanço da ocupação até o Tocantins.

[assinatura]

Proc. n.º	1175103
Fl.	32
R. da	<i>[assinatura]</i>

31

Esse empreendimento contou com a decisiva participação do Estado, através da administração colonial portuguesa no Maranhão. Autorizando os fazendeiros a ministrar guerra contra os Timbira e outros grupos, enviando tropas e recursos, distribuindo direito de ocupação sobre os territórios conquistados, e até promulgando instrumentos legais que favorecessem essa ocupação e a “redução” dos grupos “pacificados”, o Estado teve participação direta na conquista dos territórios e da sociedade Timbira, o que determinou o estabelecimento da dominação colonial sobre esse outro grupo, e mais amplamente, a implantação da situação colonial nas áreas conquistadas.

A ESTABILIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO NO SUL DO MARANHÃO (1845-1870)

A partir de meados do século XIX o quadro no sul do Maranhão, na região compreendida entre o Tocantins e o alto de Itapecuru até Caxias, se tornaria mais ou menos estável. Quebrada a resistência que antes ofereciam os grupos Timbira (principalmente os Xácamekra), a frente pastoril pode acomodar-se. Os fazendeiros passaram a ocupar vastos terrenos com seus rebanhos, confinando os grupos “Canela” (Xacamekra, Ramcoamekra, Apaniekra e Kencatejê) em territórios reduzidos, mantendo com eles relações sem hostilidades.

A tática utilizada pelos fazendeiros vizinhos àqueles grupos – e que se tornará uma espécie de norma da relação desde então – era de oferecer algumas cabeças de gado, a cada ano, para o chefe da aldeia em troca da ocupação das pastagens que ficavam dentro do que era considerado o “terreno dos índios”. Mediante este acordo, os fazendeiros asseguravam novas pastagens do mesmo tempo em que evitavam que os índios matassem suas reses. Além disso, os fazendeiros da região haviam conseguido deslocar os krahô para o sul estimulando estes índios a expulsarem os Akwê (xerentes/xavantes) para longe do rio Manoel Alves Grande desobstruindo, por esta via, o acesso dos rebanhos ao Tocantins.

No centro maranhense – cabeceira e altos cursos dos rios Mearim e Grajaú – a frente agrícola, ao contrário, não vinha encontrando as mesmas facilidades de penetração. Depois de ter sido navegado em toda sua extensão em 1811 (Marques: 1970/1870/,311) o rio Grajaú, ao longo dos seus cursos alto e médio, permaneceu sem colonização até a década de 40.

As tentativas anteriores de ocupação, principalmente entre 1814/1817, foram frustradas devido aos ataques dos Pykopjê. Em 1835, os colonizadores conseguiram fixar uma povoação a margem direita do rio, elevada à vila no mesmo ano com o nome de Senhor do Bonfim da Chapada (atual Grajaú).

Com o apoio do governo da província é fundada em 1841 a povoação de Barra do Corda, no alto do Mearim estabelecendo outra cunha colonizadora em direção aos territórios Pykopjê e Krikati. Completando o cerco sobre os territórios destes últimos grupos, em 1854 o governo do Pará fundaria, na margem direita do Tocantins à trinta e oito léguas abaixo de Boa Vista, a colônia militar de Santa Tereza (atual Imperatriz). O religioso carmelita Frei Manoel Procópio foi designado para levantar as primeiras casas da nova povoação. Além de servir de porto para as embarcações que se dirigiam a Belém e Goiás,

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fl.	32
Folha	32

deveria ser o ponto de onde as boiadas dos sertões maranhenses seriam conduzidas ao Pará. Seis anos depois de fundada, teve início a construção de uma estrada que, partindo de Santa Tereza, deveria alcançar a vila de Monção, passando pela vila da Chapada. Porém, “começada a estrada, foi a sua execução suspensa pela correria de índios” (Marques, 1970/1870/ : 566-570) Estes índios eram provavelmente os Krikati.

A POLÍTICA INDIGENISTA DO 2º. IMPÉRIO NO MARANHÃO: AS COLÔNIAS INDÍGENAS (1845 – 1872)

Em meados do século XIX a província do Maranhão apresentava um quadro de estagnação econômica inteiramente baseada no demográfico. Com uma economia inteiramente baseada no trabalho escravo dos negros, o Maranhão chegou perto da penúria quando os proprietários de escravos começam a vender a mão-de-obra para outros centros mais desenvolvidos, especulando com seu preço. Entre 1860 e 1869 saíram do Maranhão para outras províncias 3.690 escravos (Marques, 1970 [1879]: 265). Para fazer frente à escassez crescente de mão-de-obra, o governo da Província (que anos antes havia tentado – sem êxito – a colonização européia, principalmente com os portugueses), deu início a um programa de integração dos grupos indígenas visando prepara-los para o “trabalho produtivo” através de “colônias indígenas”. Entre 1840/1870 são fundadas seis destas colônias (idem: ibidem, 206): em 1840 é fundada a Colônia de São Pedro do Pindaré (margem direita deste rio, com 120 índios Guajajara); em 1854 foram fundadas as colônias Januária (no mesmo Pindaré) e Leopoldina (à margem direita do Mearim) – a primeira com índios Guajajara e a segunda com “158 Timbiras, 87 Grenzese 91 Pobzéz” (idem: ibidem, 206). Em julho de 1870, uma lei provincial autorizou o governo a criar mais três colônias que seriam estabelecidas em 1872 com índios Guajajara (idem, ibidem: 207). Todas estas colônias tinham, como diretores, padres seculares ou militares, ambos nomeados pelos presidentes da província.

Além de procurar integrá-los à economia regional e à fé cristã as Colônias deveriam servir para atrair grupos indígenas dispersos e assenta-los em terrenos legalizados (o governo da província pretendia adquirir estes terrenos de particulares como foi o caso da Colônia de São Pedro do Pindaré – mediante a concessão de terras devolutas (idem, ibidem: 306). O modo como o governo provincial administrava as colônias transparece no relatório do presidente da província enviado à assembléia em 1866: os índios da Colônia Leopoldina haviam produzido, entre 65/66, 48 sacas de algodão que foram comercializadas pelo diretor debitado os investimentos feitos ao longo daqueles dois anos na Colônia, “foram recolhidos aos cofres do Tezouro o lucro de 1: 175\$217 réis” (Relatório do Presidente da província, 1866 – Apud Gomes, 1977, 102).

Contudo, os resultados alcançados com esta política foram nulos. Alguns anos após seu estabelecimento, as três primeiras colônias fundadas (São Pedro do Pindaré, Januária e Leopoldina) já mostravam sinais de decadência, como afirmava, em relatório, o presidente da província: “Da colonização indígena nenhum resultado se há conseguido. As três colônias ou missões, criadas nas margens do Pindaré... e no alto Mearim... não tem tido desenvolvimento; ao contrário, vão de dia em dia retrogradando, o que se deve em grande parte atribuir à falta de bons missionários que as dirijam” (Souza, João Silveira; Apud Moreira Neto, 1971: 112 / 113).

Proc. nº	1175103
Fls.	33 33
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Após o regulamento de 1845, as colônias indígenas ficaram ligadas à diretoria Geral dos Índios da província. Em 1858, além das colônias, o governo do Maranhão havia estabelecido 14 diretorias parciais na província; em 1870 este número subiria para 18.

O diretor geral dos índios do Maranhão, em relatório datado de 1887, apresentava o seguinte quadro da situação dos índios Timbira na província, descrevendo a situação nas colônias indígenas e o estado das “diretorias parciais”: Colônia Januária – “situação deteriorada; vivem nela somente 25 índios Guajajara, ali subsistindo em condições precárias.

Recentemente localizou-se próximo à colônia um grupo Timbira do Turí que havia sido expulso de suas terras pela construção de uma linha telegráfica... São aproximadamente 80 indivíduos; Colônia Leopoldina, em melhores condições que a precedente, é composta por 201 índios Timbiras, Crenzes e Podzes.

As terras são do Estado e se acham medidas; Diretoria Parcial do Rio Corda, índios Canela; D.P. Jusuaráu, duas léguas do centro do Mearim com os índios Caractejê; Alpercatas, índios Canela e Mateiros (Xácamekra); Tapera da Leopoldina, compreende aldeias dos índios. Gavião (Pukopjê) e Caractejês, desde Leopoldina até a vila da Chapada; Capivari, no município de Viana, com índios Timbira e Caracati (?); Santa Tereza, na margem direita do Tocantins, da embocadura do rio Gurupi até a vila de Santa Tereza, com índios Piacobigês ou Gavião, Caragê e Caracati; Imperatiz, no município do mesmo nome, com índios Carati; Gugui, no alto sertão do Gurupi, com índios Timbira e Amanagês; Amarante, nas cabeceiras do Pindaré e Grajaú, com índios Timbira (Pereira de Castro, 1887 apud, Moreira Neto, 1971: 124 – 125).

CONSOLIDAÇÃO DA DOMINAÇÃO COLONIAL DOS TIMBIRA

Nos ateremos agora em apontar o processo que levou à efetivação da dominação colonial sobre os grupos Timbira no Maranhão, e especificamente sobre os grupos étnicos formadores dos atuais *Ramkokamekra*-Canela – os *Capiekran* ou “Canella Finas”, e os *Sakamekran* ou “Timbiras da Matta” – assim como os *Apãnjekra*-Canela, conforme sua emergência nos documentos oficiais coloniais e pós-coloniais do século XIX.

Esse processo será considerado em dois momentos, respectivamente delimitados pela efetivação das “guerras de conquistas” movidas pelas expedições punitivas oficiais e pelas bandeiras realizadas em conjunto com os “moradores” locais contra os Timbira em geral e os “Canelas” e “Matteiros” em especial, e pela inserção desses grupos na legislação e nas ações definidas no âmbito da política indigenista imperial, implementadas nas províncias através do sistema de diretorias e colônias indígenas. Em termos diacrônicos, o primeiro momento se desenvolve até meados do século XIX; o segundo momento daí até o término do período imperial.

Os temas e situações até aqui apresentados mostram como as duas primeiras décadas do século XIX foram cruciais no desencadeamento do processo de dominação dos grupos Timbira em geral, e dos *Capiekran* e *Sakamekran* em particular. Ressalta-se, aqui, a ação e as estratégias da administração colonial na sujeição desses grupos através das

[assinatura]

expedições de guerra, especialmente da continuidade das “bandeiras”, e do aldeamento dos grupos dominados.

De acordo com os dados apresentados, enquanto os “Canella Fina” optaram pela “aliança” decorrente da aceitação dos termos de paz junto aos agentes coloniais, firmada em 1814, e a sua conseqüente sujeição nos aldeamentos, os “Matteiros” permaneceram autônomos por toda essa década e as seguintes, embora alguns grupos locais derrotados pelas bandeiras de Caxias e Pastos Bons tenham também se submetido nos aldeamentos. Nesse sentido, a povoação “Almeida d’El Rei”, implantada no alto Itapecuru em 1817, passou a receber índios “Matteiros” e o “resto dos Canella Fina”, o que supõe que totalidade dos *Capiékran*, aldeados anteriormente na fazenda Buritizinho, foi transferida para essa povoação de índios.

A Legislação Indigenista do Império e os Índios no Maranhão

Conforme foi apontado, a “questão indígena” nas primeiras décadas do século XIX esteve vinculada, sobretudo, à conquista dos “espaços vazios”. Tratava-se, portanto, de uma questão de *territorialização*. Nas áreas de predominância de “índios bravios” ou “selvagens”, as ações oficiais voltaram-se para seu controle concentrando-se em “aldeamentos”, o que em termos práticos significava, de um lado, a desocupação dos “sertões”, especialmente nas áreas requeridas para a expansão das fronteiras agrícola e pastoril; de outro o confinamento desses grupos em áreas “concedidas” pela administração colonial, e a sujeição dos mesmos, com a quebra da sua autonomia étnica. Por fim, significava a possibilidade de transformar essas populações em força-de-trabalho útil ao projeto expansionista imperial.

Com a abolição do “Diretório dos Índios” (1798), a “questão indígena”, como foi visto, passaria a ser regulamentada através de Cartas Régias, Avisos e outros documentos promulgados pontualmente, e direcionados a grupos e situações de contato específico. Os grupos indígenas passaram a ser classificados, no início do século XIX, em “bravios” ou “selvagens” – tal qual aparecem nos documentos oficiais no Maranhão – de um lado, e “domésticos” ou “mansos”, de outro. Na categoria dos índios “bravos” foram incorporados os grupos presentes nas fronteiras da ocupação econômica, e contra estes eram movidas expedições punitivas e de sujeição respaldadas nesses documentos régios (Carneiro da Cunha, 1992: 4-7).

Assim, no Maranhão foram organizadas, nas primeiras décadas desse século, um grande número de expedições oficiais e de “bandeiras” voltadas a sujeição e/ou ao extermínio dos diversos grupos indígenas ainda autônomos, especialmente aqueles localizados nos cursos dos rios centrais da Capitania, por onde se desenvolvia a fronteira agrícola, e em toda a extensão do “Sertão de Pastos Bons”, devassado pelos agentes da frente pastoril. Os alvos preferenciais dessas bandeiras foram os diversos grupos Timbira, mas também os *Gamella* de Viana e de Codó, além dos *Tenetehara*, que em pequenos grupos deslocavam-se do alto Pindaré para os vales do alto Mearim e Grajaú.

No final da primeira metade do século XIX seriam criadas as primeiras Diretorias Parciais de Índios no interior do Maranhão. Assim, a fim de reunir todas as aldeias Canela situadas na comarca da Chapada em uma só diretoria seria criada a Diretoria Parcial da Chapada, a qual envolveria, ainda, os grupos de “Matteiros” autônomos. A sugestão de reunir todos os grupos Canela – do Alpercatas, do rio Corda e alto Grajaú – e os Matteiros

Proc. nº	1175103
Fis.	35
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

numa única aldeia demonstra as estratégias da administração provincial em expropriar os territórios residuais desses grupos, e através desse processo de *territorialização* consumir a dominação étnica desses grupos.

“Canellas e Matteiro”

Assim como ocorreu em relação aos “Matteiro”, os “Canela” foram envolvidos pelo sistema de diretorias parciais implantado no Maranhão. Conforme o citado, já em 1847 fora criada na Comarca da Chapada, a 3ª Diretoria Parcial de Índios denominada “Alpercatas”, envolvendo 03 aldeias de índios “Canela” “pacificados” totalizando 600 índios. Essas aldeias encontravam-se localizadas, respectivamente no rio Alpercatas, nas cabeceiras do Corda, da Estiva e na Serra Branca. A essa diretoria se vinculou, posteriormente, o grupo de índios “Matteiro”, que em 1860 havia se reunido aos Canela. (Relatório do Diretor Geral de Índios, 1862).

A Efetivação da Dominação dos Timbira

Assim, conflitos com os criadores do sertão cordino foram frequentes após a ocupação de seu território pelos agentes da frente pastoril. Limitados a uma área residual de seu território ancestral, e sujeita às investidas constantes do gado sertanejo sobre suas roças, e ao afugentamento da caça, os Canela não escaparam à realidade vivida por outros grupos Timbira, com a ocupação cada vez mais intensa das terras, suas aldeias – e as áreas e elas subjacentes decorrentes do crescimento endógeno da frente pastoril, que resultaria na multiplicação das fazendas de criação.

Entreveros com os criadores do sertão condino tenderia a se transformar em conflitos expressos, o que de fato se daria com mais constância, na primeira metade do século XX, como o que resultou na matança de quase toda a população de uma pequena aldeia dos Canela, próximo à Serra Branca, por moradores do sertão de Grajaú, em 1789. Quando cessaram os conflitos decorrentes da disputa territorial, os quais levariam à segregação dos grupos Timbira em pequenas porções de seu antigo território, outros conflitos eclodiram, relacionados às formas de convivência entre os Canela e outros grupos Timbira, e os criadores do sertão maranhense, em função dos novos limites territoriais entre aldeias e fazendas, e do controle dos recursos contidos, como roças e rebanhos.

Portanto, é no processo de territorialização que se efetiva a dominação étnica e territorial verificada até a primeira década do século XIX, os Timbira seriam gradativamente sujeitos pelos agentes coloniais, tanto os diretamente envolvidos com a frente de expansão pastoril, como aqueles vinculados à administração colonial, os quais agiam, numa consonância de interesses e estratégias.

Nesse sentido, é no contexto da territorialização, ou seja, da imposição de limites territoriais e da sujeição étnica, que se estabelece a consolidação da dominação dos Timbira, e em especial, dos Ramkokamekra-Canela. A continuidade da *política de aldeamento* implementada, agora, através das diretorias parciais e colônias indígenas revelam a perspectiva da política indigenista elaborada a nível central, no II Império, e seguida em rigor pelas administrações provinciais. A implantação desse sistema no Centroeste Maranhense levaria alguns grupos ao desaparecimento enquanto unidades étnicas, seja por processos “naturais”, como a disseminação de epidemias, seja pela matança e dispersão dos sobreviventes, seja, ainda, pelo amalgamento de “remanescentes”

[assinatura]

Proc. nº	1175123
Fl	36
Ru.ica	<i>[assinatura]</i>

36

junto a grupos mais estruturados. Outros grupos sofreram a ação prolongada das tropas armadas, que aliadas a outras estratégias impuseram a sujeição étnica e territorial dos Timbira.

Entretanto, os Timbira também realizaram sua própria política junto aos agentes coloniais, voltada para a sua preservação étnica. Assim, os grupos que estabeleceram uma “aliança” explícita com os agentes coloniais – como os “Canela”, e os “Macamekran” – obtiveram vantagens, embora ao preço da destruição ou sujeição de outros grupos. Apesar do violento processo que quase levou a sua extinção em 1815, os “Canela” lograram, através de uma “nova aliança”, a continuidade de seus grupos locais em aldeias localizadas no âmbito de seu território tradicional, ainda que a maior parte desse território fosse gradativamente ocupada pelas fazendas de criação.

SOCIEDADE REGIONAL, OS CANELA E O REGIME TUTELAR **Da Frente de Expansão à Sociedade Regional**

Assim como ocorreu em relação à grande propriedade açucareira no Nordeste, a pecuária, atividade dominante nos sertões do Maranhão desde o início do século XIX, acabou por determinar não somente sua organização produtiva, mas também a forma de ocupação do território. Na realidade a fazenda de criação constituiu a unidade de povoamento de toda essa região, absorvendo quase toda a população existente.

As fazendas de criação formaram, ainda, as unidades econômicas e sociais básicas, em torno das quais gravitaram os núcleos populacionais no sertão pastoril. Isso explica a pouca expressividade populacional desses núcleos, tanto em relação ao seu número, quanto de seu índice demográfico, mesmo após longos anos de seu surgimento. Assim, em 1820, em todo o território de Pastos Bons havia apenas a vila principal e algumas poucas povoações: São Félix das Balsas, Passagem da Manga, Passagem Franca, Príncipe Regente, Riachão, Chapada e São Pedro de Alcântara.

A grande fazenda de criação definiu, portanto, o caráter do povoamento e o modelo dominante de ocupação do solo, em todo o tradicional território Timbira, posteriormente denominado “sertão de Pastos Bons”. Em consonância com o modelo de ocupação da área açucareira do litoral nordestino e, mesmo, com o das fazendas algodoeiras do vale do Itapecuru a ocupação pastoril no cerrado maranhense deu-se, em seus primeiros momentos, através da distribuição de datas de sesmaria a grandes proprietários de terras. Assim, ainda no início da ocupação pastoril, em fins do século XVII e início do XVIII, boa parte desse território já havia sido distribuída a seis potentados baianos.

Entre o final do século XVIII e início do XIX, ainda foram distribuídos muitos títulos de terra em sesmaria no distrito de Pastos Bons, e nos territórios confluentes, dos quais quarenta e cinco datas apenas no rio Grajaú; vinte e cinco na ribeira do Itapecuru; doze na do Alto Mearim, além de outros não especificados. Em sua maior parte essas datas mediam três léguas de comprimento por uma de largura estendidas ao longo da “ribeiras”, o que demonstra o interesse da administração colonial portuguesa em ordenar essa ocupação, ainda que em grandes extensões de terra. (Cabral, 1992: 146).

A distribuição de datas de terras na ribeira do Alto Itapecuru no início do século XIX teria sido tão abusiva e indiscriminada, que vários títulos de uma mesma área foram concedidos a diferentes sesmeiros causando discensões entre estes e a administração colonial. A despreocupação existente em relação ao tamanho das terras, abundantes e de fácil obtenção decorria da própria estrutura agrária dominante. De valor irrisório, uma

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	37
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

grande fazenda poderia ter um preço atribuído em menos da metade do valor de um escravo. (Cabral, 1992: 147). Por outro lado, o baixo nível técnico da exploração e a extensão das pastagens impôs, provavelmente, essa tendência latifundiária das fazendas pastoris. (Mott, 1985: 51-52).

Assim, após algumas tentativas frustradas, conseguiu-se estabelecer em 1817, o Porto da Chapada, que rapidamente tornou-se o principal entreposto comercial de todo o alto sertão do Maranhão abastecendo de viveres as localidades extremas do norte de Goiás e do leste do Pará. A povoação de Barra do Corda criada mais tarde, teria a função de articular também essas duas áreas, a agrícola e a pastoril possibilitando aos núcleos de população situados a sudeste e sul do Maranhão uma via alternativa de comunicação à Capital da Província, com o transporte do gado sertanejo à área litorânea, de mercadorias "importadas" (tecido, ferragens, etc.) ao alto sertão maranhense e goiano.

A importância econômica da atividade pastoril no "sertão de Pastos Bons", nos séculos XVIII e XIX pode ser constatada pelo crescimento do número de fazendas de criação e do rebanho nessa região. Assim, em 1751, na fase inicial da ocupação pastoril no sul do Maranhão, já haviam estabelecido na região 44 fazendas de criação, o que correspondia a quase um quarto do total dessas fazendas no Maranhão (Abreu, 1988: 131). Nos momentos finais do *devassamento* do antigo território Timbira, em 1815, já haviam mais de 120 fazendas nas ribeiras do Balsas, Grajaú, Farinha, Neves e Sereno. Vinte anos mais tarde, em 1836 o total de fazendas em todo o "sertão de Pastos Bons" era estimado em mais de 300 (Cabral, 1992: 141).

A fim de viabilizar a navegação pelo Alto Itapecuru e restabelecer as fazendas de gado outrora existentes na região, o então Governador e Capitão-General do Maranhão Dom Francisco da Câmara havia autorizado, em 1807, a fundação do Arraial do Príncipe Regente, pelo então tenente do Regimento de Linha do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro, juntamente com 50 soldados. Em 1809, o Arraial já era habitado por 215 pessoas "tendo ruas, casas, quartel e capela". Paula Ribeiro faz referências à existência de pelo menos uma grande aldeia Timbira abandonada há 2 léguas do Arraial encontrada nas perseguições que ele próprio comandara a esses grupos.

Localizado inicialmente na confluência do Rio Alpercatas com o Itapecuru, o Arraial do Príncipe Regente, seria ainda um porto navegável pelo qual se realizariam as trocas comerciais entre Pastos Bons e a sede da Capitania consumada, antes, a viagem de 52,5 léguas até a vila de Caxias. Além das fazendas de gado estabelecidas principalmente ao longo do Alpercatas, muitas lavouras de arroz e algodão foram implantadas na barra de rios e riachos afluentes do Itapecuru caracterizando uma forma de ocupação simultaneamente agrícola e pastoril.

A continuidade dessa ocupação das matas do alto Mearim por contingentes agrícolas decorrentes de sucessivas ondas migratórias nordestinas, especialmente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, as quais avançavam sobre os territórios indígenas estabelecendo "centros" agrícolas nas matas que constituíram uma série de povoados, daria origem a um campo intersocietário específico e conflituoso nas terras situadas ao norte da vila de Barra do Corda. As contradições e tensões inerentes a esse campo se expressariam numa série de conflitos ainda no século XIX, no plano das

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	38 38
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

colônias indígenas e diretorias parciais, e de maneira mais contundente na virada do século XX, em conflito de maior proporção, como a “hecatombe” ou o “massacre do Alto Alegre”.

De outro lado, na região sertaneja ao sul de Barra do Corda, após conquistar território de cerrados e campos naturais aos Timbira, nas primeiras décadas do século XIX, frente pastoril amplia endogenamente essa ocupação, com a multiplicação de fazendas e rebanhos. Nesse processo, crescia consideravelmente o número de criadores e seus rebanhos aumentavam rapidamente intensificando a pressão sobre a pequena porção do território ancestral dos Canela e de outros Timbira ainda controlado por esses grupos, e consolidando uma situação histórica marcada por conflitos entre índios e criadores decorrente da usurpação territorial e da ocupação pelo gado.

A ausência de limites definidos e respeitados entre os territórios indígenas e as fazendas de criação constituiu um dos fatores dessa nova situação de convivência e conflito entre os segmentos da vida pastoril e os Timbira no Centroeste Maranhense. Esse campo intersocietário constituído a partir da dominação colonial dos Timbira em geral, e especificamente dos *Apãnjekra* e *Ramkokamekra*-Canela, e constituído ainda, pelos criadores situados no “sertão” dos municípios de Grajaú e Barra do Corda, e os respectivos recursos, interesses e valores se desenvolveria segundo uma dinâmica própria à *situação pastoril*.

No final do século XIX e início do século XX, as tensões e contradições presentes na *situação pastoril* no Centroeste Maranhense, eclodiriam na forma de conflito e massacres de índios pelos criadores locais. Como se viu anteriormente, uma vez estabelecida a *dominação colonial* dos Timbira, os conflitos entre esses e os criadores passariam a se concentrar no avanço dos rebanhos sobre o território residual que esses grupos mantinham sob seu controle, e o conseqüente abate do gado pelos índios revelando as contradições inerentes à *situação pastoril*.

Nimuendaju afirma, ainda, ter ouvido de um velho líder *Krepumkatyê*, o Major Clementino, como este teria pessoalmente capturado o líder Guajajara Caboré. Nimuendaju. Op. Cit. 22.

Chacina e Extinção dos *Kenkatyê*

Nos itens anteriores vimos como as guerras entre os diferentes grupos Timbira e as bandeiras organizadas a partir de Caxias, Pastos Bons e São Pedro de Alcântara, além de outros expedientes utilizados pelos criadores e demais agentes coloniais até meados do século XIX, levaram os grupos à perda de sua autonomia territorial e étnica. Alguns desses grupos seriam levados ao extermínio étnico, especialmente através de contágio por epidemias e da escravização, enquanto outros foram conduzidos à condição de dominação colonial.

Uma vez efetivada a dominação dos “Canellas finas” e, depois dos “Matteiros” pelos agentes da administração colonial e da frente pastoril, a permanência desses grupos em aldeias cujas terras representavam uma ínfima parte do seu território tradicional, e sob o controle de chefes de aldeia e diretores vinculados ao poder colonial gerou um campo de relações envolvendo ainda, os criadores cujos rebanhos gradativamente se multiplicavam e avançavam sobre o resíduo desse território, dando lugar a formas de conflito específico à *situação pastoril*.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	39
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Ao contrário das áreas dominadas pela frente agrícola, onde a força-de-trabalho indígena era requerida e explorada em termos clientelistas, nos campos e cerrados, agora dominados por vaqueiros e criadores, o controle territorial era uma condição essencial para o crescimento da pecuária extensiva. Tratava-se portanto, de afastar ou eliminar os resíduos de população indígena, uma vez que não existiam mais motivações concretas para a manutenção da antiga "aliança" que se realizara durante o século XIX.

A existência de grupos indígenas autônomos que justificaram a utilização da força guerreira dos "Canela Fina" e dos *Makamekran* nos tempos da conquista tornava desnecessário esse expediente da dominação colonial. De outro lado, a aproximação cada vez maior entre as fazendas de criação e os territórios mínimos ocupados por esses grupos constituiriam o principal fator dos conflitos nesse campo intersocietário, os quais se estendiam até meados do século XX.

Conforme apontava Melatti em relação aos Krahô e os criadores do sertão goiano, a situação de contato teria sofrido um "processo evolutivo" que confirmaria uma generalização apresentada por Darcy Ribeiro em relação à frente pastoril, segundo a qual as populações regionais que a constituem essa frente:

Agem diante do índio movidas essencialmente pela contingência de limpar os campos de seus habitantes humanos para entregá-los ao gado e evitar que o índio desprovido de caça, a substitua pelo ataque a seus rebanhos. A interação nessas circunstâncias, assume com freqüência formas de conflito sangrento e raramente dá lugar a um convívio direto ou acasalamento e mestiçagem... (Ribeiro, 1957. pp 23-24 in Melatti, 1967: 51).

É nesse contexto, que se desenvolveu um dos principais conflitos entre agentes da frente pastoril tradicional, e um grupo Timbira vinculado aos *Apãnjekra*-Canela, os *Kenkateyê*, ("os que habitam as rochas ou montanhas"). Aponta Nimuendaju, a partir de informações obtidas aos *Apãnjekra* e *Ramkokamekra*-Canela, que os *Kenkateyê* teriam surgido, provavelmente na década de 60 do século XIX, quando um grupo de índios *Apãnjekra* teriam se amalgamado junto aos Krahô. (Nimuendaju, 1946: 30).

Posteriormente esse grupo, ampliado com a presença de outros Krahô teriam retornado ao antigo território dos *Apãnjekra*, e estabelecido aldeia nas cabeceiras do rio Alpercatas, num local conhecido pelos sertanejos da região, como *Travessia*, próximo a uma estrada de boiada que comunicava Barra do Corda às vilas localizadas a sudoeste do alto-sertão maranhense. Informa, ainda, que em 1908, Kisseberth, um viajante europeu, quando se deslocava de Barra do Corda a Carolina teria permanecido algumas horas numa aldeia *Kenkateyê* formada por 8 casas. (Op. Cit, 30).

É, ainda, de Nimuendaju, que chegou a Barra do Corda, por esse tempo, a narrativa sintética desse conflito:

Em 1913 aproximadamente 150 Kenkateyê viviam na Aldeia do Chinello, no lado direito dos Caboclos, onde foram varridos pelo fazendeiro Raymundo Arruda.. Acompanhando de 50 homens e um barril de cachaça ele entrou na aldeia com música de acordeon, deu bebida aos homens, colocou-os em ferro, amarrou-os uns ao outras, arrastou-os para fora da aldeia, e fez sua tropa atirar em uns 50 machos. Várias mulheres também foram massacradas com armas de fogo e facões. Os nativos que pôr uma razão ou outra escaparam, dispersaram-se. (Op.cit,30)

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	40
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Conta Nimuendaju, que o Inspetor dos índios do Maranhão levou os assassinos a julgamento, mas o júri popular de Barra do Corda unanimemente absolveu-os. Posteriormente, os moradores de Barra do Corda apontavam, com arrogância, os membros (10 do bando de Arruda que iniciaram o massacre). Ao final de novembro de 1913, o jornal "O Norte" anunciava:

Entraram nesta cidade, na Quarta-feira desta semana, cento e trinta e tantos índios da tribo Canela, na sua maioria mulheres e crianças, vindos da Travessia e pontos próximos ao aldeamento "Cacimbas", onde se deram os deploráveis e condenáveis fatos... Consta-se que esses índios foram aqui mandados vir a fim de serem garantidos contra nossos assaltos. (O Norte, 29/11/1913)

A maioria dos índios que sobreviveram à chacina buscaram refúgio junto aos Krahô, dos quais em grande parte descendiam. Nimuendaju teria encontrado alguns desses índios em 1930, na aldeia Pedra Furada. Outros remanescentes teriam se juntado aos Apãnjekra, e alguns se abrigaram entre os Ramkokamekra e Pukobyê encerrando a existência dos *Kenkatevé* como grupo étnico autônomo. (Op. Cit. 30). Já nos anos 60, Melatti teria identificado vários descendentes desses *Kenkateyé* entre os Krahô (Melatti, 1967: 58)

De acordo com outra versão, elaborada por segmentos ilustrados de Barra do Corda, o criador Raymundo Arruda teria liderado um grupo de sertanejos, habitantes de diversos povoados situados no chamado "alto sertão", em "defesa de seu patrimônio", sob o pretexto de que os *Kenkateyé* estariam promovendo invasões sobre as criações de gado desses agentes.

Constituindo parte dos chefes locais de Barra do Corda, e detentores de uma extensa fazenda de criação, os Arruda uma família de "saquaremas" cearenses migrados para o sertão cordino em meados do século XIX teriam se aliado, através de relações de casamento, com o "clã" dos Leda, família dos líderes políticos "liberais" da Chapada, tornando-se, assim, um grupo familiar de grande poder a nível local. Segundo essa versão, o líder do massacre aos *Kenkateyé*, Raymundo Arruda teria cumprido seis meses de prisão em Barra do Corda, e obtendo na Justiça local, direito para aguardar seu julgamento em liberdade teria se transferido para o município de Balsas, onde viera a falecer. (Brandes, 1994: 254-255)

Representações da Elite Ilustrada

Os setores cultos da sociedade regional do Centroeste Maranhense, relacionados por laços familiares, relações pessoais e interesses políticos aos grandes fazendeiros e chefes locais tenderiam sempre a justificar os atos de violência e de dominação desse segmento contra as populações indígenas ali localizadas. Dessa forma, suas representações sobre os conflitos ocorridos na região envolvendo índios, criadores e outros agentes de mudança tenderiam sempre, a despeito de uma alegada posição "progressista", decorrente de sua adesão à república e ao pensamento positivista, a legitimar as ações e os interesses dos grupos locais.

Concentrados na vida institucional da região ocupando cargos importantes, como o de Juiz de Direito e de Promotor de Justiça, esses bacharéis também expressavam suas posições através de órgãos de imprensa, onde destacava-se o jornal "O

[assinatura]

Proc. nº	1175123
Fls.	43
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Norte” publicado entre 1898 e 1934. Assim, ao divulgar as primeiras notícias relativas ao “massacre dos Kenkateyê”, os articulistas desse jornal procuraram caracterizar esse índios pela prática do furto:

Nos sertões do Maranhão, onde eles habitavam campos criadores, os índios Canela sempre praticaram o latrocínio, mas isso reservadamente e com todos as precauções. (O Norte, 08/11/1913, pg 1).

Os articulista d’ O Norte procuravam contrapor os Canela (Apãnjekra, Ramkokamekra e Kenkateyê) aos Guajajara (Tenetehara), como dois modelos diferenciados de conduta diante dos “civilizados”. Enquanto os Guajajara são tidos como “trabalhadores” e “independentes”, os Canela seriam “indolentes” e “ladrões”:

...Os índios Canela são pôr natureza indolentes e dados ao hábito de furto. O mesmo não se dá com os Guajajara, homens trabalhadores, de bons costumes, e que no contato com os civilizados trazem grandes proveitos à sociedade.

...Ao inverso dos Guajajara, que a ninguém incomodam, porque tiram do trabalho recursos a sua independência, espalham-se (os Canela) pelas estradas explorando a generosidade dos viajantes e em constantes excursões se dirigem à Capital onde adquirem armas e ferramentas que vendem antes de chegar aos aldeamentos. Entregues a si próprio, viciados, atiram-se aos desregramentos de uma conduta que os levaram às tristes cenas de sangue em que se acham envolvidos, na manhã de 25 de outubro... (O Norte, 29/11/1913)

Procurando atribuir os fatos ocorridos a uma possível política protecionista implantada recentemente, e de maneira precária, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o jornal tentava estabelecer a responsabilidade desse órgão, e de seu agente local, nas supostas ações dos índios, as quais resultariam na chacina:

Depois, porém que se persuadiram indevidamente de que a proteção do governo federal os favorecia contra a repressão de qualquer ato criminoso atiraram-se abertamente ao roubo de gado nos campos de criar provocando a miude, reclamações dos criadores perante as autoridades locais, e perante o Governo do Estado... (OP. Cit. Pg 1)

A crítica à política indigenista implantada nos primeiros anos de atuação do SPI, pelo Marechal Cândido Rondon e seus seguidores contraditoriamente baseava-se nos ideais positivistas apregoados pelos editores d’O Norte, e levados às últimas consequências pelo órgão indigenista, em seus momentos iniciais. Ao contrário disso, os jornalistas assumiam a defesa aberta dos grandes fazendeiros e chefes locais, o que revela os limites do liberalismo e da ideologia republicana desses articulistas:

... Ultimamente, uma má orientada propaganda de civilizações os tem feito convencer de que eles são os senhores legítimos das terras e bens que os civilizados ocupam, dos quais podem lançar mão livremente como remuneração dos prejuízos que a usurpação de tais bens lhes causou...Está evidentemente provado que esses conselhos animavam os Canela à prática de furtos de gado determinando constante rixas entre fazendeiros e índios...

Essa defesa acirrada da ação dos criadores contra os *Kenkateyê* procurava, portanto, transferir ao SPI e à ação indigenista do Estado a responsabilidade pelo massacre desses índios, os quais dariam respaldo ideológico e legal ao roubo de gado e a invasão das propriedades pelos índios:

... infelizes índios ignorantes recebiam de pessoas que se diziam autoridades a lhes garantir que o governo lhes dava toda a força e que podiam lançar mão da terra e gado dos cristãos como recompensa das caças que esses lhes usurparam... Tudo isso está indicado que o Departamento de Proteção aos Índios precisa encarar muito seriamente o problema... (O Norte, 22/11/1913)

Segundo informa O Norte, os *Kenkateyê*-Canela teriam tomado cerca de 400 cabeças de gado dos criadores, de acordo com levantamentos feitos por um emissário do governo estadual, o que comprovaria "o furto de gado feito em grande escala pelos índios Canela". Esse roubo justificaria o massacre:

...Ultimamente, talvez mal aconselhados, redobraram a ação, matando publicamente gado alheio..Foram esses os fatos que provocaram as desgraçadas cenas de sangue se desenrolaram no aldeamento Cacimbas... (O Norte, 15/11/1913)

As análises realizadas pelos redatores d'O Norte revelam o acentuado preconceito da sociedade regional contra as populações indígenas situadas no Centroeste Maranhense, comum às regiões onde predominam as disputas e conflitos pela posse da terra e seu uso entre índios e brancos, as quais Cardoso de Oliveira definiria como "áreas de fricção interétnica.

...(referência ao órgão tutelar) amparando com seus ensinamentos (esses) desgraçados índios que absorvidos pela nação, entregues aos vícios ingênitos à sua raça tateiam no solo como a fera que espera do acaso a primeira presa que lhe sacie a fome..." (O Norte, 29/11/1913)

A crítica da elite culta da Barra do Corda concentrava-se, portanto na ação indigenista do SPI, embora esse órgão fosse criado há poucos anos, não tendo, ainda em 1913 estabelecido qualquer estrutura de atendimento aos grupos indígenas nessa região. Um único servidor, Marcelino Miranda, instalado nessa cidade deveria prestar assistência a toda população indígena do Centroeste Maranhense, especialmente tendo em vista os abusos sistematicamente cometidos tanto contra os Canela e outros grupos Timbira, na área pastoril, como com os Tenetehara-Guajajara na área agrícola. Ainda assim, os redatores desse jornal sertanejo não desviavam seu foco de análise:

Até agora a proteção a esses infelizes se limita a mimos e agrados, quando praticamente devia encaminhá-los a tirar do trabalho os proventos que a natureza primitivamente lhes fornecia pela caça e pela pesca...A Inspeção de Proteção aos Índios procederá com muito critério se mandasse pessoa de sua confiança sindicarem de um fato que indiretamente está comprometendo aos que incitaram os índios à prática de tais crimes (O Norte, 29/11/1913)

Como instrumento disseminador da ideologia étnica dos segmentos dominantes, e especificamente dos criadores e chefes locais do Centroeste Maranhense, o jornal "O Norte" sugeria qual deveria ser a ação "protecionista" do Estado em relação aos Canela:

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	43
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

43

É para os Canela, que erram sem ocupação pelas cidades, vilas e pelas estradas mendigando roupas e comida, que a Proteção deve voltar, o quanto antes, sem perda de tempo as suas vistas, o seu benévolo amparo, procurando normalizar suas condições de vida, incitando-os ao trabalho, localizando-os em terras próprias de lavoura e marcando-lhes para residência e cultura uma área de terreno afastada das fazendas de criação (OP. Cit, 29/11/1913).

Conforme apontava Nimuendaju, o SPI, ao logo dos vinte anos iniciais do seu estabelecimento não teria conseguido coibir os abusos e defender devidamente os interesses dos grupos indígenas nos sertões no Maranhão. Afirmava, ainda, que esse órgão teria sido incapaz de impedir o massacre dos Kenkateyê em 1913 mostrando ser uma instituição ideal no papel, e ineficaz na administração dos assuntos indígenas, seja por falta de pessoal adequado e suficiente, seja pelas apropriações de sua ação pelos interesses anti-indígenas. (Nimuendju, 1946:5)

A despeito da ideologia e da ação de inspiração rondonianas, o SPI não conseguiria conter o avanço das frentes de expansão sobre as terras e as população indígenas. O Maranhão seria um exemplo das dificuldades do órgão indigenista em enfrentar essas pressões. Implantado no Estado desde 1911, no ano seguinte ao da sua fundação, através de um escritório instalado em São Luís, o SPI deparou-se com as práticas espoliativas dos agentes das frentes expansionistas sobre os grupos indígenas situados tanto nas áreas agrícolas, como na pastoril.

Durante as primeiras décadas de sua atuação, o SPI contaria com apenas um agente para atender às populações indígenas do Centroeste do Maranhão, abrangendo um grande número de aldeias, e uma extensa e pouco acessível área. Assim, até 1917, quando foi criada a "Vigilância dos Índios de Barra do Corda", sob a direção de Marcelino Cesar de Miranda, esse agente atuaria de forma solitária junto aos diversos grupos Guajajara e Canela - *Apãjekra*, *Ramkokamekra* e *Kenkateyê*. O massacre dos *Kenkateyê* constitui um exemplo da incapacidade do SPI. naquele momento, em enfrentar os poderosos fazendeiros e chefes políticos locais.

Durante a década de 40 as tentativas de massacre sobre grupos Timbira nas áreas de ocupação pastoril prosseguiriam. O SPI, mesmo que melhor estruturado do que nas décadas anteriores não seria capaz de evitar esses confrontos, embora tenha procurado, nem sempre com sucesso, a punição dos culpados. Assim, os conflitos existentes no sertão pastoril do Centroeste Maranhense tenderiam a se repetir em outras áreas pastoris tendo sempre como motivação central o alegado roubo de gado praticado pelos índios. Esses conflitos demonstram, ainda, a articulação entre os criadores do Centroeste Maranhense e os do norte goiano, na prática e no discurso legitimador da mesma.

A deficiência de recursos com que contava o órgão indigenista teria permitido, inicialmente, apenas a instalação de uma "Vigilância" em Barra do Corda, "para comunicar às autoridades os crimes que daí pôr diante forem praticados". A partir de 1940, contando com melhores recursos, o SPI teria criado postos nas aldeias mais importantes, e onde houvesse maior "perseguição" aos índios. Entre os maiores "perseguidores" dos índios em Barra do Corda estariam os Arruda,

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	44
Rubrica	<i>Seleu</i>

numerosa família, cuja criação em parte é feita em terras dos índios e à revelia desses, que ficam impossibilitados de utilizá-las, pois o gado destrói qualquer lavoura que tentem estabelecer (SPI, Doc 126, Filme 399, Fot. 1422)

Segundo apontava essa autoridade tutelar, um dos líderes dessa família de criadores ao sul de Barra do Corda, teria recentemente enviado telegrama ao Presidente da República, através do qual forjava a eminência de um ataque dos Canela à sua propriedade, instigados por dois agentes do SPI na região, os quais a pretexto de "direitos, demarcações precipitadas" teriam invadido sua propriedade e promovido "verdadeira caçada...semoventes de toda espécie". Afirmava que um dos agentes do órgão tutelar em Barra do Corda estaria acampado junto aos Canela no lugar Galheiro utilizando a mesma prática, isto é, matando e vendendo animais ao seu critério.

O "telegrama" afirmava, ainda, que os fatos assumiam um "caráter (de) inqualificável comunismo", e a despeito da presença de uma autoridade estadual "apurar os fatos" solicitava ao Presidente da República providências urgentes em relação a essa situação Informava, ainda, que haveria outras "propriedades" devastadas "fazendo-se tudo em nome das autoridades públicas". Concluído o reclamante afirmando que, em

Verdadeiros desrespeito de causa, num último (caso?) seremos obrigados reunir homens e pegar armas para defesa das famílias e vidas. Fatos são públicos e aterrorizantes. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1424-1425)

Segundo esse documento do SPI, o apoio das autoridades estaduais aos criadores locais traria conseqüências desastrosas para as populações indígenas, especialmente os Canela, uma vez que os trabalhos do SPI na região estariam suspensos, naquele momento, pelas ameaças aos servidores e imposições dos criadores, tendo à frente os chefes da família Arruda, com a complacência das autoridades de Barra do Corda, e sobretudo com o apoio do representante do Chefe de Polícia do Maranhão.

O apoio das autoridades estaduais aos criadores de Barra do Corda resultaria, conforme esse Relatório, na transformação de uma "simples questão policial" em que teriam os criadores envolvido um agente local do SPI,


... em elemento favorável aos Arrudas e comparsas, e contrário aos índios que em suas aldeias estavam quietos e absolutamente não ameaçaram nem atacam ninguém... (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1425)

Afirma, ainda, que os efeitos da "confessada solidariedade" do representante do poder estadual aos "civilizados" que ameaçavam os índios e os servidores locais do SPI levou a diretoria central do órgão indigenista, "...para evitar o massacre iminente dos silvícolas, de telegrafar ao dito (oficial) responsabilizando-o pelo que visse a acontecer aos mesmos índios e serventuários do SPI". (Doc 126, Filme 398, Fot. 1425-1426)

Conforme o diretor do SPI responsável pelo documento em questão,

... a luta entre 'civilizados' e índios em Barra do Corda é causa tão conhecida e clara que só os interessados na espoliação dos mesmos índios, sempre atacados e martirizados, poderão negar-lhe razão, para darem-na aqueles 'civilizados'. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1426).

O autor do documento informa como o próprio Chefe de Polícia do Maranhão, e seu representante enviado ao local, teriam se aliado desde o primeiro momento aos criadores, não levando em consideração as colocações dos agentes locais do SPI, nem

Proc. nº	1175103
Fls.	45
Rubrica	

tampouco as dos próprios índios evidenciando, assim, a rede de interesses e relações entre o poder local e autoridades regionais. Apenas endossando a atitude de seu representante na investigação desses fatos, o Chefe de Polícia do Maranhão teria enviado telegrama a um antigo membro do SPI ratificando a versão elaborada pelos criadores e autoridades locais de Barra do Corda.

Alegava o Chefe de Polícia, em seu comunicado, que os funcionários do SPI Orícuro Castelo Branco e Raimundo Miranda *"continuam a cometer desatinos e violências naquela cidade...plantando verdadeiro pânico (à) população..."* Para comprovar sua versão, transcreveu parte de outro telegrama que teria recebido do Inspetor Militar enviado para apurar os fatos, e manter a ordem local, segundo os qual

Proprietários de terras e pequenos lavradores (da) circunvizinhança (do) aldeamento Canelas queixando-se haverem sido intimado...(a) abandonarem suas casas e lavouras sob pretexto (serem) terras não demarcadas (aos) índios...

Afirmava o referido Inspetor haver *"verdadeiro terror entre essa população"*, além de *"promessas de surra...já tendo conseguido muitos despejos"*. Segundo esse oficial, o agente Raimundo Miranda, Sub-ajudante do SPI em Barra do Corda, aconselhado pelo seu pai Marcelino Miranda requisitara praças para acompanhar a aldeia o agente Castelo Branco, numa tentativa de alegar a falta de garantias, o que não lhe foi concedido. Segundo o Inspetor, Castelo Branco era tido pelos sertanejos como *"verdadeiro terror"* (SPI. Doc. 126, Filme 398, Fot 1428-1429).

Reafirmando sua posição de aliado dos criadores locais, o Inspetor Militar enviado a Barra do Corda, passou, então, a desqualificar os agentes do SPI, e por extensão, as suas ações, que se voltavam para a realização da demarcação de uma reserva para os Ramkokamekra-Canela. Essa área seria resultado do Decreto Estadual nº. 1079 emitido em 25 de abril de 1923, e confirmado pelo Decreto-Lei no. 81, de 15 de dezembro de 1936, expedido pelo então chefe do Governo do Estado do Maranhão, Dr. Achilles Lisboa. Os levantamentos etnológicos e topográficos voltados para a demarcação da mesma foram realizados por Curt Nimuendaju, e pelos engenheiros Brito Barros e Dr. Monteiro, em 1936.

De acordo com as representações dessa autoridade, a solicitação de uma tropa para acompanhar os trabalhos de efetivação dessa demarcação, constituiriam uma *"artimanha de Marcelino Miranda...e...medida inteiramente desnecessária"*, e, portanto, negada por esse Inspetor. De outro lado apresentava o sertanista do SPI Orícuro Castelo Branco como um insano que andava armado e acompanhado por capangas pela cidade de Barra do Corda, e insuflando os Canela a furtar o gado dos criadores em suas propriedades, o poderia *"trazer funestas conseqüências"*. Finalmente solicitava à autoridade central do SPI a remoção de Orícuro Castelo Branco e de Raimundo Miranda da Vigilância de Barra do Corda,

...antes que tenhamos que mandar prendê-lo e processá-los pelos crimes que ali vem praticando acobertados pelas funções que exercem. (SPI, Doc 126. Filme 398, Fot. 1428)

A resposta da autoridade do SPI, Capitão Humberto Diniz, ligado por laços familiares ao Chefe de Polícia do Maranhão seria no sentido de reafirmar a idoneidade do servidor Castelo Branco, com o qual havia trabalhado em lidas militares. Afirmava o Capitão Diniz que os dois serventúrios do SPI teriam agido estritamente no

Proc. nº	1175103
Fls.	46
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

cumprimento de suas funções legais, uma das quais seria "*resolver questões de terras de propriedade (dos) índios*". Afirmava, ainda, que as informações passadas pelo Inspetor Militar enviado a Barra do Corda não mereciam crédito, "*dada visível parcialidade e avaliação (de) testemunhos de pessoas da família Arruda que promoveu massacre (aos) Canelo*". (SPI, Doe 126, Filme 398, Fot. 1428-1429)

Sugeria, ainda, essa autoridade do SPI, que o Chefe de Polícia do Maranhão lograsse resolver essa questão "*dentro da máxima justiça com os serventuários e os interesses dos proprietários vizinhos*". Segundo a autor do relatório inicialmente abordado, diante das evidências de parcialmente mostrada pelo Chefe de Polícia do Maranhão, este seria "suspeito para o julgamento do dito serventuário", o que ficaria evidente no telegrama do capitão Diniz, sob cujas ordens Castelo Branco houvera servido.

Esse documento revela uma faceta do trabalho de Nimuendaju junto aos Ramkokamekra-Canela, onde além de sua pesquisada etnográfica realizaria um levantamento que resultaria numa tentativa de demarcação do que mais tarde, no final dos anos 70 seria a "Área Índigena Kanela", atualmente "Terra Índigena Canela/Buriti Velho".

Entretanto o Chefe da 2ª Diretoria do SPI, autor desse Relatório afirma que em função da falta de segurança reinante em Barra do Corda, onde o servidor Orículo Castelo Branco encontrava-se ameaçado de morte, e também "*para não desgostar o sr. Interventor*" resolveu transferir o referido agente tutelar, embora certo de este ter agido "*rigorosamente no cumprimento do seu dever, protegendo os índios e as suas propriedades de assaltos de Arrudas e comparsas, os quais até o momento da retirada de Orículo gozaram do apoio das autoridades estaduais...*" (SPI, Doc. 126, Filme 398, Fot. 1430).

Mais do que a representação de agentes tutelares, autoridades policiais e criadores locais, esses fragmentos do citado Documento apontam algumas das questões cruciais presentes no campo indigenista do Centroeste Maranhense. Inicialmente, refere-se à invasão das terras habitadas pelos Ramkokamekra-Canela, pelos criadores do sertão de Barra do Corda, as quais as consideravam como terras que pudessem ser incorporadas à pecuária extensiva. Utilizando-se de uma lógica decorrente da dominação colonial, onde os territórios indígenas eram vistos como apropriáveis, os criadores e "lavradores" do sertão cordino "naturalmente" avançavam sobre as terras tradicionais dos Canela, seja através do próprio sistema de criação extensiva, onde o gado invadia livremente as roças de mata desse território como se tratassem de "terras livres" se apropriando ainda, de outros recursos naturais, como madeira e animais de caça.

Na perspectiva dos sertanejos, os índios eram (e são) tidos como invasores de "suas" terras tornando-se, por isso, vítimas de maus tratos, expulsão e freqüentemente de assassinatos pelos que se definem como "vizinhos". Como colocava Nimuendajú, um novo estágio nas relações entre os Timbira e moradores do sertão pastoril se alcançava nas primeiras décadas do século XX, quando a invasão dos territórios indígenas pelos sertanejos se dava em tão alto grau, que a antiga máscara de amizade forjada através das relações de *compadrio* davam lugar a manifestações de hostilidade, traições e ironias, quando não ao mero massacre individual ou coletivo de índios. (Nimuendaju, 1946: 5).

Nessa nova condição, os invasores se colocam como "legítimos donos" da terra, cuja posse era comprovada, muitas vezes, através de titulações "centenárias" forjadas nos cartórios locais. Assim os Canela, como outros grupos Timbira sobre os quais se

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	47
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

implantou a situação pastoril, na década de 30 e 40 ocupavam apenas pequenos enclaves dentro de seu territórios tradicionais, dos quais eram gradativamente expulsos. Isso ocorreu através de ação de violência, como os massacres perpetrados pelos agentes da frente pastoril, legitimada através de expedientes como “informações” e “denúncias” forjadas, resultado da aliança dos criadores com as autoridades policiais e judiciais locais e regionais.

Assim, a possibilidade de perda do controle de uma vasta área ocupada pela família Arruda e por outros “lavradores” estabelecidos no território tradicional dos Canela levaria esses fazendeiros, com a cobertura de autoridades locais e regionais, e da emissão de um ousado telegrama dirigido ao Presidente da República, a planejar o extermínio dos Canelas. A despeito das ameaças e pressões, os agentes locais do SPI, com a determinação da organização central desse órgão procurariam viabilizar a demarcação territorial dessas “Terras para os Índios Canela”.

Assim, a situação de denominação impostas pelos criadores aos Canela, concretamente resultava na perda gradativa de seu território residual, na intervenção na suas práticas e valores culturais com a imposição dos valores religiosos e sociais partilhados pelos sertanejos, e de uma lógica econômica determinada pela situação pastoril tenderia a se inverter com a intervenção do SPI. Nesse contexto a “aliança” celebrada entre os Canela e os agentes coloniais nas primeiras décadas do século XIX, e reafirmadas até o início do século XX – a despeito de conflitos eventuais – seria rompida e daria lugar a uma situação de conflito expresso, como a eclosão do massacre de 1913.

Conforme foi apresentado, os fatos ocorridos em 1940 e 41 no “sertão” de Barra do Corda, - onde a falsa expectativa de ataque dos Canela à fazenda da família Arruda, e às populações de povoado vizinho teriam sido produzidas as condições que levariam ao massacre dos Ramkokamekra – Canela por fazendeiros e “lavradores” da região, o que não veio a ocorrer, em parte, pela ação de servidores do SPI em Barra do Corda, e de agentes da direção central do órgão indígena – estavam relacionados à realização de uma demarcação judicial das “Terras dos índios Canela”, de acordo com levantamentos realizados em 1936 por Curt Nimuendajú e outros agentes. Da perspectiva dos Canela, a demarcação de suas terras, ainda que residuais, seria uma forma de acabar com as invasões cada vez mais intensas e permanentes do gado dos criadores, e das roças e povoações estabelecida por lavradores nessa região, e com isso, criar um novo equilíbrio nas relações intersocietárias.

Como se pode observar, o tema central deste tópico do relatório foi a compreensão do processo de formação e desenvolvimento das relações intersocietárias no Centroeste Maranhense, entre os Canela e a sociedade brasileira regional formada a partir das frentes de expansão coloniais e pós-coloniais. Esse processo, se explica em termos do estabelecimento de uma situação histórica, através de qual se implantou a dominação colonial sobre os Timbira em geral, e especificamente sobre os Canela.

Enfim, a demanda atual pela ampliação territorial dos Canela nada mais é do que reflexo de uma série de equívocos cometidos até a demarcação de sua área em 1979, cujo contexto passamos a detalhar a seguir, a partir de informações de Gilberto Azanha, do CTI – Centro de Trabalho Indigenista, de dezembro de 1978, que participou diretamente daquele processo.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	48
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Contexto da demarcação de 1979

Os trabalhos de demarcação do território Canela-Apãnjêkra tiveram início em 1977. Decorrido dois anos desde aquela data, a firma contratada para efetuar a demarcação não havia conseguido completar os trabalhos. Primeiro porque os próprios Canela-Apãnjêkra, ao perceberem que os limites que estavam sendo demarcados não coincidiam com aqueles que sempre esperaram (por terem sido impostos a eles desde cima, pela delegacia da FUNAI em S. Luis e pelo DGPI), interromperam a demarcação, na esperança de poderem forçar a Funai a rever os limites a leste do território, com os quais não concordavam. Imediatamente após o fato ter sido comunicado a S.Luis, um representante do DGPI, o senhor Quirino, apareceu na aldeia dando ordens para prosseguir a demarcação “conforme o mapa da Funai”, sem ao menos ouvir as reivindicações dos Canela-Apãnjêkra. Mas se os índios não foram ouvidos, ou não tiveram força para isso, os moradores brancos da região do rio Enjeitado – limite oeste do território – fizeram-se ouvir e, na mesma ocasião, interromperam a demarcação naquela região, de armas nas mãos. Foi por este fato que a demarcação do território Apãnjêkra ainda não se completou naquele momento.

Os responsáveis imediatos pela demarcação do território Apãnjêkra, o chefe do PI; Daniel Simões, e seu “porta voz”, o “capitão” Euzébio Hôhot, tomaram como referência para o estabelecimento dos limites definitivos apenas a “situação atual”. Nem mesmo o “consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação” foi considerado, pois os limites da área “respeitou” a ocupação de uma grande parte do território tradicional pelos moradores. Neste quadro, que sentido pode ter este consenso histórico? Na verdade ele apenas garante o que resta do território em face a “situação atual”, produto de uma história que, do ponto de vista do branco, é irreversível.

Os limites atuais impostos aos Canela-Apãnjêkra pela demarcação administrativa encerra o longo processo de imposição do território iniciado no século XVIII. E tem também sua história particular, seus atos de barganha e traição. Contam os Canela: “*O Euzébio enganou a gente; disse que os fazendeiros iam dar 40 cabeças de gado prá nós e daí ele tirou este terreno pequeno*”. Por outro lado, Daniel Simões, que se encontra na área há um bom tempo, deveria conhecer os limites do território necessários à sobrevivência do grupo enquanto grupo, principalmente porque ele conhece o incremento populacional verificado nos últimos anos e a necessidade irreversível da sedentarização crescente dos Canela em uma região com escassez de terras agricultáveis. Mas, apesar de conhecer relativamente bem o território tradicional e saber da existência de um outro mapa, onde estava especificado de modo preciso, sem ambigüidades, os limites territoriais pretendidos pelos Canela, Daniel Simões preferiu barganhar com os moradores, que ele por sinal conhece e com os quais mantém boas relações. A propósito deste antigo mapa ainda cabe informar que ele foi feito pelos próprios índios, tem a forma quadrada, mas é absolutamente preciso nas suas indicações e mostrava qual o território pretendido pelos Apãnjêkra. Conforme já salientamos, em 1975, junto com um relatório enviado por Gilberto Azanha à FUNAI pedindo urgência para a demarcação em vista do problema com os invasores já estar se agravando àquela época, foi anexado uma cópia do referido mapa (ver anexos).

Em 1973, Daniel Simões, juntamente com seu “porta-voz”, o “capitão” Eusébio fez outro mapa da área, atendendo solicitação da 6ª. DR tendo em vista a ação de demarcação da reserva que havia sido proposta pela União no mesmo ano. Os limites estabelecidos por este mapa eram dados justamente pelo “cinturão” de moradores invasores. Esse mapa foi

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	49
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

posteriormente enviado à Brasília onde foi plotado na carta planimétrica do Radam e oficializado como "reserva indígena Porquinhos".

O senhor Armando Perfetti, ex-delegado da Funai em São Luís, afirma, "o perímetro da área indígena Porquinhos foi traçado pela comissão de terras da Funai após estudos prévios realizados na área pelo Radam". O que não é de forma alguma verdadeiro: a comissão de terras da Funai não percorreu a área (segundo Gilberto Azanha, existem provas gravadas sobre isto, com Daniel relatando); o Major Saul, do Projeto Radam, tão somente sobrevoou a área, já em junho de 1977, para confirmar os pontos indicados pelo mapa feito por Daniel. A comunidade Apãnjêkra foi deixada completamente de lado. As justificativas apresentadas por Daniel para defender seu mapa eram duas: 1ª) que a área que ele havia "tirado" era grande... em relação a área dos seus vizinhos Canela-Ramkokamekra, pois a primeira mede 72 mil ha., para uma população de 250 hab., e a Segunda 112 mil ha., para uma população de 650 hab.; 2ª) que se fosse obedecer o que os Canela Apãnjêkra queriam a demarcação ia demorar muito, pois tinha muita gente para tirar fora (estas declarações também estariam gravadas). Neste sentido, é justo afirmar, que não se respeitou o direito constitucionalmente reconhecido dos Apãnjêkra sobre seu território.

Quanto aos limites em si que foram traçados deve-se acrescentar ainda que a forma que foram feitos é de uma irracionalidade incrível. Não se aproveitou a divisa natural do Enjeitado "porque tem muito morador com título do Incra", segundo Daniel. Mas o problema não se resolveu nem mesmo com a linha seca traçada a 3 km do referido ribeirão, pois ela corta casas e propriedades do mesmo modo, o que provocou a revolta dos moradores. A demarcação foi interrompida naquela época justamente por isso. Evidentemente, poderiam se esperar problemas graves nesta região pois os moradores ali são na sua grande maioria, criadores de gado: além do Enjeitado, a região é de mata, sem as pastagens naturais do cerrado, e boa parte destes moradores não dispõe de recursos para a criação de pastos artificiais. O resultado é que o gado continuará penetrando os cerrados, a área indígena pois, e com certeza os Apãnjêkra reconhecerão o seu direito ao abate...

Além da infinidade de equívocos constatados, fica evidente a falta de estudos adequados e especializados junto aos Apãnjekra para ajudar a definir o território tradicionalmente ocupado por esse grupo. Essa tarefa acabou ficando nas mãos do chefe de posto e mais alguns funcionários da Funai, que não possuíam competência suficiente para encaminhar os referidos estudos. Não foi adotada portanto nenhum tipo de metodologia, que fosse apropriada ao levantamento para definição de limites da terra Apãnjekra, o que só começou a ocorrer de fato anos depois com a implementação dos GT's da Funai.

"... porque o terreno é nosso, nós não tá roubando. O terreno é nosso, nosso. Nós que vamo precisá, então nós marca. Porque fazendeiro é que tá ensinando presidente, que ele tá marcando terreno bem ali prá nós. Aonde é que nós vamo dar uma caçada? Porque bem ali eu não quero. E eu não quero fazendeiro, eu não quero nenhuma cabeça de gado por via desse terreno. Eu fico pobre todo o tempo, comendo peixe, comendo mambiro, comendo raposa, comendo cangambá, mas o terreno é onde eu queria marcá". (Goiabeira Harhi, velho Apãnjêkra).

[assinatura]

II – Habitação permanente

Aldeia Porquinhos

O território tradicionalmente ocupado pelos Apãnjêkra-Canela compreende toda a extensão que vai do ribeirão Por Enquanto ao riacho Enjeitado, afluente do alto Mearim, no sentido leste/oeste. Ao sul estende-se até a região do rio Alpercatas, ocupada também pelos Kencatejê, grupo que havia se separado dos Apãnjêkra em meados do século XIX e desaparecido enquanto grupo depois do massacre efetuado pelo fazendeiro Raimundo Arruda em 1913. Os sobreviventes Kencatejê, basicamente mulheres e crianças voltaram a integrar-se aos Apãnjêkra, abandonando o território que ocupavam e que, por sua vez, foi assimilado às “posses” do fazendeiro Raimundo Arruda e descendentes.

Segundo Nimuendajú, “habitavam – os Apãnjêkra na aldeia Porquinhos num pequeno afluente da margem direita do alto rio Corda ou Capim. Ao Oriente eles confrontavam com os Ramkokamekra-Canela no divisor de águas entre os Porcos e o Papagaio, afluentes da margem direita do Corda. Ao Ocidente, eles estendiam-se além deste rio à região do alto Mearim, até os confins dos campos, pois a mata é ocupada hoje pelos Guajajara. Provavelmente eles eram vizinhos dos Pykôpjê na região do “Grajaú”. (1940,p.34).

Toda a região compreendida entre os ribeirões Por Enquanto e Enjeitado é território tradicionalmente ocupado pelos Apãnjêkra-Canela. E todos os ocupantes não-índios de porções deste território sabem que ocupam “terra de índio”. Durante o século XIX, notadamente depois da “pacificação” (após 1850), o procedimento normalmente utilizado para a ocupação era feito em troca de permissões temporárias dadas pelos Canela para a “invernada” do gado no território. Deste modo, os fazendeiros vizinhos podiam garantir a não matança de seu gado pelos Canela em troca de algumas cabeças dadas como pagamento do uso da terra. O extinto SPI “oficializaria” mais tarde, esta prática. Os mesmos Apãnjêkra aceitaram esta “situação de paz” a partir de 1913, após o massacre dos seus “parentes” Kencatejê, concentrando-se acima das cabeceiras do rio Corda, para o lado do ribeirão Enjeitado.

Atualmente, a comunidade indígena está estabelecida na **Aldeia Porquinhos**, localizada em região próxima às margens do rio Corda, tendo se fixado neste local desde o ano de 1964, como resultado de um longo processo de ocupação territorial o qual é descrito a seguir, no item “Memória da história da ocupação”. Apesar de estarem estabelecidos nessa aldeia, os Apãnjekra nunca deixaram de percorrer e utilizar as terras, seja a leste, na região do Enjeitado, próximo aos vizinhos Guajajara, com quem mantêm constantes relações comerciais; seja ao sul, na região do Alpercatas; seja a oeste, na região do Papagaio, Sítio dos Arrudas e Pau Grosso, próximo aos vizinhos Canela-Ramkokamekra, com quem mantêm frequentes relações comerciais e rituais; seja ao norte, na região de Santa Isabel, onde realizam caçadas e coletas de côco – são portanto, áreas importantes tanto para para a realização de caçadas e pescarias, como para a coleta de produtos extrativistas, ou mesmo para a construção de relações sócio-culturais com os grupos indígenas citados.

A aldeia Porquinhos, que conta com uma população de cerca de 569 pessoas, distribuídas em cerca de 80 famílias (Censo FUNASA, 2001), reproduz o formato circular das aldeias tradicionais dos Timbira, sendo composta por 70 casas, as quais constituem o

Proc. nº	1175103
Fls.	51
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

espaço doméstico e feminino. No centro da aldeia está o pátio, lugar masculino, onde se realizam os rituais e onde os homens se reúnem ao amanhecer e ao pôr do sol.

Como aspecto característico do critério uxorilocal de residência, as casas são habitadas por várias famílias extensas relacionadas entre si pela linha feminina (avó/mãe/filha). Assim, uma mulher nasce, cresce, procria, vive e morre na mesma casa. Os homens, quando se casam, vão residir na casa da esposa, mas sempre mantêm um forte laço com sua casa de origem, onde residem sua mãe e irmãs, pois será onde transmitirão seus nomes.

Memória da história de ocupação

Os velhos Canela-Apãnjekra lembram que o início da ocupação do seu território ocorreu com os aldeamentos denominados **Honkô** (“lugar onde existe água”, chamado pelos regionais de Arrendido) [1] e **Kaconkô** (“lugar onde existe o côco cunhã”, conhecido regionalmente como Chinelas) [2], dos Kencatejê, que teriam existido durante um mesmo período (consultar numeração das aldeias citadas referenciadas no mapa do anexo 9). Trata-se de um período onde todos os Apãnjekra estavam reunidos na aldeia **Honkô**, situada nas proximidades do Sítio dos Arrudas, denominado também “Vão da Aldeia”. Os Kencatejê por sua vez, estavam reunidos na aldeia Chinelas, nas proximidades do rio Alpercatas. Durante essa época, os Apãnjekra e os Ramkokamekra mandavam “portadores” para avisar o dia de fazer roçado, para delimitar suas fronteiras territoriais, na cabeceira do riacho Por Enquanto. Reuniam-se anualmente para renovar esse roçado e, conseqüentemente, esses limites.

“É...Brejo de Cima, Brejo de Cima, do Brejo de Cima desce aqui no Sítio dos Arrudas e Bacabal. Do Brejo de Cima, aí tora pra cá ó, no Cabeceira do...Do Cabeceira do Por Enquanto, o banda de cá...O banda de cá que é nosso, o banda de lá do brejo, por enquanto, é do... É do Ponto (aldeia dos Ramkokamekra).

Então vai abeirando aqui, Cabeceira do Veneza. Do Veneza topa no Barreiro dos Lobo. Pronto! Passou no...Nesse que era...demarcação véia.” (Cutó Apãnjekra)

*“Toda vida fico lembrando quando ele deixava, contava e eu fico ouvindo tudo, esses cupên ficam mentindo, porque ninguém sabe contar as histórias de nossos antepassados. Por isso ninguém sabe, mas os cupên daquela época viram tudo também mas eles querem ser donos disso, por isso sempre negaram. É o lugar mais antigo onde eles viveram por muito tempo mas teve época que tinham que mudar então, eles fizeram uma longa caminhada e chegaram num lugar e formaram uma aldeia. Depois eles abandonaram esta aldeia e deram uma outra longa caminhada e formaram a aldeia perto de um pé de pequi enorme, depois de algum tempo eles mudaram para um lugar chamado **Honkô** (Arrendido), e lá fundaram a aldeia, lá onde o “Bibi” mora, depois dele ficava a aldeia.*

São isso tudo que a finada minha mãe contava. Ficaram morando e botaram fogo nos morcego que estava dentro da caverna de pedra. Tinha uma pessoa dentro dela. Eles foram novamente para botar fogo nos morcegos e viram. Esta pessoa esta lá, deitada no meio dos morcegos e era uma espírito e todos que estavam lá viram ele. Subia um por um, olhavam e desciam assustados e não contavam um para o outro, até que o último que olhou, saiu comentando os horrores e então todos debateram o mesmo assunto. Tinha um

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	52
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

último que disseram para ele que não subisse porque tem uma pessoa, e depois que espalhou a conversa de um para o outro, todos voltaram para a aldeia e contaram para o povo da aldeia.

Todos os que subiram para olhar a caverna tiveram febre alta e o pajé fez um trabalho para todos. O espírito que estava na caverna é quem deu febre para todos. E com medo disso, fizeram a mudança de novo... Eles não desistiram do lugar por conta própria, os do Ponto vinham e botavam feitiço e brigava.” (Cakôtxen Apãnjekra)

O cacique da aldeia **Honkô** era **Kapruré**, que liderou seu grupo durante períodos de guerras contra outros grupos (inclusive os Xavante, segundo Eusébio Canela), em especial contra os Ramkokamekra. Existem inclusive vários relatos de histórias de guerra, que destacam os feitos de heróis guerreiros Apãnjekra, um deles chamado **Atorkó**, no confronto com os Ramkokamekra e com os próprios cupen (“civilizados”). Após o cacique **Kapruré** ser morto, ocorreu uma cisão no grupo, que se dividiu então em duas aldeias: **Minakopentxá** (Lagoa do Jacaré – chamado pelos regionais de Serrinha) [3] e **Katxorékô** (Bebedouro) [4], às margens do riacho Enjeitado (**Kogatxoiré**).

Segundo Moisés Itxenk, os índios se afastaram da aldeia **Honkô**, uma vez que uma moradora não-índia de nome “Sivi” invadiu a área, que também é referida acima, no relato de Teresa. Tratavam-se então dos primeiros moradores não-índios a ocupar a região e invadir o território tradicionalmente utilizado pelos Canela. O processo de invasão da terra indígena seguiu o mesmo padrão imposto pelos “caminhos do gado”, ou seja, criadores de gado e seus rebanhos vindos do nordeste em procura de pastos, forçando com isso o deslocamento das populações indígenas que encontravam pela frente. Evidentemente esse processo não ocorreu sem conflitos e enfrentamentos, conforme veremos adiante.

*“Agora esses lugar pra onde... pro rumo do Papagaio. Isso aqui já era tapera véia, antiga. Eu não alcancei. Mas, o meu avô contava que tinha tapera pra lá. Buriti véio, a **Minakopentxá**. Ainda hoje tem bacurizal ao redor. Porque ele apanhava os bacuri e comia lá e jogava o caroço, nascia. Na **Minakopentxá**.*

É pra cá também, do mesmo jeito. E pra onde nós andemo. Lá pro Ribeirão Enjeitado. Porque nessa época que tinha essas aldeias. E teve uma aldeia muito grande, aqui na Cabeceira do Zé Mingo, em riba da serra. Até porque mesmo diz pra nós que esse aldeia, era uma aldeia muito grande. Lá que espalhou. Veio pra cá um bocado, e veio um bocado pra Santa Rosa, um bocado foi pro Chinela, pro Ribeirão. Foi nesse lugar que espalharam.” (Hôhot Apãnjekra)

*“Assim foi assim primeiro, o povo daqui pensando muito bom **Himprôcatêjê** (os de antigamente), ele sempre combinando, sempre combina, índio próprio ele nasceu, todos nação primeiro briga por causa da caça e capim: onde capim vai saindo de fogo vai esta aldeia, vai olhar e vai brigar, não é brincadeira não, vai brigar fora da aldeia esta aldeia também vai brigar o índio lá na mata de bacabal abaixo da Barra que ele vem... depois mudou aldeia pra cá pra Cabeceira da Serrinha – **Minakopentxá** - naquele canto lá que fez aldeia, ele mora por lá aí os índios lá da mata passou no meio da Serra da Barra do Corda agora que estão aumentando, era só me parece que nove morador, parece nove ruas não, oito casa lá no tempo do Raimundo Marcelino morava ai, eu conhece também agora naquele morro daquela Serra Grande daqui nós então encercando aí Sebastião...” (Krowapú Apãnjekra).*

[assinatura]

O agrupamento que se localizou na aldeia **Minakopentxá**, deslocou-se posteriormente para a aldeia **Hugaprêk** (Papagaio) [5], próximo ao ribeirão de mesmo nome; e depois para a aldeia **Hatuitxó** ("Cabeceira" - chamada pelos regionais de Cabeceira do Zé Mingo ou Santa Rosa) [6], na região atualmente denominada Catingueiro. Ficaram aí até 1913, ocasião do massacre dos Kencatejê, quando mudaram-se para o aldeamento **Pinré** (Passagem de Vara) [7], juntando-se não só com os remanescentes Kencatejê, mas também com o outro agrupamento originário da aldeia **Katxorékô**.

Por volta de 1880, contam os Canela, a aldeia **Katxorékô** estava localizada perto das margens do ribeirão Enjeitado, num lugar chamado São Joaquim. O agrupamento do **Katxorékô** tinha um cacique Guajajara chamado Sapucaia (casado com uma Canela). Segundo os Canela, quando um caçador de veado morre, sua alma vai se transformar num veado; se é pescador, vai virar um jacaré. Quem caçar um desses animais, pode adoecer e até morrer de feitiço - além disso, a carne é dura, sem gosto e com cheiro forte. O finado Luis Lopes teria virado um garrote e corrido atrás de outros índios no Bebedouro.

Depois mudaram-se para as margens do ribeirão "Serra Branca" (**Konkokré**) [8] devido a morte de um feitiçeiro, um Canela-Ramkokamekra. Nesta época um tal Emiliano Rodrigues - segundo os Canela, pai da mulher do Akashe -, morador das Piranhas, pediu ao chefe Antonio Sapucaia Hôhot para invernar seu gado na região da "Serra Branca". Em troca lhe daria 4 cabeças de gado por ano. Mudaram-se depois para **Prinkô** (Serra do Aprísio - Pequizeiro) [9] - localizada entre a Serra Branca e Manoel Teodoro.

*"Bem...Esse meu avô...Minha avó me contava. Daqui desses lugares, que foi morador antigo, foi alicerce véio dos índios. E também aqui no Barrerado e uns Guaja morando aqui também... E na Racharia tem uma aldeia também dos Guaja. E nessa vez, lá no Bebedouro que chama...Campo São Joaquim, lá teve aldeia dos Canela, chamado **Katxoréko**. Nessa época casou Canela com Guaja. Com Guaja chamado Sapucaia. Ele que era cacique dessa aldeia lá do **Katxoréko**. E ele mandava, era cacique muito valente, muito forte, era muito duro. Não tinha o branco que podia com ele. Então ele era pajé. Quando ele pedia matutagem. Assim como hoje em dia o pessoal tá pedindo. Retira! Pra retirar o gado de lá da fazenda dele pra botar aqui na nossa área pra pagar renda. Mas ele não concordava de jeito nenhum. Concordava assim, se ele dá assim de...logo dez cabeça pra passar um ano... então só seis mês. Mas ele não concordava. Agora se ele puder dar, ele arrumava. Mas se ele não puder, então ele não botava de jeito nenhum. Só pra conversar ele já recebia uma matutagem, só pro conversar com o fazendeiro. Mas uns Guaja botaram feitiço e os Canela também feitiço. Enterraram feitiço na aldeia dos Guaja, e os Guaja vinha e enterraram também. Ai dava febre, dava diarréia...*

Dava tudo. Ai foi acabando. Ai ele...O pajé viu eu não dava certo pra morar mais lá, que lá não tava prestando, que o lugar tava tudo enfeitiçado. Então mudou pra Serra Branca. Ainda desceram a Serra Branca. Lá pro lugar chamado... Ali em riba da serra, lugar chamado...Pequizeiro.

Tinha...lá tinha um poço. Assim um buracão de pedra. Bem acolá assim, fundo e não seca. Tem água. Até hoje. Eles fizeram a aldeia lá. Mas lá, passou não sei quantos anos lá e não tava se dando bem lá. Lá tinha muita mata. Mas, água que...era só este. Era só um poço.

De noite diz que todo mundo estava dormindo. Morcego ajuntava, vinha, roía aqui no nariz, tinha vez que roía no orelha. Ai ficaram com medo, afastaram e mudou pra Serra Branca.” (Hôhot Apãnjekra)

“Era acolá no Enjeitado, que era um velho Guajajara que casou com a índia do Canela, então ele aprendeu falar como índio. Ele era um cara muito forte, guerreiro bom e até pajé. Ele era pajé quando ele mandava matar um gado do fazendeiro, se o fazendeiro ver, dizer que é o capitão. E jurava de matar, quando chega no meio da estrada e fazia magnitivo pra ele, quando chega lá pegava no braço e dizia: - Olha, jurou de me matar, agora eu quero ver se vai me matar mesmo, eu veio pra mim morrer!! Ai o cara disse: - Não, rapaz, o que é isso? Isso é conversa! Acabava aquela raiva. Então não, não se zanga não, vou dar um matutagem, tá bem aqui no curral. Pois me entregue logo! Ele era acostumado de fazer isso porque ele era um pajé muito forte, ele era guerreiro muito forte também. Então, e tinha um padrinho aqui na Serra Branca. Jurou de bater nele aí ele foi lá no padrinho dele, pegou na mão do padrinho dele e disse: - Olha meu padrinho, eu quero que você vai me matar agora, se não me matar, pois nós vamos acabar com a sua fazenda todinha. Não meu afilhado o que é isso, eu lhe dou. Acabou aquela raiva. Ai deu, dava boi de 200 quilos pra ele. Então meu avô... meu bisavô me contava essa história.” (Itxenk Apãnjekra).

Observa-se novamente a interferência de não-índios no processo de ocupação tradicional do território, através de tentativas de aliciamento dos índios por parte de fazendeiros interessados em colocar seus rebanhos de gado na terra indígena. A determinação e valentia do cacique da aldeia **Katxorékô**, descritas nos relatos dos mais velhos, garantiu alguma autonomia dos Canela sobre seu território, pelo menos até a morte do referido cacique.

Com a morte do chefe Antonio Sapucaia, mudaram-se para **Jikrehihtu (bacia inchada)** – chamado pelos regionais de “Gonçalo”) [10]. O novo chefe, “major” Felipe, não cobrou mais o gado devido por Emiliano Rodrigues e o “contrato” foi desfeito. A partir daí as matanças de gado começaram forçando o “Caninho” (apelido de Emiliano) a procurar outra “invernada” para seu gado, Enjeitado abaixo. É fácil comprovar este relato: é só deixar-se acompanhar dos Canela que eles mostram os lugares de antigas aldeias (“taperas”), apontando o lugar das casas, o pátio, os Canela mostraram vários locais com as pedras redondas usadas na “moqui”(cozimento com pedra).

Finalmente, mudaram-se para **Pinré** (Passagem de Vara), unindo-se de novo ao outro agrupamento Apãnjekra e aos Kencatejê, conforme destacado acima. Todos foram obrigados a se juntar lá em função do massacre provocado em 1913 pela família dos Arruda. Estavam amedrontados e dessa forma se sentiriam mais protegidos.

Os Kencatejê, haviam se mudado da aldeia Chinelas (contemporânea da aldeia Honkô) para a aldeia **Kacoconkatejê** (Ribeirão dos Caboclos - Travessia) [11], nas proximidades do córrego de mesmo nome, onde ocorreu o massacre. Os remanescentes, cerca de 80, refugiaram-se junto aos Apãnjekra, Ramkokamekra e também junto aos Krahô (ver história do contato).

Depois de 1913, após o massacre dos Canela-Kencatejê portanto, os Canela procuraram se afastar do gado, isto é, das margens do Enjeitado, temendo novas represálias por parte dos fazendeiros. Nesse período, em que as aldeias acompanham as margens do

[assinatura]

Corda e afluentes, o gado dos moradores das Piranhas e de outros das margens do Enjeitado começam a fixar-se nos cerrados à margem direita daquele ribeirão.

“No Gonçalo mudou pra...Aqui pra Passagem de Vara. Da Passagem de Vara mudou aqui pro Porquinhos. Aqui no Porquinhos quase que saía uma guerra...misturou esses índios...misturou com os de lá da Chinela, do Ribeirão.

Vieram pra festa de Ikréré vieram tudinho. Ai os índios do Ponto veio brigar com eles. Mas a rua tava tudo cheio de homem, tudo armado. E no pátio também tava tudo reunido. Chega tava assim, lá no pátio. Ai índio lá do Ponto fizeram...dois vieram. Um daqui lá no outro lado da casa era mulher com cada uma borduna e o homem com arco. Rapaz, mas diz que foi para briga mesmo. Ai teve lá no pátio, tava todo mundo reunido. E lá na rua também. Todos preparado de arco, de borduna era de toda a coisa. Ai...o que tava preso dentro de uma casona do tamanho dessa aqui. Bem tatuadim, de palha, de parede. Ai quando veio chegando na rua, na entrada da rua. Ai todos...abrindo palha de parede pra ver. Ai outro que vinha atrás viu: - “você não tão prestando atenção não? Olhe, aqui nessa casa todo mundo chega tá abrindo a parede pra ver nós. E acolá. Olhe o tanto lá. E na rua, ó o tanto que você tão vendo. É melhor que você... vamos parar. Nós não vamos brigar não. Por que se nós assanhar, eles mata nós tudo. É melhor nós quietá”. Ai pararam. Ai nesse dia, diz que meteram o castigo nesse pessoal de lá. Por isso que eles não tão gostando de nós. Não tão gostando de nós...” (Hôhot Apãnjekra)

A aldeia Passagem de Vara, resultado da fusão de pelo menos esses três agrupamentos – Cabeceira do Zé Mingo, Gonçalo e Chinela - transferiu-se depois para a aldeia denominada **Krokia** (Porquinhos I) [12], que possui velhos alicerces e cemitério, mas que não era ainda o atual aldeamento. Dali mudaram-se para **Kogukré** (Brejo do Fundo) [13], onde já havia a presença do SPI, motivada pelas consequências do massacre e pressões que os índios ainda vinham sofrendo. O primeiro chefe desse posto foi de nome Alcino, seguido depois por Delfino, Bento Vieira, Arão, Altino, Daniel Simões, Franco, Cláudio e atualmente Gessé Canela. O primeiro “administrador regional” por sua vez, foi Raimundo Miranda, seguido por Olimpico Cruz, Pedro Lemos e outros.

No Brejo do Fundo ocorre nova cisão. Parte dos índios não gostaram do lugar em função de suas fortes chuvas e ventos, que provocou então nova mudança de um agrupamento para **Awarkô** (Rancharia) [14], e de outro agrupamento para **Koiabreré** (Lagoinha) [15].

O problema principal da Rancharia era a falta de água. Segundo Moisés Canela, havia uma cacimba que secava e “esgotava sapos”. Em função disso, mudaram-se para **Kokóti** (Jandaia - Três Lagoas) [16], localizada a uma légua e meia da Rancharia, onde ficaram cerca de 3 anos antes de deslocaram-se desta vez para a aldeia **Kogati** (Rio Corda - Ludogero) [17] para se encontrarem com o outro agrupamento.

O outro agrupamento (composto por Pedro Batista, Vicente, Ambrósio, Zé Fumeiro, Pifânio, Zé Perna, entre outros) que foi para **Koiabreré** (Lagoinha), era liderado pelo cacique Chico Noletto. Após a sua morte, os dois agrupamentos resolveram se juntar novamente para fazer seu enterro. Essa fusão ocorreu novamente na aldeia Ludogero nos anos 30.

Com a instalação de um posto do SPI na aldeia do Ponto (Canela-Ramkokamekra), em 1941 e, principalmente, com a chegada do encarregado de nome Castelo Branco – que,

Proc. nº	1175103
Fls.	56
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

segundo Nimuendajú, “expulsava a tiros fazendeiros invasores e considerava como caça todo o gado que se encontrasse nas terras Canela” os Apãnjêkra, sentindo-se de algum modo protegidos, voltam a percorrer seus antigos territórios no Enjeitado (transferência da aldeia para Koiabreré e, mais tarde para a Awarkô). Mas é necessário frisar que a presença do SPI em área Canela-Apãnjêkra era débil.

Em relatório de novembro de 1941, da Inspetoria do Maranhão do SPI, são relatados fatos bastante significativos envolvendo o servidor Castelo Branco, que evidenciavam o forte poder político da família dos Arruda. O fato do referido servidor defender claramente o direito dos índios, fez com que ele fosse objeto de denúncias e reclamações de Alcy Arruda. Mas nada que desabonasse seu trabalho foi identificado. Por outro lado, ficou patente a perseguição dos Arruda, Cravo e Ferreira, pelo fato de Castelo “proceder em defesa das propriedades indígenas”. O relatório ainda faz menção ao massacre de 1913 e cita o sr. Marcelino Miranda, “que foi uma das testemunhas (...) dos horrores dessa carnificina”. Por fim, o responsável pelo Inspetoria do Maranhão, sr. José Teodoro, recomenda: “para que possamos seguir o regulamento do SPI e podermos demarcar sem ameaças dos Arrudas, terras dos índios, tem uma única solução que me permito sugerir: é a Diretoria mandar uma força federal para estacionar em Barra do Corda até que os serviços fiquem ultimados. (...) O espírito político e essencialmente colonial imperam ainda naquela cidade de Barra do Corda.”

Depois da saída de Castelo Branco (1951), nem o SPI e nem posteriormente a FUNAI impediram a presença e permanência de núcleos de moradores na área Apãnjêkra.

Entre 1940 e 1950, os Apãnjekra moraram novamente na aldeia **Koiabreré** (Lagoinha), sendo que em 1948 foi instalado um posto do SPI nessa localidade. Durante esses 10 anos de ocupação, a mata disponível para o trabalho de roça acabou e o grupo mudou-se novamente para Porquinhos (I), onde permaneceram por mais 5 anos. Em 1955, mudaram-se para Rancharia, onde permaneceram por quase 10 anos, antes de mudarem-se para a atual aldeia de **Krokia** - Porquinhos (II) [18] em 1964. Aproximadamente em 1970, todos mudaram-se novamente para Rancharia em busca de áreas de mais matas e de terra reconhecidamente boa para a agricultura. Finalmente, em 1974 se fixaram no Porquinhos (II), onde estão até hoje. Naquela época estava sendo iniciada a construção do Posto da Funai, escola e demais estruturas físicas em alvenaria na aldeia, conforme pode-se constatar inclusive em relatório de Alceu Cotia de 1977, por ocasião de sua passagem naquela área indígena.

Depois disso, ainda houve a mudança de um pequeno agrupamento para um novo aldeamento denominado **Cuntxêco** (Bacuri) [19], onde entre 1979 e 1981, os Apãnjekra estiveram envolvidos em projetos da CVRD. Após essa experiência, retornaram para Porquinhos (II).

“José Comeiro era funcionário, agora Vicente era o cacique e acolá na Rancharia o cacique era Manoel dos Santos. É o meu padastro e ajudante era o Ambrósio, o Adriano, todos mais velho. Combinava aquele acordo para resolver qualquer problema.

E combinaram esse dia. Vicente mais o Manoel dos Santos. Combinaram como é que podiam fazer se podiam misturar de novo, aí concordaram que podiam misturar, mas se for para fazer mudança para Lagoinha. Na Lagoinha também tem muita água e água boa, e tem muita mata e a mata é bom para trabalhar. É muita mata para as caças, ponto

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	57
Rubrica	<i>Alley</i>

de caça e peixe também, não passava nada de mau. Mata tem bastante para trabalhar, e palha muita para fazer casa.

Ái concordaram... nesse tempo eu já tava já assim de dez anos de idade e eu acompanhei. Fizeram uma farinha, botaram dentro do saco, botaram dentro do pacará e botaram pra mim carregar pra lá pra aldeia, cada um com sua comida pra comer lá pra poder fazer construção pra casa. Ái foi todo mundo, fizeram local de uma vez. Ái começaram a fazer a rua, o pátio e o caminho, a roça. Descansaram mas quando passaram dez anos lá, voltaram para a Rancharia de novo onde passaram mais dez anos e voltou de novo para cá. Ali em cima do alto da tapera, voltou de lá e veio pra essa aldeia da Rancharia. Da Rancharia ou daqui do Porquinhos e achava que lá era pequeno. Tem morro pra todo lado e só baixão e morro pra lá, não podia fazer aldeia grande e descemos aqui, fizemos no meio do baixão. Aqui era só agreste, agora tá virando mato e da tapera velha veio pra cá.

Saiu assim para fazer trabalho para acolá no Bacuri onde nós passamos, onde nós fomos caçar. Existe uma aldeia lá com uma parte da família do Maranhãozinho porque era funcionário e que nessa época o Itxênc era o cacique no Bacuri por volta de 1979 até 1984, mais depois voltaram quando acabou com a mata e depois voltaram para Rancharia. O krin era toda vida nós saia pra trabalhar e voltava de novo depois e passava lá tempos... É só pra trabalhar porque aqui não tinha mais nada." (Itxenk Apãnjekra).

"Mesmo o nosso bisavô contando esta estória antiga. Então é isso. E foi aqui, passando muitos e muitos tempos e demorando, depois voltou para Lagoinha aí fez aldeia nova lá, e lá todos deram febre, todos os índios. Depois mudaram de novo e fez o Posto e se criava gado e depois deixava o lugar e todos mudavam pra Awarkô (Rancharia) que significa "anajá". Teve esse nome porque no lugar tem muito pé de anajá, por isso que fala assim e também pau-liso junto do pé de najá, tem muitos pau-liso e por isso conhecemos por dois nomes, e fomos nós quem botamos o nome de Awarkô. Agora nós índios botamos o nome Awarkô e Párcaxákô (pau-liso e pé de najá). Então surgiu a aldeia na Rancharia e pra fazer todas as casas, quase acabamos com os pés de anajá, só ficaram alguns, por isso eu sempre conto essa história". (Krowapú Apãnjekra).

Os Canela afirmam constantemente seu interesse em parar de compartilhar seu território tradicional com os ocupantes não-índios. Os limites atuais dificultam as incursões realizadas antigamente, sendo que os índios fazem questão de salientar que os trechos possíveis de serem percorridos dentro desses limites são muito curtos.

"Então nós tamo querendo, neste lugar que nós tamo querendo formar casa. Nos formemo que esse é pequeno. Sambaiba é pertinho. Eu saindo daqui 6 horas do dia chega... Antes de 11 horas eu já tô lá. O Enjeitado, eu saio bem daqui, quando é 2 horas eu já tô lá. E daqui pra Lagoinha, daqui pra Serrinha, pra Cabeceira... quer dizer, pro brejo do Riacho Fundo, não dá nem metade do dia, chega cedinho. Saindo 7 horas, 9 horas tá lá. É pequena. A área é pequena. Bem aqui pra cá do Jatobá, chega antes do meio-dia lá também. Serrinha é a mesma coisa. Essa não é área. Eu quero a área que chega pra gente. Que nós vamos aumentar. Nós vamos aumentar. Ái nós precisa lugar pra trabalhar, fazer caçada, fazer precisão, que é muito pequena..." (Cutó Apãnjekra).

Alley

Os locais para caça e roça estão ficando saturados, e já não possibilitam a fartura existente no tempo dos mais velhos. Essa reclamação é recorrente em todos os depoimentos coletados junto aos Apãnjekra, destacando muitas vezes locais que atualmente encontram-se ocupados pelos cupen, como o Sítio dos Arruda por exemplo. Através da força e violência, essa família invadiu e ocupou grandes faixas de terras tradicionalmente ocupadas pelos Canela. Em toda a região, mesmo entre os não-índios, são conhecidos os métodos de intimidação utilizados pelos Arruda contra os índios (conforme o relatório do SPI acima citado já destacava em 1941).

“Sou chefe do Hahãcatêjê aí você pode saber, quando eu quero comer em alguns lugares, aí eu falo para minha mulher e vamos naquele lugar, nós matamos alguma caça pra nós comer e vem embora, nós bota o côfo na cabeça e vamos indo arranchar na Serrinha, nós pegamos peixinho e nós come e passando a noite, de manhã nós saímos para o Papagaio e lá já tá botando uma aldeia, aí o povo do Zeca Cravo (da família dos Arruda) já tem muita morada e só casa de telha e lá já tem muita gente até o carro chegar lá, assim eu fiquei abusado...” (Krowapú Apãnjekra)

A memória sobre todo esse processo de ocupação continua viva e atuante no contexto sócio-cultural dos Apãnjekra. Um outro exemplo dessa clareza que o grupo tem de sua história de ocupação territorial refere-se aos registros de falecimentos que os mais velhos guardam em suas memórias, como podemos observar na listagem a seguir, segundo Moisés Itxênk:

Lembranças e registros de falecimentos:

Serrinha tem dois cemitérios.
Brejo Fundo tem um.
Korênk está enterrado no Papagaio.
Atôi (Fernando), pai de Eduarda está enterrado no Catingueiro.
Na Cobiça morreram três índias.
Em Bonito, adiante de Boa Esperança, morreu o pai de Moisés e outro parente (João Alderino Peptxên e Kupá) e foram enterrados juntos, emparelhados. Lá também morreu Surôto.
Na Passagem de Pedra morreu o sogro de Moisés (Manoel Melquides – Kacotxen) picado de cobra.
Ainda segundo Moisés, existe outro cemitério na Barreira dos Lobos, onde morreu Pifânio Tunkô.
No Bebedouro, morreram Sabino Ituk e Luis Lopes Paty.
No Alpercatas, Bernardo Yôí foi morto por vaqueiros e enterrado e nunca foi encontrado – ele vinha trazendo um bandeira e um gado que vinha sendo tocado se espantou e os vaqueiros se zangaram e mataram o índio. Sua mulher esperou dois dias e depois veio avisar os parentes na aldeia, mas nunca o corpo foi encontrado.
Na Serra Branca, Tuhók (mãe de Alcebíades), Uoprêmp e Krankré, 3 velhos, foram enterrados.
Na Sambaíba foram enterrados: Kaukré, Hopotxê, Vytyxoi.
No Bacuri foram enterrados: Miguel (Póhò), Uakôn (Mundoca) e 10 crianças (por causa de febre).
No Arrependido, Hócran (avô de Antonio Ribeiro).

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	59
Rubrica	<i>Deu</i>

59

Em Nazaré, Krenti (Pompeu), tio de Antonio Ribeiro.
No Oriente, acima do Baixão dos Peixes (dos Guajajara), morreu Kaakryc (Pedro Batista).
Na Lagoinha morreram: Shimit (Teepré), Chico Noletto (Poduy), Ambrósio (Tô), Manezinho (Kun), Caetano (Tunkô), Zé Perna (Kawãr), Gabriel (Hoiaká), Inácia (Kuhêc), Yontxen, Teéti, Pukin, Polino, Kahi (pai do Felipão), Horôt, Adriano (Uohô), Zé Capão (Pukran), Zé Aroeira (Koronkon), Abílio Krahô (Iahai), Elisa (Terkoï), Hokran, Iontxekey, Txukran, Pryhi, Toténk. Todos eles morreram de malária, sendo que essa aldeia existiu há cerca de 40 anos e durou aproximadamente 10 anos.
No Ludugero morreram: Januário (Ironkró), Kaiari, Kopcoi (Tonica, mãe de Luíza), Iopró, Iahiri, Domingos (Krogutxo).
Em 3 Lagoas morreram Kohi (Viana), Carmosina (Yokô), Pukin, Kupakó, Iôko.
Na Passagem de Vara morreu Hapukrit (Rufino).

Determinadas famílias já se dispõem a reocupar suas áreas de ocupação tradicional, constituindo novas aldeias. Há cerca de 3 anos, algumas famílias chegaram a limpar uma área e se instalar às margens do riacho Enjeitado, com a intenção de constituir uma nova aldeia. A iniciativa no entanto foi abortada pelas "autoridades" municipais de Grajaú, que recorreram à FUNAI de Barra do Corda para retirar os índios do local. Um pouco antes, haviam feito uma grande incursão por todo o território e acampado nas proximidades da aldeia Chinela, onde também foram reprimidos. Curiosamente, essas interpelações sempre foram feitas por representantes dos poderes municipais locais e nunca pelos moradores.

Muitos afirmam a intenção de voltar a ocupar a região entre o ribeirão Por Enquanto e o Papagaio (noroeste da área); Moisés Itxênk e sua família pretendem ocupar a Boca da Mata (leste); Pedro Schimit e sua família manifestaram interesse de habitar a região do Enjeitado e Matusalém (oeste); todas as famílias descendentes dos Kencatejê (ver "reprodução física e cultural") também pretendem voltar a ocupar as proximidades do rio Alpercatas (sul).

Os Canela parecem demonstrar claramente uma estratégia de defesa dos limites de seu território tradicional, onde os grupos familiares resgatam parte de sua história e reafirmam suas relações com seus ancestrais. Estes mesmos ancestrais estão inclusive enterrados em inúmeros sítios e cemitérios distribuídos pelo território tradicional Canela, conforme observamos acima.

"Valéria chegou na quinta-feira lá do Acre e fez levantamento e pediu pra voltar pra cá aí nós voltamos e fizemos essa aldeia aqui. Agora, daqui não sei para onde vamos.

Agora só depois que a área for demarcada, daqui desse Porquinhos a gente vai... a família vai espalhar por causa do lugar onde gosta mais. O que acha bom lá, é botar uma roça e passa dois anos. Se dá bem, então fica lá e faz uma aldeia lá. Como eu já tô dizendo lá na Serrinha. Quando tá demarcado eu vou só atravessar pro outro lado da chapada e fazer minha aldeia com minha família..." (Itxênk Apãnjekra)

A antropóloga Valéria Parisi visitou os Canela em 1972 para iniciar os levantamentos e estudos com o objetivo de demarcar a área Apãnjekra. Neste mesmo ano, inicia-se a ação de demarcação da AI Porquinhos pela União (proc. 116/72). Os acontecimentos que se sucederam à sua visita, culminaram numa série de equívocos que

Dei

Proc. nº	1175103
Fls.	60
Rubrica	<i>[assinatura]</i> 60

nunca atenderam à demanda dos índios em relação à delimitação de seu território. A cronologia desses acontecimentos é a seguinte:

Em 1975, o antropólogo Gilberto Azanha encaminha um relatório à Funai pedindo urgência para a demarcação, em vista do problema com os invasores estar se agravando. Em anexo ao relatório foi encaminhado também um mapa feito pelos índios, especialmente pelo velho Apãnjekra Goiabeira Harhi (falecido), de formato quadrado, mas que já expressava claramente todos os limites pretendidos pelos Canela, sem ambiguidades.

Em 1976, representando Grupo de Trabalho da Funai/Radam, o antropólogo da Funai, Alceu Cotia Mariz, propunha a unificação da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra com a Terra Indígena Bacurizinho dos Guajajara e observava a escassez de caça e pesca na região.

Em agosto de 1977, Francisco Xoxoi Canela transcreve um documento da comunidade de Porquinhos, destinado ao presidente da Funai, onde são feitas reclamações sobre o trabalho de demarcação e sobre a atuação do cacique Eusébio, que estariam *“deixando de fora lugar de aldeia velha”*. Por outro lado, quanto ao limite oeste (riacho Enjeitado), afirmam que *“como os engenheiros estão fazendo é que está bom”* (proc. Funai n. 0572/83 – fls. 80 a 84). Em 1979, a demarcação da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra é concluída (ver contexto da demarcação em Dados Gerais).

Em maio de 1980, a antropóloga Themis Quezado de Magalhães, em relatório enviado à Funai identifica com precisão todos os equívocos e desvios ocorridos durante a demarcação da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra, afirmando que essa área foi *“demarcada arbitrariamente, às custas de dissidências internas do grupo que nunca concordou com os acordos de sua chefia (Eusébio Hóhhot)”*. Os vários embargos na demarcação e correção de limites e do memorial descritivo, não obedeceram às reivindicações indígenas, mantendo-se a preocupação de excluir os trechos invadidos. Finaliza apontando para a necessidade de realização de um estudo que leve em conta os anseios da comunidade, visando a identificação das terras tradicionais Canela (proc. Funai n. 0572/83 – fls. 53 a 64).

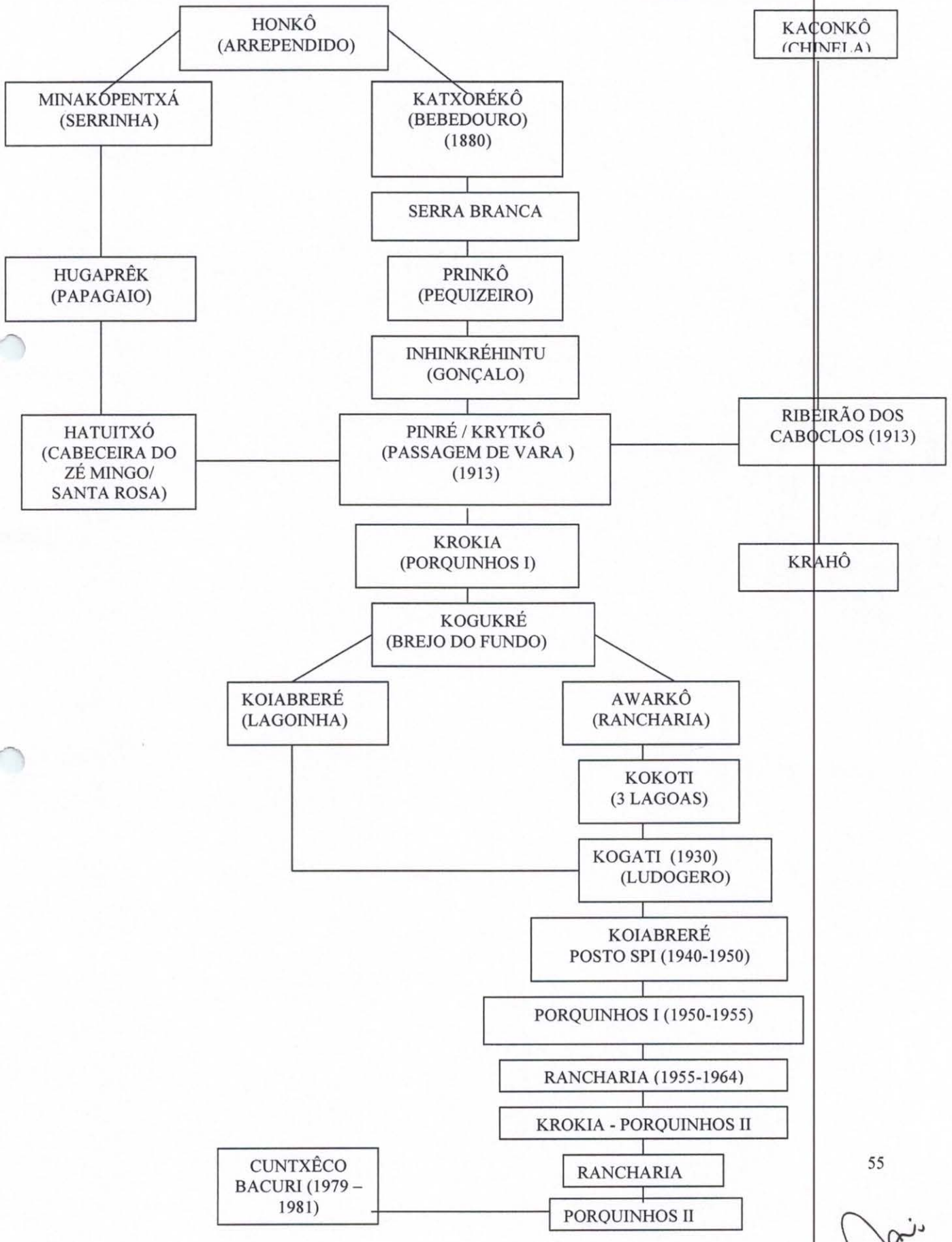
Em setembro de 1991, os Apãnjekra encaminham documento da comunidade ao superintendente da Funai em Belém, reivindicando a unificação da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra com a Terra Indígena Kanela, dos Canela-Ramkokamekra. Em outubro do mesmo ano, a pesquisadora Tânia Maria Nunes de Araújo de Alencar, chefe do Serviço de Identificação e Delimitação da 4ª SUER/Funai, encaminha relatório onde também argumenta a necessidade e importância da unificação das duas áreas Canela. Estes foram os principais fatos registrados sobre o processo referente à Terra Indígena Porquinhos, que culminaram somente em 2000 com a constituição de GT para sua identificação.

Segue abaixo, relação dos antigos aldeamentos Apãnjekra, dispostos em sequência cronológica de ocupação. Os referidos aldeamentos podem ser identificados também no mapa em anexo.

[assinatura]

APÃNJEKRA

KENCATEJÊ



Oai

III – Atividades produtivas

Modo de vida e economia

Outrora todos os grupos Timbira possuíam um padrão de subsistência que combinava uma agricultura pouco sofisticada – que privilegiava os tubérculos e, em menor medida, o milho – com a caça e a coleta. Hoje, em função sobretudo das limitações do território e da escassez crescente da caça, a subsistência de todas as aldeias remanescentes está apoiada basicamente no cultivo do arroz e da mandioca. Nimuendaju já observava, nos anos 30, as transformações por que passava a subsistência dos Canela-Ramcocamekra pela dedicação crescente destes índios à “preparação intensiva da farinha de mandioca e ao cultivo do arroz”, notando que aquele grupo havia avançado mais neste sentido do que os Guajajara – tradicionais agricultores. (1946: 61).

É evidente que o peso maior da agricultura nas tarefas de subsistência é resultado do processo de sedentarização resultante da limitação dos territórios tradicionais. Mas o cultivo crescente do arroz teve também outros efeitos: desbancou o milho como a planta agrícola principal (nos termos de Nimuendajú, “ocupava o lugar de honra dentre as plantas cultivadas” – idem: 62) além de exigir um cuidado maior em termos dos tratamentos culturais necessários (capina) e de sofrer a “concorrência” dos periquitos e papagaios – o que obriga as famílias à uma vigilância constante da roça e, conseqüentemente, sua fixação nos locais de cultivo.

Antigamente, era o cultivo do milho que determinava o tempo do reencontro dos grupos familiares na aldeia por ocasião de seu plantio – que coincidia com o início da estação das chuvas e o fim do período de perambulação pelos cerrados. O milho (*põhy*, literalmente, “grão” = *hy* do “cerrado” = *põ*) junto com a batata são as únicas plantas cultivadas que são objeto de atividades rituais entre os Timbira, (o *põhyjõp*, a “tora do milho”, e *jãtjõpi*, a “tora da batata”). Estas plantas são fundamentalmente cultivadas em função destas atividades rituais.

Como observou Melatti entre os Krahô, a partir do cultivo do arroz “...*(os índios) passaram a dar muito menos importância ao plantio da batata doce, do milho, do inhame, tendo desaparecido mesmo de seus roçados o cipó comestível chamado kupá*” (1972: 4).

A coleta continua sendo importante – principalmente para os grupos do cerrado – como fonte de alimentação. Hoje em dia ainda a sazonalidade de certos frutos – o buriti, a bacaba e o caju, pela ordem de importância – marcam períodos que envolvem todas as mulheres de uma aldeia Krahô ou Canela em expedições de coleta, feitas por grupos de parentela. É uma atividade exclusivamente feminina e seus produtos são, em geral, trocados cerimonialmente com os homens. Além dos frutos acima citados (mais abundantes) outros também são coletados, contudo em pequenas quantidades e individualmente, não envolvendo pois a troca ritual com os homens. São eles o oiti, o bruto, a buritirana, a mangaba, o bacuri e o pequi, entre outros.

Quando a coleta implica em uma ausência mais prolongada das mulheres fora na aldeia, elas convidam alguns rapazes e um cantador para acompanhá-las. No seu retorno, não chegam diretamente na aldeia, mas acampam nas suas imediações onde dançam e cantam a noite inteira – e se pintam e se enfeitam com os motivos e os adereços próprios aos homens. Ao sair do sol, “invadem” ritualmente a aldeia atacando, com os frutos coletados, os homens que até aquele momento aguardavam no pátio o “ataque” das

Proc. nº	1175103
Fis.	63
Rubrica	Sum

63

mulheres. Este rito de inversão dos papéis sexuais leva o nome hoje de rã arkwá, pois é a laranja (rã) a fruta coletada (nos regionais vizinhos) que se presta como motivo para o ritual.

Apesar da dominância crescente da agricultura, a caça tem mantido sua importância, seja como fonte principal de proteínas – muito mais valorizada culturalmente pelos Timbira como um todo do que a pesca – ou sobretudo como a atividade masculina por excelência. A escassez crescente da caça em todos os territórios Timbira não impede que a atividade de caça seja ainda o assunto preferencial das conversas dos homens. Queixadas, emas, caititus, veados e antas – antes abundantes – são hoje raros e os animais menores em geral aparecem como resultado das suas caçadas. Esta atividade é realizada individualmente por rastejamento (na estação das chuvas) ou na “espera” (no “verão” ou estação seca). Mas por ocasião dos grandes rituais são realizadas caçadas coletivas.

Excetuando os grupos que foram atingidos pelas frentes extrativistas – pela ordem cronológica: os Timbira do noroeste maranhense, os Apinajé e os Gavião-Parcatejê – os demais só eventualmente empregam sua mão-de-obra nas fazendas e cidades ou participam da atividade econômica dominante nas fronteiras de seus territórios (como os Apinayé e Gavião-Parcatejê). Para suprirem-se de produtos industrializados, os Krahô, Canela e – em menor medida, os Kricati e Pykopjê – empreendem expedições, viagens às grandes cidades munidos de algumas peças de artesanato. Nestas viagens procuram abter espingardas, ferramentas, tecidos, roupas e – óbvio – miçangas, tanto junto ao órgão tutor como aos governos estaduais e municipais, congregações religiosas ou particulares “generosos”-antropólogos e pesquisadores que passaram por suas aldeias. O que oferecem nestas expedições não é tanto seu artesanato (pouco e pobre) como sua imagem de “índio de verdade” que souberam preservar e, sobretudo, utilizar nos centros urbanos. Ao menos para os Krahô e os Canela – grupos “pacificados” há mais tempo – as viagens-expedições como meio para obtenção dos produtos do cupen (de que necessitam) é antiga. Já Martius observara esta prática no século passado na sua passagem por Caxias (apud Abreu, 1927: 165). E Fróes Abreu, em 1927, descrevia:

“De tempos em tempos fazem incursões às cidades maranhenses em busca de esmolas; vão a São Luis pedir armas e ferramentas ao ‘papae grande’ do Maranhão, vão a Teresina chorar miséria, junto ao outro ‘papae-grande’. Por vezes já tem ido até a cidade do Salvador na Bahia – com o mesmo fim (...).”

“No conceito deles (...) o Governo tinha também obrigação de dar tudo (o que necessitavam) porque eles eram os donos da terra... eles ‘são do governo’, assim pensam”(idem, ibidem: 166-167).

Lembre-se da epopéia do “major” Tito, índio Krahô que em 1873 chegou até a capital do Goiás, recebido pelas autoridades da província, retornou para a sua aldeia com a referida patente e muitos presentes. Esta maneira *sui generis* de obter dos brancos seus produtos permanece até hoje como prática e a descrição desta feita por Melatti para os Krahô pode ser generalizada para os Canela-Ramcocamekra e Apãnjêkra e – de novo em menor medida – para os Kricati e Pykopjê (Melatti, 1967: 139-144).

Os produtos assim obtidos permanecem pouco tempo nas mãos de quem os trouxe, via de regra acabam servindo para o pagamento das prestações matrimoniais, num segundo momento são o móvel preferencial das transações comerciais que realizam com seus vizinhos regionais, é com estes produtos que, nos períodos de penúria, conseguem gêneros alimentícios. O fluxo de regionais pelas aldeias Krahô, Canela, Kricati, Pykopjê nunca deixou de ser intenso – apesar destas transações comerciais não serem bem vistas pelos

Oai

Proc. nº	1175103
F.	64
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

64

funcionários do SPI e FUNAI. Mas não se acabam, como é difícil impedir as viagens-expedições que o Timbira realizam, apesar da forte oposição do órgão tutor. Como diz Melatti, tal oposição tem sido inútil: "*Continuam a visitar as grandes cidades e não cessarão de procurá-las enquanto isso lhes trazer mais vantagens que o esforço despendido em trabalho para os regionais*" (idem:144).

Extrativismo

O aproveitamento dos recursos extrativos é sazonal e em grande medida ligado a subsistência. A exceção é feita ao aproveitamento da fava d'anta (*Dimorphandra mollis*) que é realizado nos anos em que sua remuneração é suficiente, segundo os índios. Para subsistência são coletadas diversas frutas sendo as principais: o buriti, a bacaba, buritirana. As coletas são atividades do grupo familiar.

Outras espécies frutíferas coletadas são o cajui, o puçá, o oiti, mangaba, aracá, bruto. Outros cocos (palmeiras) são também bastante coletados, porém com a exigência de um pequeno processamento anterior ao seu uso, devido possuírem tegumento duro, são: a macaúba, o inajá, o coco do tucum, coco da piaçava, entre outros. Utilizam-se da polpa externa e da carne interna destas espécies.

O babaçu (rõrn) é espécie coletada a longas distâncias. Processam (retiram da casca) e transportam o caroço para aldeia. Existem relatos do uso do mesocarpo deste fruto para elaboração de mingaus e grolados. A região onde geralmente esta espécie é coletada é a Barreira dos Lobos e Sta. Isabel, também citada como fonte de coco para os mais velhos. Esta região é apontada pelos Apãnjêkra como área tradicional e requisitada para sua área.

O coco cunhã (Cacônkô) é endêmico da região das Chinelas, estando presente em histórias do grupo. Hoje em dia pouco consumido dado ao fato da região de sua ocorrência estar fora dos limites atuais da AI Porquinhos.

Os Apãnjêkra também são também seletivos no momento da coleta no cerrado de madeira para lenha. Havendo espécies preferenciais para o fogo do dia a dia, para o moquém (murici), para a fabricação de farinha (murici), de acordo com o poder calórico e a fumaça que geram.

Várias espécies são também utilizadas para a construção das casas. De acordo com a sua resistência ao contato com o solo, comprimento do fuste (para travessas), entre outras. Também são utilizadas várias espécies fornecedoras de cobertura.

Também são utilizadas espécies para confecção de artesanatos e utensílios domésticos, exploradas por extrativismo, muitas vezes a longas distâncias. Das nove espécies informadas, pelo menos para três não são conhecidas os nomes em português.

A canajuba espécie utilizada para confecção de flechas tem grande valor histórico cultural, mas tem seu uso atual está mais ligado à confecção de artesanato. Existe pelo menos uma área onde a canajuba era explorada e que está plotada no mapa de extrativismo em anexo. Esta área é importante na determinação da proposta de redefinição de limites.

O potencial do território para o aproveitamento da fava d'anta é bastante alto, fato que leva muitos atravessadores a promoverem sua coleta via adiantamentos e a arrendarem a área de alguns acampamentos de roça de algumas famílias Apãnjêkra, como por exemplo o Senhor Jairston. Nos anos de 1996, 1997, 1998 o Projeto Frutos do Cerrado apoiou a comunidade na coleta desta espécie tendo alcançado a seguinte produção nos anos citados, respectivamente: 3 mil quilos, 6 mil quilos, 12 mil quilos. Durante este período o mesmo senhor acima referido também trabalhou explorando a fava d'anta da área. Além dele,

[assinatura]

Proc. nº	1175103
F:	65
R.L. nº	11111

65

outros dois atravessadores de Barra do Corda já trabalharam comprando fava d'anta dos Apãnjêkra. A distribuição aproximada e as principais áreas de coleta identificadas pelos índios também encontram-se plotadas no mapa de extrativismo no anexo 7.

Os índios têm coletado nos últimos anos frutas, auxiliados pelo Projeto Frutos do Cerrado. A principal delas é o bacuri que apresenta boa produção na Terra Indígena, e está distribuído em algumas áreas específicas, identificadas no mapa de extrativismo, em anexo. O bacuri é coletado por jovens, adultos e crianças, para o consumo no entorno da aldeia Porquinhos. A coleta desta espécie, com fins comerciais está vinculada a exploração das regiões com grande adensamentos de bacuri – “Cuntxe Cõ”, especialmente algumas serras próximas ao acampamento de roça, do Bacuri e da Rancharia. A exploração está envolta em grande dificuldade por se localizar nas serras. A produção a partir da safra de dezembro de 2000 tem sido processada na área (pré-beneficiamento), a partir da infraestrutura fornecida pelo projeto Frutos do Cerrado.

O extrativismo está baseado não só no aproveitamento de espécies vegetais, mas também em insetos e outros elementos da natureza coletados.

Os índios utilizam com frequência mel de 13 espécies de abelha para consumo doméstico como adoçante e como remédio, entre outras que conhecem. Utilizam também cera, para confecção de artesanato e de “filhos” de algumas espécies para pescaria.

Alguns tipos de solos argilosos de coloração branca são também coletados e utilizados como tintura.

Atividades de caça

O caçador experiente é um indivíduo importante e respeitado na comunidade, não só por suas habilidades e os benefícios que ela trás, mas também por sua força de vontade diante das restrições culturais a que tem que se submeter.

A preparação do caçador começa na alimentação:

“... o caçador para não perder a caçada não pode comer aves, principalmente galinha, paca, tatu, veado, entre outros. Só pode comer cotia, peba, piaba dura e sem sal, os vegetais são liberados. Não pode fumar do cigarro de outro e não pode fazer sexo, o cheiro do sexo atrapalha muito”.

Na primeira caçada ele não pode comer nada, só os velhos podem. Depois de quatro semanas caçando é que lhe é permitido comer do “dianteiro” das caças (carnes geralmente mais macias). Estas regras são em especial para quem está aprendendo a caçar.


Sobre o sexo:

“... No tempo de menino eu aprendi a caçar, depois do resguardo do menino¹ comecei a caçar mais, só comia arroz branco, não fazia sexo e tomo craiba (planta muito amargosa da chapada) às 6hs00 da manhã. ...Esfrega folha de mandioca brava numa cuia com água, tira cisco e bebe...”.

“... De primeiro estava entregando toda caça, agora já estou comendo depois que caiu o umbigo do menino...” (Raimundo Apãnjekra – filho de Pedro Smith)

¹ depois do nascimento de um filho os pais, pela regra, só devem voltar a fazer sexo depois “que o menino anda, sexo entre o casal ou com outra pessoa pode deixar a criança doente com febre, diarreia...”

Dai

Proc. nº	1175103
Fls.	66
Rubrica	

“... estando de resguardo você não perde a viagem, se for pro mato você traz qualquer coisinha, [...] só o homem que faz resguardo é que vê, o outro só vê o rastro...”. (Carri Apãnjekra)

Os índios possuem detalhado conhecimento dos hábitos e ritmos de vida dos animais mais visados, como demonstraram as entrevistas:

“.. A Ema faz buraco fundo, de um palmo e meio, ou mais de fundura, forra com capim. Quatro fêmeas põem ovos entre 30 a 35, entre cada camada forram com capim. O pai é quem choca. Quando os filhotes iniciam a quebra dos ovos o pai ajuda e lhe dá comida. Depois de 4 dias passam a alimentar com flor de araquá e com o resto da casca do próprio ovo. Já criei três filhotes, do jeito do pai, não anda na hora do sol quente, fica na sombra, não pode tocar com a mão pega apenas com um pano..”

“.. Papagaio [..] tira miudinho no oco de sucupira, pé de craíba, maria mole, buriti, fica bem escondido, só acha depois de nascido (com o barulho), para não ser descoberta a mãe só alimenta pela manhã e a tarde. Papagaio novo tira até dois filhotes, velho tira de seis....”

“... O tatu de dia mata a fome com murici, buriti, inajá, cupim. A noite ele anda longe do buraco, marca hora para sair e para voltar...” (Kawar Apãnjekra)

Os tabus alimentares como para mulheres menstruadas, pais de recém nascidos, caçadores, corredores de tora, são exemplos de controles sociais para atividades de caça. Outro controle sobre a pressão de caça é exercido pelo “Dono da Caça”:

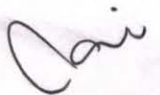
“... existe o dono da caça, dos peixes também. Certa hora o pajé vê que o povo está pescando demais, então o Dono da Caça fala com o pajé e ele dá o aviso no pátio. O pajé pode proibir também a caça de veado. O pajé fala: - Não é da minha parte mais o Dono da Caça está falando que aquela caça está faltando, e ficam sem caçar até o dia que ele marca, então se ele liberar pode voltar a caçar...” (Kuopan Apãnjekra)

“... a cerca de três anos atrás conversaram no pátio sobre a diminuição das emas, combinaram de parar de pegar os ovos e os bichos.” (Carri Apãnjekra)

Ainda em relação ao pajé e o Dono da Caça temos o relato de Avelino, atualmente um dos melhores caçadores da aldeia. Suas caças prediletas são o veado e ema, entre outros. Nos últimos anos Avelino tem sido acometido de uma série de enfermidades que segundo o pajé tem origem na grande quantidade de animais que já matou. Seu tratamento é diminuir seu ritmo de caça, está seguindo e acredita estar melhorando.

Os fatores acima relacionados nos ajudam a demonstrar, comparativamente, que a pressão de caça exercida pelos índios sobre a diversidade e sobre as populações dos animais da reserva é infinitamente menor que aquela exercida por populações brancas.

Outro fator que deve ser levado em conta nesta comparação é o fato de que os moradores da aldeia Porquinhos só possuem duas armas cartucheiras, sendo todas as outras “por fora”, o que implica que o tempo necessário à reposição da carga impede a matança de



Proc. nº	1175103 ₇
Fls.	67
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

grupos grandes de animais, mesmo as cartucheiras necessitam de tempo razoável para troca dos cartuchos.

Entre os índios existe uma forte dependência da oferta de animais para a alimentação da comunidade. O manejo é regido por regras que independem das vontades individuais e os excessos controlados por uma série de regras e tabus.

Os ciclos biológicos influenciam a produtividade do caçador, no começo do verão (maio - julho) o vento facilita as caçadas, pois confunde o olfato dos animais. A menor disponibilidade de água faz dos bebedouros ponto de caçada. É a época de maior oferta de flores, algumas servem para "espera". O começo do inverno é época de maior oferta de frutos que servem para "espera", além disso os bichos estão com "mais fome", depois do regime forçado feito no verão. Os gravetos e restos vegetais, mais úmidos e menos barulhentos, ao pisar do caçador, deixam de ser problema.

Nas noites de lua, os bichos que gostam de comer no escuro só comem muito tarde, depois que ela se põe. As noites escuras são preferidas. O cachorro é um animal útil à caçada, no entanto os "bons caçadores" dispensam sua presença, só utilizando-os na busca de animais feridos.

Há pontos de caça atuais espalhados por toda a área e fora dela também. Em torno da aldeia e dos aldeamentos de roça a pressão sobre a caça é bem maior. Os pontos mais distantes são explorados esporadicamente por caçadores isolados ou famílias, ou ainda por grupamentos em grandes excursões especiais cuja promoção pode estar ligada a alguma festa.

No mapa do anexo 7 estão plotados os principais pontos de caçadas, confirmados com mais de um informante.

Espécies animais mais escassas:

- Anta;
- Porco queixada;
- Veado do campo;
- Veado catigueiro;
- Ema;

Na aldeia verificamos a presença de filhotes de tatu, raposinho, ema, papagaio, cotia, entre outros animais capturados durante as caçadas e que são criados na aldeia. A FUNAI tem apoiado o grupo na elaboração e montagem de projeto para a criação de emas, que está em andamento.

A principal fonte protéica para a população é a caça. A quantidade de animais é limitada pelo pequeno suporte dos ecossistemas de cerrado. Ao mesmo tempo a pressão de caça, como já citado, nos arredores da aldeia e dos acampamentos de roça, espalhados por toda a área é muito alta, levando a diminuição ou mesmo desaparecimento de algumas espécies.

Esta atual situação de escassez só poderá ser revertida com o aumento da área para que o manejo dos Apãnjêkra possa ser implementado, baseado no distanciamento entre as unidades de uso que são os acampamentos de roça.

[assinatura]

Proc. nº	117503
Fls.	68
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Atividades de pesca

“... sempre pesca qualquer coisa quando vai para o rio, mas antigamente era melhor. Agora a pesca só é boa à noite, de dia é muito difícil. Antigamente tinha mais caçador, agora tem muito anzol (todo mundo tem), então tem pouco peixe...”

A pressão de pesca hoje, principalmente sobre a população de peixes do rio Corda tem sido muito grande, o que tem refletido no tamanho médio do pescado e na dificuldade da pesca, a ponto da comunidade organizar um acordo de limites para a atividade, estimulada pelo “Dono da Caça” via Pajé.

A pesca também é marcada por eventos naturais como no início das chuvas, a revoada das saúvas. Toda a comunidade abandona suas atividades cotidianas para se dedicar a coleta destes insetos que são usados na pesca do pacu. São armazenados em grande quantidade em cabaças e guardados por até duas semanas. A pesca desta espécie é extremamente facilitada com esta isca.

Enquanto a caça é atividade essencialmente masculina e que exige a força da juventude na sua prática, a pesca é praticada por velhos, mulheres e jovens. Seja na aldeia ou nos acampamentos de roça a proximidade da água é fundamental para escolha do local. A pesca integra-se nas atividades do dia-a-dia sem maiores preparativos ou sem requerer muito tempo.

Das 17 espécies de peixes citados pelos Canela, pelo menos três são dificilmente pescadas, pois são raras e estão em processo de extinção nos trechos mais explorados do rio Corda.

Agricultura

Os Canela, assim como o Timbira de uma maneira geral, são caçadores e coletores, povos com pouca tradição agrícola. O mito de Catxe Cwy explica a introdução do uso dos recursos da flora e o cultivo de plantas entre os Apãnjekra (ver anexo 1).

As principais espécies referidas em histórias antigas são: macaxeira, milho, amendoim, batata e inhame. Os tubérculos são espécies bem adaptadas e com grande resistência as características de solo e clima da região, permanecendo disponíveis no solo por um grande período de tempo, e bastante útil aos grupos nômades. Até hoje é mantido o costume de plantio de batata e outros tubérculos no “abafado”, primeiro plantam sob a capoeira e depois queimam.

Em geral, solos com alto teor de argila não são os mais procurados, o que se dá em função das culturas cultivadas, como mandioca, batatas e outros tubérculos que tem seu melhor desenvolvimento em solos menos densos. A agricultura migratória praticada pelos índios tem se mostrado preservacionista do ponto de vista dos solos, o que se dá em função do pequeno tamanho das áreas e do tempo de pousio. O aumento da população e a demanda por um número maior de áreas de roça, o bastante para quebrar o ciclo da regeneração das capoeiras pode ocasionar erosão e degradação gradual das terras.

As áreas preferenciais para instalação de roças são: - as matas ciliares do rio Corda; as matas de galeria dos córregos, como o riacho Águas Claras, Extrema, Estiva e riacho Fundo; e em pontos da mata grande (Serrinha e Rancharia). A tecnologia empregada para

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	69
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

instalação das roças é a de corte e queima, com abandono das áreas, em geral, com dois anos. O replantio na capoeira não se dá com menos de 5 anos.

As “bases” a partir das quais os Apãnjêkra realizam o manejo de seu território são os acampamentos de roça. Estes acampamentos, geralmente formados por famílias extensas, estão estrategicamente distribuídos por todo o território de acordo com a oferta de recursos, de caça, locais aptos à “colocação de roças”, de pesca, e oferta de produtos extrativos que satisfaçam as necessidades de bens da cultura material.

Os acampamentos de roça são geralmente habitados por famílias extensas, com duas a cinco casas. Grande parte do território é habitado e gerido a partir destes aldeamentos que são estrategicamente posicionados em função da disponibilidade de recursos naturais: áreas de caça e pesca, pontos para instalação de roças; áreas de coleta de espécies de usos culturais, medicinais ou de extrativismo comercial. Cada aldeamento tem seus limites definidos a partir de regras mais ou menos flexíveis e combinação entre as famílias.

A dinâmica desses acampamentos de roça, sua distribuição pelo território e sua apropriação/uso pelas famílias é culturalmente definido. As diversas famílias tendem a utilizar parcelas do território para a realização das roças, destacando-se os seguintes acampamentos de roça:

- Serrinha, ocupada pela família de Moisés Itxenk
- Rancharia, ocupada pela família do finado Pedro Schimit
- Barrero Alto – família de Felipão e Neuto
- Côco Só – família de Pedro Sinduco
- Lagoinha – famílias de Pinajé e Antonio Ribeiro
- Boa Lembrança – família de Luis Taviano
- Belo Monte – famílias de Felipinho e João do Gilo
- Bacuri – família de Avelino Kuopan
- Seriema – família de Raimundo Maranhão
- Cabeceira da Extrema – família de Chico Taviano
- Atolador, famílias de Agostinho e “Dotorzinho”
- Passagem de Vara – família de Osmar

Todos reconhecem mutuamente as “aptidões” e recursos disponíveis de cada área, mas isso não determina nenhum tipo de exclusividade (mas talvez prioridade) para as famílias na exploração e aproveitamento desses recursos (frutas, caça, resinas, madeira, etc.).

O trabalho na agricultura é dividido entre homens e mulheres ficando a cargo dos homens a broca, a derruba e queimada enquanto que as mulheres são responsáveis pelo plantio, manejo e colheita. As atividades de caça e exploração do território estão a cargo dos homens e o cuidado com as crianças e com a casa estão a cargo das mulheres. Apesar desta divisão por gênero o que se nota, porém, é uma grande disposição para a ajuda mútua na realização do trabalho, sempre com grande participação das crianças.

Em um acampamento o tamanho da roça está diretamente relacionado ao tamanho da família nuclear e sua capacidade de trabalho, a cada ano o grupo do aldeamento decide por implantação de áreas contíguas e comuns ou isoladas, de qualquer forma a ajuda mútua está sempre presente.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fis.	70
Rubrica	<i>Seu</i>

O tamanho das áreas de roça varia de meio a dois hectares. Após a escolha da área ela é primeiro brocada (corte de arbustos e cipós, normalmente em junho), depois derrubada (das árvores maiores, em julho) e depois de cerca de um mês secando, todo o material é queimado (agosto/setembro). Caso o primeiro fogo não tenha sido suficiente para reduzir toda a matéria orgânica a cinzas, os restos são amontoados nas coivaras e novamente queimados. Feito isto a área estará pronta para o plantio. As diferenças entre as tecnologias de implantação utilizadas pelos regionais brancos estão basicamente na não instalação de cercas e nos métodos de plantio diferenciados para espécies tradicionais.

Hoje em dia após a queima, as primeiras espécies plantadas são a abóbora e a melancia (outubro), para a quais muitas vezes é necessário irrigar (molhar). Quando o "inverno" (estação das chuvas) começa a se estabelecer, com chuvas "mais seguras" (outubro/novembro) primeiro plantam a mandioca e a macaxeira, depois plantam o arroz e por último plantam o milho. Na maioria das roças encontramos ainda, inhames e favas de várias cores (as quais só encontramos entre os índios) . Nos aceiros, em torno da roça plantam também cabaças, gergelim e o feijão andu.

O arroz é a espécie introduzida mais consumida e é bastante apreciado, mas como em geral a produção não é suficiente para o consumo de todo o ano, é também comprado na cidade. Nos plantios foram encontradas cerca de 15 variedades. Entre elas encontramos variedades locais e melhoradas introduzidas por programas de governo. O arroz é um dos responsáveis pela grande mudança tecnológica e a diminuição do uso dos plantios "em abafado", pois exige limpeza total do terreno para o plantio. Seja entre os índios ou entre os brancos a introdução de tecnologias que dispensem o uso do fogo tem como impedimento a necessidade de limpeza total da terra para plantio do arroz com as matracas.

A principal utilidade da mandioca é para a fabricação de farinha, costume já bastante arraigado e desenvolvido, a maioria dos aldeamentos possui uma casa de farinha, ou pelo menos um forno.

Encontramos sete variedades de macaxeira nas roças, destas apenas uma não possuía nome na língua: trata-se da variedade introduzida *cacau* melhorada, que é bastante comum na região. Das seis demais, não conhecem os nomes em português de quatro que possivelmente não são plantadas pelos vizinhos regionais brancos. O que pode indicar que sejam variedades ancestrais. Utilizadas para a confecção de beijus, berubus ou usadas moqueadas, são raramente comidas cozidas, como é costume entre os não-índios.

O milho ancestral é um milho pequenino, com cerca de 10 centímetros de tamanho, que hoje em dia não é encontrado na Terra Indígena Porquinhos, nos sendo informada sua existência na área Krahô.

"... milho deste tamanhinho (cerca de 10 cm), branquinho, plantava, a espiga é pequenininha, molinha para assar, fica todo pipoquinha e é molizinho para mastigar."
(Himpô Apãnjekra)

Atualmente cultiva outras espécies/variedades de milho. São poucas, no entanto as variedades de milho "semente" que possuem. A introdução de milho semente híbrida, por programas do governo, ajuda ainda mais a deterioração genética das variedades tradicionais, fato corrente não só entre os índios. São consumidos principalmente verdes, assados na brasa ou beneficiados como pamonhas. As sobras de produção são deixadas para secar e podem ser utilizadas para criação de galinha.

Oai

Proc. nº	1175103
Fl.	71
Ruística	Delle

Cultivam ainda três variedades de batata doce, diferenciadas pela coloração da casca, branca, roxa e amarela, todas com nomes na língua. Existem também algumas variedades de inhame que também possuem nomes na língua. Estas duas espécies são geralmente plantadas em áreas separadas da área da roça.

Nimuendaju (1946), citado por Warwick E. Kerr, foi o primeiro antropólogo a descrever o cupá entre os Timbira, depois Arnauld (1976). Trata-se de um cipó da família Vitaceae que deve ter sido domesticado há no máximo 1.000 anos, uma vez que é conhecido por muito poucas tribos (Timbira, Kayapó e Xerente). Acredita-se que se trate de uma planta tradicional dos Jê setentrionais, mas que provavelmente está extinta como planta cultivada nessa região.

Das espécies não comestíveis cultivadas a mais importante é a cabaça. Pelo menos quatro variedades são conhecidas: a cabaça de gola, a cabaça grande, a cabaça fina e a cabacinha. As duas primeiras utilizadas para o transporte de água, e as duas últimas como instrumentos musicais, a buzina e um tipo de apito/flauta.

É comum o plantio de "cana da índia" espécie de gramínea que lembra a cana de açúcar, porém com colmos muito finos, que podem ser triturados/chupados gerando caldo adocicado. Aparece ainda em menor quantidade outras espécies como a abóbora e o maxixe.

Os cereais são armazenados no girau das casas em sacos de fibra adquiridos nas cidades. As demais espécies são armazenadas em vivo na roça. Os plantios são planejados para que não exceda sua capacidade de aproveitamento, baseado no tamanho da família e no calendário de festas que a família deverá promover aquele ano.

Cultura Material e Atividades de Artesanato

Um tema corrente no pensamento ecológico é o da relação entre nível de complexidade sócio-cultural e oferta de alimentos em determinado ambiente natural (Steward & Faron). Desta forma os adeptos dessa abordagem relacionam a "pobreza" do meio - em função da disponibilidade de proteínas- a formas de organização social menos complexa.

No entanto, muitos dados mostram que, em algumas situações verifica-se o oposto. Em áreas onde o ecossistema é menos generoso, a adaptação requer mecanismos especializados, que exigem maior complexidade sócio-cultural.

Os grupos Jê do Brasil Central são considerados como pequenos grupos caracterizados pelo "padrão caçador". A interação entre tecnologia "simples" e um meio ambiente "pobre" forçaria estas tribos a se dividirem em bandos, durante o período do ano em que a escassez de alimentos não permitisse uma maior concentração da população.

Entretanto, Nimuendaju (1946) demonstrou a importância da agricultura para os Timbira. É fato incontestável que os Jê se dividem em pequenos grupos para caçar e coletar alimentos. Este padrão não decorre, necessariamente, de qualquer ausência cíclica de alimentos. Atividade tradicionalmente masculina, a caça impõe-se como um modo de produção dominante em relação à "horticultura", atividade tradicionalmente feminina.

Quando comparados a outros grupos, nota-se que a oposição sexual não é elemento tão importante, sendo superada pelo sistema de oposição generacional e etário. Com efeito, uma estrutura hierarquizada em idades é mais importante para os Jê do que para outros grupos, inclusive no plano ritual. Nas aldeias Timbira por exemplo podem ser vistos

Delle

Proc. nº	1175103
Fls.	72
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

homens realizando tarefas essencialmente femininas, o que não se observa em outras culturas.

Os grupos Jê do Brasil central não possuem cerâmica. Comparada com a de grupos mais sedentários, a cultura material dos Jê é composta por pequeno elenco de objetos "portáteis". Estes são, em geral, resistentes ao choque. Um inventário da cultura material Krahô demonstrou que aproximadamente 65% dos itens são feitos de folha de palmeira. As folhas de buriti e de outras espécies são abundantes no cerrado. Devido a facilidade e rapidez com que estes objetos são produzidos, e a pequena quantidade de bens necessários, cada pessoa pode produzir e descartar à vontade inúmeros artefatos. Por exemplo, as cestas Krahô levam de 5 minutos a 1 hora para serem feitas, dependendo do cuidado com que são trançadas. A plumária não é tão elaborada, certamente porque o estilo de vida destes índios não oferece condições para sua conservação.

Em suma, o acervo tecnológico dos grupos Jê caracteriza-se por uma pequena quantidade de equipamentos, ausência de canoas e de cerâmica, plumária pouco elaborada, trançado de palha relativamente desenvolvido, e a capacidade de descartar e reproduzir vários objetos, segundo as necessidades do momento. Os inventários da cultura material destas tribos são uma evidência de sua vida errante. Estas evidências deixam claro que sua cultura material gira em torno da premissa "mobilidade no espaço". Desta maneira, também a divisão de trabalho entre grupos de idade torna-se altamente funcional.

O padrão "mobilidade espacial" dos grupos Jê é menos o resultado de um ambiente pobre – em termos de oferta de alimentos e de tecnologia simples – do que uma adaptação complexa à oferta de proteínas, à natureza do sistema sócio-político, e a pressões militares. Estes fatores também iluminam a importância da prevalência dos sistemas de oposição etária sobre o da oposição sexual.

Os Timbira são um grupo altamente adaptado ao bioma cerrado, os diversos ecossistemas que o compõem oferecem uma multiplicidade de plantas passíveis de utilização nos trançados, como por exemplo o buriti, cujo limbo e nervura se presta ao trabalho de espartaria. As palmeiras utilizadas para os trançados são as mesmas que fornecem o maior suprimento de frutos não cultivados, durante certo período do ano. Assim não só a fibra, a palha, o pecíolo, a nervura da folha, o cerne e a noz são utilizados para confecção de artefatos, mas também os frutos e as amêndoas e os palmitos representam um importante item da dieta alimentar indígena.

O caule jovem do buriti é muito importante para os Timbira que o utilizam para dormir e o tronco maduro para confecção das toras de que se utilizam em seu esporte favorito: a corrida de toras. Muitas delas chegam a pesar 100 Kg, outro emprego dado ao buriti é a confecção de carimbos para pintura do corpo. As nozes do babaçu, partidas ao meio são também utilizadas com o mesmo fim. A apropriação de babaçuais foi motivo de guerras entre os Krahô e os Põrekamecra devido à importância econômica dessa palmeira, os palmitos também são comestíveis, especialmente os de juçara e o de inajá (Nimuendaju, 1946).

Do buriti extraem além da palha e da tala, também a "seda" ou "fita" para trançados. Das várias espécies de tucum utiliza-se o folíolo para trançados, a fibra para cordas e as mais finas obras têxteis, o coco para anéis, o tronco para bordunas e arcos, a polpa do fruto e a amêndoa para a alimentação. O tucunzinho (*Astrocaryum sp.*) é bastante utilizado para o fabrico de cordas e adornos, a partir das fibras. A partir dos talos de Inajá (*Atallea maripa*) fazem giraus para dormir e suas folhas também são úteis para a cobertura das casas.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	73
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Os índios dispõem da seguinte relação aproximada de objetos trançados: **na habitação** – esteiras utilizadas como “para ventos”, ou como paredes ou divisórias internas ou portas, folhas usadas diretamente para cobertura. **Mobiliário** – esteiras usadas como tapetes para sentar, comer, ou dormir; cestaria e caipós de várias formas e tamanhos usados para armazenar objetos; abanos de fogo, **instrumentos de trabalho** – Tipiti, urupemba e outras artefatos utilizados no beneficiamento da mandioca; **transporte** – tipóia para carregar bebês, cofos para carregar produção; **indumentária e objetos de uso pessoal** – coroas de palha, mocós e bolsas masculinas, máscaras cerimoniais de palha trançada usadas nas festas; chocalhos, bonecos e outros brinquedos infantis; **Cestaria destinada ao comércio** – A esses usos, deve se acrescentar, o emprego da técnica de trançar no embelezamento e caracterização étnica das empunhaduras de bordunas, arcos, lanças; **armas** – cordas para arcos.

A partir de palmeiras como o pati (*Syagrus sp.*) e o tucum (*Astrocaryum spp.*) elaboram seus arcos, outras espécies como os ipês são também utilizados com este fim e levam, em função deste uso geral dos povos indígenas, o nome de pau d’arco. Para a confecção das flechas são utilizadas duas espécies, a espécie preferida é a canajuba da qual foi localizada apenas uma área produtora. As pontas de flechas são feitas com espécies de lenho duro como o ipê, ou de ossos. Nas extremidades anteriores são dispostas penas de aves. As cordas são feitas de fibra de tucum.

Outras armas são elaboradas a partir do entalhe do cerne de espécies de Ipê (de cor vermelha ou aroxeadas) as bordunas e as lanças para caça, que podem também ser utilizadas nos rituais pelos cantadores.

Utilizam vários tipos de colares e adornos. Várias voltas de cordinha fina de fibra de tucum formando um colar grosso, colares (*akó*) de tiririca (gramínea), faixas trançadas a partir de cordinhas de tucum enfeitadas com unhas de veado e sementes e quando disponível, utilizam miçangas.

Os colares de tiririca são bastante típicos e fabricados em grande quantidade. Sua fabricação inicia com a coleta em áreas de *Hipo* (lagos). Todo o cuidado é pouco pois esta gramínea possui margem serrilhada extremamente cortante. Os cachos, com cerca de 50 sementes são colhidos e desfeitos, depois colocados de molho na água. As sementes germinam, originando o primeiro orifício. Com espinho de tucum enfiado neste orifício cada semente é “desgastada” em pedra até a abertura do segundo orifício, por onde transpassam um fio de pouca espessura.

As cabaças, plantadas nas roças, depois de beneficiadas são a forma preferencial para transporte da água, pois “deixam a água fresquinha”. Geralmente são confeccionados cofos com capacidade para, pelo menos, duas cabaças.

Utilizam a semente de uma espécie de capim nativo como pinça para arrancar pêlos. Espécie encontrada especialmente em alguns pontos de *Hawen* – mata seca, no subbosque.

Produzem alguns instrumentos musicais o principal deles é o “maracá”, espécie de chocalho feito com o fruto do cuité, com pedras ou sementes em seu interior e aste de pau roxinho, as astes são então enfeitadas. São também utilizadas buzinas feitas com cabaças de formato alongado e pequenos apitos feitos com pequeninas cabaças, todos ornados com sementes de tiririca, miçanga e unhas de veado.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	74 74
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Relação com sociedade envolvente: atividades econômicas; projetos (governamentais, não-governamentais, entorno)

A partir do final da década de 1970, todos os grupos Timbira do Maranhão e Goiás seriam contemplados com os chamados “projetos de desenvolvimento comunitário”, patrocinados pela FUNAI. Via de regra tais projetos procuravam condicionar – “racionalizando” – o acesso aos produtos industrializados de que aquelas comunidades necessitavam (oferecidos nas famosas “cantinas reembolsáveis”) à participação dos índios no trabalho em grandes roças de arroz (preferencialmente mecanizadas) ou na coleta de produtos extrativos. Segundo seus teóricos, tratava-se de estruturar “os setores de educação, saúde, economia de subsistência e de comercialização desenhando ações concretas para o engajamento das comunidades com alto grau de aculturação no processo de desenvolvimento econômico e social que ora experimenta a sociedade brasileira”(FUNAI: 1983, 5). Dentro desta visão e partindo do princípio que “... o índio brasileiro tem evidente vocação para a exploração agrícola”, a FUNAI passaria a concentrar suas ações no fomento à agricultura visando três objetivos – “garantir a subsistência através do incentivo à produção de bens de consumo (sic); gerar excedentes comercializáveis visando assegurar meios aquisitivos necessários à subvenção de outras necessidades, e viabilizar o uso da terra e, conseqüentemente, garantir de fato sua ocupação pelo índio”(idem: ibidem, 5-6).

Neste texto e como em outros produzidos pelos tecnocratas tardios do “milagre brasileiro” incrustados na FUNAI, sobretudo a partir da gestão Nobre da Veiga – não se escondia que a finalidade dos “projetos de desenvolvimento” era a “integração – objetivo concentrado em uma estratégia que se pretendia mais eficaz em relação a outras experiências integracionistas até então levadas pelo órgão oficial. Se as comunidades indígenas “em vias de integração” necessitavam de produtos industrializados, nada mais lógico do que impor-lhes, as modalidades próprias de acesso a tais produtos vigentes na economia dominante na fronteira do território tribal.

A aplicação concreta desta política desenvolvimentista nas aldeias Timbira e como cada grupo a ela reagiu variou caso a caso. Por ora é importante assinalar a correlação entre a pretendida “vocação para a produção de excedentes agrícolas” e “auto-determinação” tal como entendida pelos tecnocratas de FUNAI no período dos “coronéis” (de 1979 a 1984): em linhas gerais, definiam que só poderia haver “auto-determinação” (isto é, fim da tutela e da assistência) se as comunidades indígenas fossem capazes de ter acesso aos produtos industrializados.

Neste sentido a autonomia que alguns grupos Timbira – entre outros – vinham conseguindo obter, passou a ser considerada dentro dos mais variados escalões do órgão oficial de proteção como um “desafio”. Pois a recusa dos grupos Timbira em participar da economia regional nos moldes que as elites dominantes desejavam (posto que caçavam e não criavam gado, que obtinham mercadorias sem passar pelo “esforço produtivo” e que, se geravam excedentes, o faziam para consumi-lo em “festas”) exigiria do órgão tutor uma política agressiva de combate – agora sem as ambiguidades dos períodos anteriores. O fechamento das aldeias com a proibição formal dos índios de viajarem para os grandes centros (“para não fugirem ao trabalho” como dizia um chefe de posto em Goiás); a compra de tratores e implementos, a contratação “preferencial” de técnicos agrícolas como chefes-de-postos; e, sobretudo, a imposição-patronal de lideranças sensíveis ao apelo à participação em um esforço produtivo (“nós vamos enricar”) – tudo isso veio causar sérios

[assinatura]

Proc. nº	1179103
Fls.	75 78
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

problemas aos padrões tradicionais de subsistência – e chefia – na maioria dos grupos Timbira.

Este quadro tenderia a agravar-se a partir do início dos anos 80, quando os territórios de alguns Timbira começariam a ser cortados por linhas de transmissão de alta tensão (da CHESF e Eletronorte) ou estrada de ferro (de Carajás). É o início do período das “indenizações”, quando à exceção dos Krahô, todos os demais grupos Timbira seriam contemplados com vultuosas somas de recursos advindos de órgãos e empresas estatais e repassados à FUNAI.

Por sua vez, a relação com os moradores e pequenos produtores que estão dentro da área de ocupação tradicional dos Canela sempre foi tensa, embora muitas vezes mascarada por relações de compadrio e “amizade”. Frequentemente, pequenos produtores da região realizam trocas e comercializam alguns produtos com os índios, como: laranja, banana, fava, farinha, ovo, galinhas, carne, etc.. Curiosamente, muitas vezes esses produtos são trocados por gêneros industrializados, tais como: rádios, gravadores, relógios, lanternas, panelas, roupas, facões, etc.. Por outro lado, embora menos frequentes, os casos de “roubos” ainda ocorrem, seja do gado de algum morador da região que fique solto dentro da área indígena, seja também dos cupen que enganam os índios nas contas do comércio. Soubemos recentemente que todos os porcos de propriedade dos índios que estavam na aldeia foram retirados para serem criados por um cupen que mora na área de ocupação tradicional dos Canela, e que se prontificou a fazê-lo de “bom grado” para os índios. Curiosamente, o referido ocupante informou os índios dias depois que todos os porcos haviam morrido, porque tinham sido insistentemente atacados por uma onça e sucuris... Mesmo desconfiando que os porcos deveriam ter sido vendidos a outros cupen, os Canela não reagiram, mas ficaram inconformados.

Projetos de Desenvolvimento

Principais projetos desenvolvidos na atualidade com os Apãnjêkra:

- Projeto Frutos do Cerrado – que tem como proposta a articulação política dos Apãnjêkra com o demais Timbira através da Associação Vyty Cati das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins.

Na área da terra Indígena Porquinhos são desenvolvidos trabalhos de manejo e coleta de espécies nativas como a fava d’anta e o bacuri. Para a coleta deste último fruto foi instalada na aldeia uma pequena usina de pré-processamento para quebra e armazenamento em freezer, depois transportados e comercializados via fábrica da FrutaSã de propriedade da Vyty Cati.

Trabalham ainda com a formação de monitores agroflorestais que são responsáveis na aldeia pela manutenção de um viveiro e distribuição de mudas para a comunidade, para plantio.

- Projeto de Criação de Emas – desenvolvido pela Associação Apãnjekra com apoio da FUNAI. Propõe a criação de emas em cativeiro direcionada a alimentação e reintrodução no ambiente natural. Atualmente já com área cercada de criação e demais instalações construídas aguardam a disponibilização de reprodutores da espécie legalizados perante o IBAMA.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fis.	76 76
Rubrica	Almeida

Projeto de educação Timbira – desenvolvido pelo Centro de Trabalho Indigenista, trabalha a capacitação dos professores e a elaboração de material para ensino do português e da língua; o fortalecimento das escolas e o intercâmbio entre os professores indígenas Timbira – via Comissão dos Professores Indígenas Timbira, entre o grupo e com outros movimentos indígenas e os órgãos responsáveis a nível estadual.

Parque Estadual do Mirador

A implantação do Parque Estadual de Mirador teve início em julho de 1987 com recursos de financiamento do Banco Mundial, através do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural/PAPP.

A área do Alto Itapecuru abriga as nascentes dos principais formadores do rio Itapecuru, principal responsável pelo abastecimento de água da cidade de São Luís assim como o Parque Estadual do Mirador, unidade com 500.000 ha, abrigo para importantes espécies representativas da fauna e flora dos cerrados brasileiros.

O **Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Alto Itapecuru** é coerente com a concepção do SPRN – Subprograma de Política de Recursos Naturais, e se propõe a buscar, num processo integrado e participativo, construir uma proposta compatível com os interesses e a características sócio-ambientais da área considerada prioritária para a execução do PGAI.

Tendo como base o Plano Estadual Ambiental, onde são identificados os problemas ambientais e a estratégia do Estado para mitigá-los, o GT/MA definiu a área do Alto Itapecuru como prioritária para as ações do SPRN. A significância da área abrange seus atributos naturais e sociais e sua posição estratégica como barreira ao processo de avanço da agricultura “moderna” que no Maranhão, como em outros estados amazônicos, tem representado uma rápida substituição da paisagem natural por monoculturas anuais de forte impacto sobre o solo e a água, e promovido a concentração da terra e da renda, a exclusão social e processos migratórios para áreas de florestas virgens na Amazônia, conforme indicam dados do Censo 1996.

O cerne do PGAI é a promoção do manejo sustentável dos recursos naturais da região, por ações de identificação e divulgação de alternativas econômicas sustentáveis e a elaboração e implementação de um plano de manejo para o Parque Estadual do Mirador. Estas ações serão apoiadas por atividades de sensibilização ambiental, definição fundiária e a implantação de núcleos de gestão ambiental nos municípios, e na Bacia. O zoneamento, o monitoramento e o controle providenciarão os subsídios necessários para a implantação desta proposta para Gestão Ambiental Integrada.

O Projeto está previsto para ser executado em três anos, com possibilidade de extensão para até cinco anos se a realidade superar os cenários previstos para o cronograma de implementação.

A configuração atual do projeto previa atividades com os Canela Apãnjekra e Ramkokamekra, sendo que entre os resultados previstos estariam a realização de diagnósticos ambientais participativos, plano de gestão de recursos naturais e capacitação de agentes ambientais indígenas. A extrema burocracia do governo do estado do Maranhão e a ineficiência dos gestores do projeto têm impossibilitado no entanto a sua implantação junto aos Canela.

A presente proposta de redefinição dos limites da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra, permite a confrontação de limites desta terra indígena com o Parque do Mirador, o que do ponto de vista ambiental é extremamente interessante para os índios, garantindo uma espécie de cinturão de proteção de sua área ao sul, incluindo as cabeceiras do

Proc. nº	1175103
Fls.	77
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

77

Rio Corda. É também extremamente interessante para a conservação da biodiversidade do Parque, garantindo de melhores condições de vida para as populações tradicionais que lá habitam.

Intercâmbio sócio-econômico com outros grupos

Existem intensos intercâmbios sócio-econômicos e culturais dos Canela principalmente com outros grupos Timbira, especialmente os Krahô e os Ramkokamekra. Com os primeiros, os Apãnjekra tem praticamente uma origem comum, participando reciprocamente, sempre que possível de festas coletivas e visitas inter-familiares. Com os segundos, trocam produtos para elaboração de artesanatos e artefatos cerimoniais. Esse inclusive era um dos motivos da visita de um índio Ramkokamekra aos Apãnjekra, que ao voltar para a aldeia Escalvado acabou deparando com um caçador não-índio – ambos discutiram, brigaram e se mataram por causa da divisão de uma caça que foi abatida exatamente entre os dois territórios indígenas. A morte desse rapaz Ramkokamekra, filho de Francisquinho Tép-Hot, causou profunda revolta na sua comunidade, motivando propostas de unificação dos territórios Canela (frustradas depois pela interferência do então administrador regional da Funai de Barra do Corda).

Existem também pequenas transações econômicas com os Guajajara, cujas aldeias estão muito próximas aos Canela – suas relações no entanto são distantes e carregam uma certa rivalidade, visível também em relação aos Ramkokamekra.

As áreas utilizadas para atividades econômicas

As áreas utilizadas e necessárias para as atividades econômicas entre os Canela, estão distribuídas em vários pontos do território, conforme características e padrões de seu uso e ocupação, sendo que as principais são as seguintes, conforme já destacamos acima:

Extrativismo:

- *Rorkô* - Barreira dos Lobos e *Kencraty* - Sta. Isabel – importantes fontes de coco babaçu para a extração de óleo
- *Caconkô* - Chinelas - O coco cunhã (Cacon) é endêmico da região, é muito apreciado e está presente nas histórias do grupo. São realizadas excursões periódicas à região para sua coleta e para pescarias no rio Alpercatas.
- Canajuba – produto extremamente importante para a confecção de artesanatos e utensílios (como flechas por exemplo), encontrado somente na região do Enjeitado.
- Catingueiro, Boca da Mata e Sítio dos Arrudas – locais com grande oferta de fava-d'anta, também encontrada em outros locais, constituindo-se como um produto extrativo com potencial para comercialização e geração de renda.

Caça:

- o *Mata Grande e suas bordas na chapada* – Esta área é a de maior riqueza e diversidade, com ocorrências na Serrinha, Rancharia, Atolador, Boca da Mata, Enjeitado, Barreira dos Lobos. Principais animais caçados: veado e pássaros.
- o *Krinpej Ikajxa - Boa Esperança* – Localizada no divisor de águas entre o riacho Corda e o rio Mearim, se localiza em área explorada pelos índios que habitavam as

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	78 78
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

aldeias Chinelas e Ribeirão dos Caboclos, constituindo-se em importante refúgio de caça. Principais animais caçados: bandeira, mambiro, jaboti, veado e ema.

- Catingueiro – localizado nas matas de galeria do riacho da Extrema, constituindo-se também num excelente local para caça.

Pesca:

- Cabeceira da Cobiça / *Hipodi* - lagoa grande, ponto de caçada e pesca;
- *Totodlé* (passarinho da madrugada) - Caboré – abaixo do Sítio dos Arrudas no riacho Papagaio e cabeceira da Buritirana (*Krowa Aró Cô*);
- Sambaiba / *Kradi Cô* – ponto de caçada e roça;
- Cabeceira da Sambaiba, riacho da Estiva – lago da Tiririca;
- Atolador – rio Corda;
- *Krinpej Ikajxa* - Boa Esperança – lago do Tucum;
- No rio Corda – lagos na beira do rio – Barreiro Alto, Furo, Serrotão, Jatobá, Lagoa do Bicho, Taboca, Pau Ferrado
- Riacho Irajá – Aldeia Ribeirão dos Caboclos;
- Riacho Soledade - Aldeia Ribeirão dos Caboclos;
- Riacho Sussapara – bacia do Mearim;
- Riacho Piranhas - bacia do Mearim.

Agricultura:

As áreas de roça estão bastante adensadas no rio Corda e seus afluentes, distribuídas por toda as porções da Terra Indígena com esta aptidão. A partir do levantamento realizado pode-se supor não haver na Terra Indígena qualquer área com aptidão para a agricultura que não esteja alterada por esta atividade, seja ela atual ou passada. Exceção feita à “Mata Grande” que por seus solos, bastante argilosos, mais pesados e densos, não se enquadram nos padrões de cultivo desejados para plantadores de tubérculos.

Dado o padrão de crescimento populacional das últimas décadas e a proliferação de capoeiras, que têm sido aproveitadas cada vez com um ciclo menor de pousio (crescimento), e considerando a baixa fertilidade dos solos, a fragilidade climática e a fragilidade dos ecossistemas de mata de galeria, supomos que a se manter a atual área reduzida não haverá perspectiva de sustentabilidade para a agricultura e que certamente as futuras gerações estarão submetidas a condições de penúria.

As áreas necessários para o desenvolvimento da agricultura entre os Canela acompanham os principais rios do território, próximas às suas matas de galeria. São elas:

- Riachos Por Enquanto e Papagaio;
- Riacho Extrema;
- Rio Corda;
- Rio Alpercatas;
- Riacho Irajá;
- Riacho Enjeitado

A subdivisão de todo o território, em acampamentos de roça, a partir dos quais são também explorados os demais recursos disponíveis em sua proximidade, tem levado ao esgotamento conjunto dos recursos.

Pelo exposto consideramos que a proposta de redelimitação, como sugerida pelos índios, é a minimamente necessária para garantir sua segurança alimentar e portanto, sua reprodução física e cultural.

Proc. nº	1175103
Fls.	73
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

IV – Caracterização do Meio Ambiente

Principais ameaças sobre os ecossistemas da região de entorno da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra

No processo de crescente integração da região na economia de mercado nacional e internacional existem duas ameaças ambientais. Primeiro, a agricultura mecanizada de arroz e soja, cuja expansão no sul do Maranhão vem se dando muito rapidamente, bem como o crescimento do pólo de produção de grãos nesta parte do país. Esta cultura provoca um impacto ambiental muito forte, já que elimina a cobertura vegetal original causando sérios problemas de erosão. Em certas regiões há indicações que a expansão deste tipo de uso do solo influencia a capacidade da região, de armazenar água para o abastecimento dos aquíferos na estação seca. A utilização de grandes quantidades de agrotóxicos nesta agricultura é uma ameaça séria, não somente à vida humana, como também à integridade da cadeia de vida da região. A segunda ameaça é a expansão da produção de ferrogusa na região oeste do Estado, pelo crescente aumento da demanda de produção de carvão vegetal.

A expansão da agricultura mecanizada e do setor guseiro representam a maior ameaça à integridade ambiental e social da região e constitui uma ameaça séria sobre o cerrado e a pré-Amazônia. Além dos impactos imediatos, a expansão da agricultura mecanizada exerce um efeito devastador sobre a agricultura familiar tradicional, cujos participantes acabam expulsos para a periferia das cidades vizinhas, para os garimpos e novas invasões da zona florestal, repetindo, assim, o ciclo de conversão floresta-agricultura tradicional / agricultura mecanizada, típico das fronteiras de colonização. Além do caráter muitas vezes violento desse processo (uma proporção muito alta de *Sem-Terra* é maranhense), ele representa uma ameaça séria à integridade da *área tampão* (Buffer Zone) da região amazônica, cuja ocupação tradicional é muito menos impactante sobre o meio ambiente que a agricultura mecanizada.

Classificação e Uso dos Recursos Naturais

Os Timbira de uma forma geral e os Canela Apãnjêkra enfocados neste estudo, desenvolveram ao longo de sua existência um complexo sistema de classificação do ambiente em que vivem.

Este sistema possibilita a distinção entre os diversos ecossistemas, através da tipificação das diversas fisionomias que se repetem nos territórios tradicionais dos Canela. Os padrões utilizados nestas distinções revelam conhecimentos empíricos de geomorfologia, classificação de solos, conhecimento e uso das espécies vegetais e animais. A simples menção de uma fisionomia, já encerra todo um conteúdo de conhecimento sobre ela como, por exemplo, sua localização na paisagem, disponibilidade de água, tipos de solos e possibilidade de aproveitamento para agricultura, espécies vegetais úteis para alimentação ou na medicina tradicional, fauna associada e época de caça (esperas – oferta de alimentos), além de tabus e regras de manejo.

Estes conhecimentos, amplos e globais, acrescidos da grande capacidade de observação meticulosa das nuances e mudanças no ambiente dão aos Canela diversos elementos para a gestão e o uso de seu território.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	80
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

80

Os Principais Ambientes Naturais

Hacôot - As chapadas

O Hacoot é como o Timbira se refere ao ambiente que a população local chama de chapada. Este ambiente é de grande importância sócio cultural para o Timbira, povos coletores e caçadores. A chapada é o ambiente preferencial para o estabelecimento das aldeias e realização dos rituais como a corrida de tora.

A chapada em contraposição a mata permite uma grande profundidade visual o que favorece o acesso a uma gama de espécies vegetais e animais.

Hinkaa – Chapadas de campo limpo

O Hinkaa se diferencia do Hacoot pela vegetação dominada por gramíneas e alguns arbustos e rara presença de árvores. Toda a colonização da região foi baseada na oferta de gramíneas nas chapadas e nos campos limpos. A classificação regional não faz diferenciação entre estes ambientes.

Poorco – Bolas de mato

O Poorco é outro tipo fisionômico associado às chapadas e bastante comum na Terra Indígena Porquinhos. Os índios as descrevem como “bolas de mato” no meio da chapada. São como ilhas isoladas em meio a chapadas de vegetação rala, onde grupo de árvores cresce adensado. Estas características fazem destes locais pontos de refúgio de caça e ninhos de aves.

Caprun – Os Baixões

Como o próprio nome utilizado pelos regionais nos informa, os baixões são áreas baixas da paisagem onde o lençol freático se aproxima bastante da superfície do solo. Pode também ser chamado de campo limpo úmido.

Põdi – As Veredas

As veredas estão geralmente localizadas em vales e áreas planas acompanhando linhas de drenagem mal definidas, próximas a nascentes (olhos d'água), ou na borda de matas de galeria. Muitos riachos da região apresentam veredas em uma única margem. Exercem importante papel na manutenção da fauna do cerrado, funcionando como local de pouso para a avifauna, refúgio, abrigo, fonte de alimento e local de reprodução para fauna terrestre e aquática.

Hipô – Os lagos

Os dois últimos ecossistemas citados, baixões e veredas, formam com os lagos um único sistema complexo ligado ao afloramento do lençol freático, aparecendo juntos ou separados em combinações de acordo com o local. Os lagos nessa região variam de

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	88
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

tamanho de cinco (05) a cinquenta (50) metros de diâmetro, podendo ainda ser maiores, neste último caso não necessariamente seguem a regra descrita acima para sua formação, como é o caso da Lagoa da Cobiça.

Ecossistemas de rara beleza e fragilidade são também importantes unidades de recurso e pontos de refúgio de diversificada fauna. Peixes como a traíra, de grande seletividade para os Canela, jacarés e grande variedade de pássaros. Na estação mais seca aumenta a variedade e concentração dos animais nesses bebedouros.

Ken – serras

Ken é palavra também utilizada para designar pedra e é bastante representativa das serras da região, pedregosas e escarpadas.

Karan – topo de serras

A vegetação do topo das serras é diversificada, entre outros fatores, em função da qualidade dos solos e do microclima. Os Canela fazem distinções, uma vez que Karan é classificação específica para serras com vegetação de campo limpo no topo.

Hacoot airó – topo de serras

Hacoot airó é designação utilizada para serras com vegetação de cerrado senso restrito em seu topo, com características das chapadas em relação ao solo, fisionomia e vegetação.

Akan Krati – topo de serras

Denominação para áreas de “chapada dura” no topo das serras, áreas de solo de boa fertilidade, geralmente ocorre sob vegetação de cerrado senso restrito ou cerradão, sempre com as espécies atingindo maior porte. São estes os ambientes cobiçados para a implantação de monocultivos tecnificados.

Hawen – “carrasco”

A fisionomia vegetal assim classificada geralmente está associada ao topo das serras, podendo, no entanto, ocorrer em locais baixos. Pode ser classificada como um tipo de cerradão, pois possui vegetação bastante densa e fechada. Uma outra variante também classificada como Hawem são os ambientes propícios a aroeira - estes locais são nomeados de “carrascos” pelos regionais. Ambas as fisionomias ocorrem em locais secos e altos.

Irôm – A Mata

As matas de referência para esta definição são as semidecíduas do Maranhão, em sua zona de transição com o cerrado. A Terra Indígena Porquinhos está localizada exatamente em uma destas zonas de contato.

É uma importante unidade de recursos da flora e da fauna. A flora das matas é aproveitada na construção das casas (madeira, palha, cipós) e na coleta de alimentos, mas

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	282
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

seu maior valor é ser um importante refúgio de fauna, inclusive indicada como região prioritária para a conservação da biodiversidade de aves e mamíferos. A mata grande é a principal referência para caça na Terra Indígena.

“..A maioria dos bichos está morando na mata e saem no inverno para se alimentarem..., o ponto de caçada é nas margens da chapada com a mata...”.

“Na mata grande no mês de setembro, tempo do verão, os bichos andam mais atrás de água, porco queixada, porcão”.

(Avelino Canela)

Esta mata tem o nome específico de Iron cati, ou mata grande. As demais matas também são indicadas como Iron, sejam elas matas de galeria, matas ciliares, matas de baixão, matas localizadas nos vãos das serras. Em muitos casos estas matas são subclassificadas de acordo com a biodiversidade de suas espécies, pois de acordo com as especificidades do ambiente temos predominância de algumas espécies como:

- O Inajá – então a mata tem o seu nome – Awar Cô – geralmente localizado nos vãos das serras
- O Buriti – no caso dos Brejos – Krowa Cô, localizados nos cursos d’água.
- Caaper Cô – as matas de bacaba, geralmente nas matas ciliares.
- Rõnré Cô – babaçal.

Akêt – Capoeira

Akêt são as capoeiras, sejam elas originadas pelo uso do solo nas roças ou por queimadas, a característica mais importante para seu enquadramento é o fato de não “estarem maduras”. Para esta classificação é levada em conta a sucessão das espécies vegetais conhecida pelos Canela. É evidente que só ocorrem nos domínios das matas e de vegetações densas.

Aket krô

Variante de capoeira densa com muito cipó, típica de áreas onde a vegetação original eram os carrascos e caatingas (Hawen).

Conhecimento tradicional e Manejo do bioma Cerrado

Os Apãnjêkra baseiam o planejamento de seus dias nos ciclos da natureza. A própria aldeia é dividida em duas metades, sol e lua; inverno e verão, que devem se revezar no poder de acordo com a estação. A revoada das saúvas determina o início da temporada de pesca, a sazonalidade das frutas define o ritmo da coleta assim como a colheita da batata marca o tempo da festa da batata.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	83
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

“Seu artesanato, suas atividades econômicas, sua vida social e cerimonial, assim como sua mitologia refletem esse vínculo fundamental entre os Timbira e o Cerrado.”
(Rizzo, 1999)

O aproveitamento dos recursos da fauna e flora, ainda hoje, é a base para a sobrevivência dos Apãnjekra, seja pelo aproveitamento direto seja pela comercialização de produtos extrativos.

Processamento de Espécies do Cerrado

Atualmente já encontram-se alguns pés de babaçu na própria aldeia, mas em geral todos os relatos envolvendo esta espécie está relacionada a uma região de cocais, situado onde hoje se localizam as fazendas Santa Isabel e Barreira dos Lobos, ambas em área de ocupação tradicional dos Canela. A região da fazenda Santa Isabel é pretendida na proposta dos Apãnjêkra em função de sua oferta de coco e caça, fazendo com que os índios se desloquem com frequência para aquela região..

É bastante grande o número de plantas medicinais utilizadas pelos Apãnjêkra, não só para doenças, mas para curar e fazer feitiços, e outras situações de contexto ritual. Muitas dessas plantas são encontradas e coletadas nas áreas pretendidas pelos Canela. Aproveitam por exemplo a “batata-de-purga”, utilizada com muita frequência e eficiência contra a picada de cobras.

Segurança Alimentar

As principais fontes de alimentos consumidos pelo grupo são a caça, a coleta e a roça. Dada a baixa produtividade das roças e a sazonalidade da oferta de caças, peixes e de frutas a segurança alimentar do grupo é frágil. Sua sobrevivência está baseada no manejo e utilização de grandes áreas onde é possível o uso intensivo alternado com repouso. O conceito de poupança está associado ao uso parcimonioso dos recursos oferecidos pelo ambiente como um todo, sendo os excessos controlados pelos tabus e regras de conduta.

O armazenamento de alimentos nas casas não é comum, exceção feita ao arroz, seja pela pequena produção seja pela perecibilidade.

Do ponto de vista da roça o principal produto alimentar introduzido é o arroz, apesar de muito consumido não é produzido em quantidade suficiente, sendo o equilíbrio mantido pela compra via salários dos aposentados. O cultivo de arroz tem também implicado na transformação/substituição de outras técnicas de cultivo com possibilidades de perda de recursos genéticos.

No sistema alimentar dos Timbira os tubérculos são de extrema importância por serem cultivos rústicos e adaptados ao ambiente, não requerendo períodos exatos para plantios e colheitas, não exigindo técnicas de secagem e armazenamento. Como citado pelos índios “o supermercado é na capoeira”.

A disponibilidade de alimentos aumenta durante o inverno. Aumenta a fartura da caça, e a disponibilidade de frutas nativas. No final do inverno, tempo da colheita a fartura também é grande. O final do verão é o tempo de maior penúria. Sua proximidade com a natureza circundante é verificada nos comentários de um caçador sobre o final do verão onde a caça sedenta e com fome se dirige à chapada a procura de água e alimento.

[assinatura]

A qualidade do alimento consumido também é preocupante, com o aumento da introdução de produtos da cidade como açúcar, óleo de soja, pimentas, sal, sucos artificiais, merendas escolares enlatadas, entre outros. Praticamente cada família tem um “velho” aposentado “e é em cima dele que recai a despesa das compras externas”.

Não podemos desconsiderar a importância do cultivo de tubérculos para sua segurança alimentar, como caçadores e coletores que são em essência, o manejo e o aproveitamento dos recursos do cerrado e a natureza de seu sistema sócio-político são bases fundamentais para a sobrevivência.

O manejo de áreas de cerrado do ponto de vista animal e vegetal estará sempre vinculado a áreas de grande extensão, em função da baixa capacidade de suporte dos ecossistemas assentados sobre solos muito pobres. Baseado no aproveitamento dos recursos pela população atual consideramos o território insuficiente para a aplicação de um plano sustentável de gestão dos recursos naturais, ou seja, não há perspectivas de segurança alimentar para as próximas gerações dentro dos atuais limites territoriais.

Áreas a serem protegidas e preservadas

A Terra Indígena Porquinhos está localizada na bacia hidrográfica do rio Mearin, sendo cortada ao meio pelo rio Corda principal afluente de seu alto curso. É ainda banhada por uma série de córregos e riachos, cujos cursos seguem o sentido sudoeste – nordeste e cujas cabeceiras não se encontram protegidas dentro da Terra Indígena, à exceção dos pequenos córregos (ver anexo 6).

Cortam a área os seguintes córregos, riachos e rios:

- Riacho Enjeitado – oeste;
- Riacho Fundo – leste – seus principais afluentes são: riacho da Extrema que é afluente do riacho Águas Claras que é afluente do riacho Fundo, riacho Buriti Velho;
- Papagaio – leste;
- Cortando a terra indígena ao meio – rio Corda, cujos formadores são: riacho Corda, riacho Pintado, riacho Buriti dos Cavalos, riacho Estiva;
- Rio Alpercatas – sul;
- Riachos Pau Grosso e Por Enquanto – a nordeste, limitando com a AI Kanela.

O atual modelo de desenvolvimento da região é baseado no Agribusiness da soja, de grandes impactos sociais e ambientais. Esta é a política oficial e conta com apoio estrutural e financeiro de grande porte do governo federal e estadual, apontando para uma perspectiva de grande expansão nos próximos anos. Esse sistema agrícola tem ocupado grandes áreas na região de abrangência da Terra Indígena, muitas vezes ligadas a ações de grileiros com interesse em ocupar as serras das Alpercatas o que implicaria em expor as cabeceiras dos rios da região a impactos gravíssimos.

O divisor de águas é formado pela serra das Alpercatas que tem direção oeste –leste, e forma o limite sul do sistema. Considerando que a água é elemento fundamental para garantia da sobrevivência do grupo, as cabeceiras do rio Corda e dos principais riachos que cortam a área, atualmente necessitam estar protegidas e inclusas nos limites da área. Existem inúmeros exemplos de áreas indígenas no Brasil, cujos recursos hídricos têm sido

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	85
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

contaminados e poluídos, pelo fato das cabeceiras dos seus principais rios terem ficado localizadas fora dos limites demarcados.

Os tabuleiros individuais que compõem o complexo das Serras das Alpercatas devem ser protegidos, através de sua exclusão em planos de ocupação para a agricultura, caso contrário estarão expostos ao risco de contaminação das águas da bacia, erosão e aterramento de lagos e cursos d'água. O que só poderá ser consumado pela sua inclusão nos limites da Terra Indígena Porquinhos. Será fundamental portanto a inclusão dos trechos da serras das Alpercatas como proposto, para salvaguardar no futuro a Terra Indígena.

As cabeceiras do Sussapara afluente do Mearim, próxima a fazenda Boa Esperança (sul da área proposta) e as cabeceiras do riacho Piranhas, mais a jusante são repetidamente mencionadas em histórias e relatos de caçada, que são realizadas periodicamente naquelas áreas. A região é reputada como de fartura para caça de animais como tamanduá bandeira, tamanduá -mambiro, jaboti, veados e emas.

Ainda em 1913 os Kencatejê, habitavam nas margens de dois afluentes do rio Alpercatas, o atual ribeirão Irajá primeiro afluente e no ribeirão dos Caboclo a jusante cerca de 30 quilômetros. A região do rio Itapecuru é reputada como limite sul deste grupo, uma vez que toda a região do Alpercatas e toda a região das serras do Itapecuru eram percorridas para atividades de caça, pesca e coleta. Esta região também é ponto de passagem para acesso a Goiás, via cidade de São Raimundo das Mangabeiras.

A bacia do alto Itapecuru, rio responsável pelo abastecimento da cidade de São Luís é, em tese, protegida pelo Parque estadual de Mirador, no entanto como o limite do parque está assentado nas margens do rio Alpercatas seu principal afluente e nas margens do próprio Itapecuru, o Parque não atende as principais atribuições pelas quais foi criado. A Terra Indígena Porquinhos como proposta promoverá aumento da proteção a margem esquerda do Alpercatas e proteção às cabeceiras do Corda.

Grandes extensões da Terra Indígena Porquinhos são dominados por solos de areia quartzosa, bem como este solo predomina na região pretendida pelos Apãnjêkra nesta proposta. O fato destes solos possuírem uma fragilidade estrutural e terem pequena disponibilidade de nutrientes, leva a que os ecossistemas a eles associados sejam de altíssima fragilidade e de imensa dificuldade de recuperação quando alterados.

Baseado na pequena capacidade de suporte à vida vegetal e conseqüentemente animal nestas áreas de chapada pode-se afirmar que a área pretendida é minimamente necessária a sobrevivência do grupo a longo prazo. Essa dinâmica verifica-se em toda a área, especialmente nas regiões leste e sul (Sítio dos Arrudas, Catingueiro).

A região do povoado Enjeitado tem sido alvo de constante conflitos entre índios e os ocupantes brancos. Este povoado tem sido responsável por todos os crimes ambientais praticados na região do limite leste da Terra Indígena (caça e venda ilegal de animais silvestres, roubo de madeira, além de servir de esconderijo para marginais do município de Grajaú). A proposta de manter o limite natural do riacho Enjeitado garantirá a preservação daquela região, que possui ainda quantidade razoável de madeira.

[assinatura]

Organização Social e Território**A Aldeia**

As aldeias dos Canela-Apãnjekra, e dos Timbira em geral, são circulares. O círculo está formado pelas casas, que constituem o espaço doméstico e feminino. No centro da aldeia está o pátio, lugar masculino, onde se realizam os rituais e onde os homens se reúnem ao amanhecer e ao pôr do sol. As casas são habitadas por várias famílias extensas relacionadas entre si pela linha feminina (avó/mãe/filha). Assim, uma mulher nasce, cresce, procria, vive e morre na mesma casa. Os homens, quando se casam, vão residir na casa da esposa, mas sempre mantêm um forte laço com sua casa de origem, onde residem sua mãe e irmãs, pois será onde transmitirão seus nomes.

"Quando os Apinayé falam de sua própria sociedade, eles destacam a aldeia como uma unidade fundamental para as suas referências" (Matta, 1976: 61). Esta afirmação pode ser estendida para todos os Timbira, sem exceção. Mais ainda: para eles é o formato circular de suas aldeias que os define como "índios de verdade". Assim os Apãnjêkra-Canela dizem de seus vizinhos Guajajara que não são "índios de verdade" porque não moram em aldeias circulares (Ladeira, 1983: 13). Mesmo os Apinayé (Timbira Ocidental), que habitam em aldeias quase de todo arruadas, quando a eles é pedido uma representação de sua aldeia, o resultado é sempre uma forma circular (Matta, 1976: 76). No dizer de Nimuendajú, "enquanto os Timbira possuírem a sua consciência étnica não se deixarão persuadir a abandonar esta forma..."(1942). A maioria dos Timbira renascentes possuem aldeias circulares onde se distinguem claramente dois domínios: o centro ou pátio (cãa) e a região das casas, que estão ligadas entre si por um caminho também circular, o Kricape. Nas aldeias Timbira Orientais de cada casa sai um caminho radial que as liga ao pátio, formando a imagem de uma "roda de bicicleta" quando vistas de cima (Nimuendajú, 1942:).

Esta disposição espacial marca o lugar de duas atividades distintas, mas complementares: no domínio limitado pelo pátio tem lugar a vida ritual e pública da aldeias; é o lugar onde os homens se reúnem diariamente, ao nascer e pôr do sol e onde dormem os rapazes solteiros. No círculo maior, das casas, têm lugar as atividades domésticas cotidianas ligadas às mulheres: a alimentação e o cuidado das crianças.

Devemos "...pensar a relação entre homens e mulheres na sociedade Timbira, como uma relação não de subordinação, senão de complementaridade, onde as funções reprodutoras fazem que a mulher se perceba como uma fonte inesgotável e única de instaurar o novo, de criação no seu sentido mais amplo." (Ladeira, 106: 1993)

Na sociedade Timbira a diferença entre os sexos não origina uma relação de hierarquia, senão que se expressa em uma relação de oposição/complementaridade, onde a clivagem entre os pólos (homem/mulher) não se pode transgredir. Homens e mulheres formam grupos distintos marcados por uma rígida divisão de trabalho e por domínios específicos do espaço da aldeia. As mulheres se constituem como um grupo designado pelo termo *puje* (onde *je* é sufixo indicativo de grupo). Esta diferença se acentua sempre nos momentos rituais. Quando a aldeia se encontra reunida, o trabalho cotidiano é realizado não apenas pela família conjugal, mas também por grupos de mulheres e homens que trocam

serviços entre si. Os “benefícios” são diversos, mas o que importa é que reforçam a cada sexo o pertencimento a grupos distintos, independentemente do tipo de atividade exercida.

“Parece estar estabelecido, disse Melatti, que os homens são diferentes das mulheres; mas há ocasiões (sempre cerimoniais) em que os Timbira afirmam o contrário – que os homens são iguais às mulheres... A nossa maneira de ver as coisas, este é o único modo de diferenciar, isto é, de separar sem suprimir as duas categorias de gênero. Se o dado é uma diferença, então eu só posso acentuar-la mostrando o inverso, porque justamente não se quer suprimir essa diferença...” (Azanha, 1984: 34)

Há, não obstante, um rito que explicita a homens e mulheres como grupos distintos. Neste rito as mulheres saem da aldeia por vários dias para levar a cabo atividades de coleta; quando voltam, acampam próximo da aldeia, onde passam a noite cantando ao redor do fogo seus cantos de guerra. Ao amanhecer, invadem a aldeia com gritos bélicos, e simulam uma luta contra os homens, que durante este tempo permaneceram na aldeia e a defenderam. A aldeia se estende como um imenso espaço pertencente aos homens; em sua periferia, as mulheres se posicionam como guerreiras e inimigas. Assim se manifesta ritualmente toda a distância entre homens e mulher. Grupos distintos, “homens e mulheres”, convivem para fazer possível a reprodução social da aldeia.

Cada uma das casas que compõem a periferia abriga as unidades domésticas mais bem definidas da vida cotidiana Timbira, a família elementar e o grupo doméstico (a casa propriamente dita).

Idealmente, não existem casas sem estas duas unidades, o que quer dizer que uma casa compõe-se de pelo menos duas famílias elementares. A família elementar (pai/mãe/filhos) é o grupo mais marcado: no interior de cada casa ela possui um espaço próprio para dormir e comer. Além disto, cada mulher casada possui uma roça - feita pelo seu marido geralmente com a cooperação dos outros homens da casa - fisicamente separada das demais roças de uma mesma casa e que visa basicamente a subsistência dos filhos. Sendo as atividades de produção do homem e da mulher complementares, a família elementar constitui pois uma unidade de produção e consumo auto-suficiente e polivalente do ponto de vista técnico.

O grupo doméstico se origina como produto da regra de residência uxorilocal - pois obriga os homens, ao se casarem, a constituírem novas famílias elementares na casa da mãe de sua esposa. Portanto, as famílias elementares de uma mesma casa estão ligadas entre si através dos laços mãe/filhas.

Dentro de um grupo doméstico, o sogro coordena as atividades produtivas, pressupondo uma relação de penhor que obriga aos genros a pagarem, por um certo tempo, os serviços culinários e sexuais prestados pela sua esposa. Mas por pouco tempo, pois tão logo um genro se vê com uma filha casada, ele se separa do grupo doméstico de origem através da construção de uma nova casa ao lado direito da casa da mãe da sua esposa. A regra geral prevê que a filha mais nova (ou a última a se casar) permanece na casa de origem com seus pais até a morte destes, quanto então - ou ainda antes disto, com a decrepitude do sogro - seu marido assume a liderança e a coordenação do grupo doméstico. Vemos, pois, que é praticamente impossível encontrar-se dois sogros (isto é, dois “cabeças”) em um mesmo grupo doméstico: quando as filhas das filhas se casam, um novo grupo é automaticamente constituído. Do ponto de vista masculino, portanto, um homem tem dois grupos domésticos como referência: aquele onde foi criado (onde estão suas irmãs) e aquele onde procria (onde estão seus filhos e esposa).

O processo de subdivisão dos grupos domésticos acima descrito é responsável pela formação de um outro grupo periférico, mais abrangente, o segmento residencial. "Segmento residencial" é o termo consagrado na literatura acadêmica para designar um conjunto de asas que se ligam entre si por linha materna (laços mães/filhas em até 3 gerações). Os limites destes segmentos são mais indefinidos ainda e dificilmente podemos vê-lo como uma unidade.

As mulheres Canela-Ramkokamekra chamam a este grupo pelo termo português "rua", não havendo nenhum termo na própria língua indígena para designá-lo. Isto mostra duas coisas: primeiro, que não forma uma unidade ao nível da produção e, em relação ao grupo doméstico, tem uma importância mais limitada nas tarefas de subsistência; e, segundo, que a aplicação do termo "rua" talvez tenha um significado preciso no contexto onde é empregado, pois "rua" para o sertanejo do interior maranhense e goiano quer dizer "o lugar público onde se pode circular livremente", pois quando um morador isolado do cerrado diz "eu vou para a rua", está querendo dizer que vai para a cidade. Assim, quando as mulheres Canela se referem ao seu segmento como sendo sua "rua", elas parecem querer dizer que aí elas podem circular livremente, marcando deste modo uma área semi-pública ao nível de periferia.

Por outro lado, uma mulher Timbira sabe traçar os limites do seu segmento residencial com segurança (dizem: "minha rua começa na casa de fulano e vai até a casa de sicrano."). Dentro de um segmento residencial assim definido, os indivíduos nascidos no seu interior e numa mesma geração tratam-se pelo termo de relação itõ/itõi (irmão/irmã). Derivado da aplicação da regra de residência uxorilocal e do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, é a aplicação das categorias de parentesco - cujo termo mais abrangente é kjê (parente próprio, minha parte) - que define os limites deste grupo e a sua unidade. É por isto que Melatti pode considerar tal grupo como formando uma "unidade exogâmica" (Melatti, 1970, 1973).

Em outro nível, pode-se considerar como o fazem Da Matta e Melatti, que a base para a formação dos grupos que acabamos de descrever é aquilo que chamam de "ideologia de substância". De fato, os grupos "periféricos" estão, uns mais do que os outros, envolvidos na "produção" do indivíduo enquanto organismo biológico. São me ikjê (os da minha parte). Estes estão ligados através de "laços de substâncias" - que os obriga aos "resguardos" (prescrições e proibições alimentares e/ou sexuais) sempre que algum membro do grupo se encontre em estado liminar. Entre eles, ainda, a circulação de alimentos (principalmente) é quase sempre livre e automática.

Aqueles indivíduos com os quais ego não reconhece manter nenhum laço (ikjê) são designados pelo termo mebcakrit, "não parentes", "inimigos". É dentro desta categoria de pessoas que um dado ego deve procurar sua esposa ou marido. O que circula entre eles são as prestações matrimoniais (Melatti, 1970, Ladeira, 1982).

Mas a "substância" comum que identifica os bukjê pode ser quantificada, como afirma Da Matta. Os termos polares (ikjê) / (cabkrit) definem "um campo de relações" e não um grupo social e, como tal, permite variações graduais na sua aplicação, estabelecendo "um continuum terminológico e genealógico que tem a família nuclear como ponto de partida" (1976: 165).

Entre os me-bcakrit, as relações são assimétricas, implicando as relações de troca em dívida e pagamento. Nesta categoria estão incluídos os afins e os "amigos cerimoniais" (háápin/pinxwyvi) de um dado ego, ou melhor, é dentro desta categoria que o indivíduo deve procurar sua esposa (ou marido) e seus amigos cerimoniais. Estas relações, por outro

lado, são eminentemente formais: o contato entre os me-bcakrit é ritualizado, exige publicidade e a mediação do pátio.

Mesmo entre me()kjê “de longe” as relações são mais ou menos formalizadas. Assim as trocas de comida que ocorrem no interior de um segmento residencial: entre casas afastadas, tanto física como “substancialmente”, as trocas de comida são esporádicas e se realizam utilizando o kricape, as trocas entre casas próximas são mais regulares e se efetuam por detrás das mesmas.

No plano político, todos os grupos Timbira estão organizados em aldeias autônomas e independentes umas em relação às outras, é a aldeia a unidade política mais inclusiva. Apesar da homogeneidade sócio-cultural (expressa pelo termo “Timbira”), suas aldeias não compõem uma “tribo”, no sentido técnico do termo. Mesmo entre os Krahô – que possuem 7 aldeias em um território contíguo e onde todos os seus habitantes se identificam, perante os outros, como “Krahô”- a noção de unidade (política) que o conceito “tribo” implica por exemplo (situação onde a referida unidade poderia se impor), a aldeia Krahô envolvida somente esperará receber apoio de aldeias aliadas – que podem até ser exclusivamente aldeias não-Krahô. Assim ocorreu na década de 30 deste século, quando do ataque e saque de uma aldeia Krahô à aldeia Apinayé. Os Krahô contaram com o apoio de outra aldeia Apinayé, mas foram condenados pelos seus “parentes” das outras aldeias. Para conseguir reproduzir-se socialmente do modo autônomo frente a outras aldeias do mesmo tipo, uma aldeia Timbira precisa de um número mínimo de segmentos residenciais: entre 3 e 7. Enquanto produto da regra de residência uxorilocal e do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, o segmento residencial é a unidade sociológica mais inclusiva da organização social Timbira. Tem uma posição definida no círculo da aldeia (quer dizer, se a aldeia muda de lugar as casas se distribuirão sempre na mesma posição (Ladeira, 1983: 24; Matta 1976: 75 e Melatti, 1972: 8) e tem também uma “história”, isto é, um começo e um fim que podem ser rastreados pelas genealogias (Ladeira, idem: ibidem).

O limite mínimo de segmentos residenciais constitui-se, por outro lado, no fundamento da autonomia das aldeias Timbira, pois em torno dele é possível estabelecer relações matrimoniais endogâmicas, abaixo dele, uma aldeia dependerá exclusivamente de alianças exogâmicas. Isto quer dizer que, ideal e teoricamente, o segmento residencial tende a ser exogâmico; e também que a endogamia do grupo local (aldeia) depende da possibilidade real de manutenção da exogamia dos segmentos residenciais. Entre os Timbira existem exemplos de pequenas aldeias – produto de cisões de aldeias maiores – que são na verdade, “aldeias-satélite” das maiores: dependem destas para poderem se reproduzir socialmente. Hoje em dia estes exemplos se restringem aos Krahô e Apinayé (e até bem pouco aos Gavião-Parcatêjê), mas no passado eram comuns a todos os Timbira.

O sistema ritual

Entre os Timbira – outrora muito mais do que hoje, evidentemente – é a atividade ritual que determina o ritmo e o tempo das atividades de subsistência – observação válida hoje somente para os Krahô, Canela-Ramcôcamekra e Apãnjêkra e, ultimamente, Gavião Parcatêjê. Nestas aldeias, o tempo de dispersão das famílias elementares para as lides de roça é em grande parte (e em termos comparativos) comparável ao tempo em que, outrora, os grupos familiares gastavam quando dispersavam-se pelos cerrados, caçando e coletando, no período da alta estação seca (maio/agosto até setembro). Nos tempos atuais,

Di.

essa peregrinação pelos cerrados foi substituída pela perambulação aos regionais vizinhos ou pelas viagens aos grandes centros urbanos – para onde se deslocam afim de obterem “mercadorias de valor” (roupas, tecidos, ferramentas, espingardas, etc.).

Para os Timbira, estas atividades – restritas ‘a família elementar ou ao grupo doméstico – são determinadas em última instância pela atividade ritual: sempre um grupo doméstico estará “produzindo” algum rito ligando ao ciclo de vida (nascimento do primeiro filho; fim de um “resguardo” ou de um luto, etc.) – quando não estiver engajado na “animação/” de um cerimonial maior.

Daí a razão pela qual a maioria dos chefes de postos que passaram pelos Timbira – do SPI aos dia atuais – insistem em contrapor o “trabalho” ‘as “festas como a ideologia integracionista fundamental, e não foram poucas as aldeias Timbira que sucumbiram a esta ideologia (vide o caso Apinayé para um exemplo ilustrativo desta afirmação).

Atualmente, é o “movimento do pátio” (o número de rituais) que serve de parâmetro para os grupos remanescentes classificarem suas aldeias como mais ou menos “Timbira”. O que implica também um juízo de valor quanto ao grau de independência/dependência da aldeia em relação às atividades econômicas impostas pelo “civilizado”: as aldeias (ou por vezes pequenas facções) que querem “enricar”, passam a negar ostensivamente as festas, alegando que é a atividade ritual que impediria o seu progresso... e se engajaram nos grandes projetos de roças mecanizadas de arroz patrocinado pela FUNAI a partir de 1977 ou na coleta do produto extrativo dominante na sociedade regional. Os Gavião-Parcatêjê da aldeia Mãe Maria são o exemplo mais eloqüente – com sinal invertido – deste processo. Grupo também Timbira Oriental, os Gavião do Mãe Maria passaram por todas as fases do que chamam “enricar que nem os cupen”: foram coletadores de castanha, depois donos de castanhal para finalmente se engajarem em grandes projetos de cultura de arroz (financiados com o capital acumulado pela castanha) e com o emprego de mão-de-obra civilizada, além de tentarem a criação intensiva de gado. A partir de 1986, abandonaram todos esses projetos para se dedicarem exclusivamente a uma agricultura tradicional – no bojo de um projeto conduzido pelo líder Krokrenum de retomada das atividades rituais “esquecidas” e, sobretudo, do ethos Timbira. O que vem a provar que – como dizem os Krahô – “ser mehi (isto é, Timbira) é fazer festa, correr com tora e... ser pobre (isto é, não querer “enricar”)”.

Em outro plano, todos os nomes (masculinos e femininos) são, por sua vez, agrupados em dois grandes aglomerados chamados atyc e càà. Todos os indivíduos Timbira, se portadores de nomes atyc, são filiados às metades cerimoniais atycmakra (“os filhos - /kra/ - do exterior da aldeia - /atyc/”). Todo o universo pode ser associado a uma destas metades, a partir da determinação simbólica expressa nos próprios termos que designam as metades: a aldeia (pelo seu centro, càà) e seu exterior (atyc) e, por extensão de sentido, ao par maior do cosmos Timbira: o sol (pela sua regularidade e certeza: a aldeia) e a lua (irregularidade, a incerteza do exterior – lugar da caça e do inimigo). A partir desta divisão cosmológica derivam-se, como pares opostos associados a uma das metades, o dia e a noite, o nascente e o poente, o fogo e a água, a estação seca e a chuvosa, etc. Assim, na estação seca, são os homens da metade càà (kolti para os Apinayé; Wacmê para os Krahô) que comandam a vida cerimonial e o “movimento do pátio” (as festas e o governo dos homens); na estação chuvosa são os atycmakra (kolre para os Apinayé e Catamjê para os Krahô) que assumem o comando da aldeia.

Além destas metades (que Melatti chama de “sazonais” – 1972: 13) um outro par de metades divide apenas os homens das metades kyicatêjê (“os do nascente ou do alto”) e

estas metades estão ligadas ao ciclo da iniciação masculina: os rapazes iniciados em um determinado período (e que compõem uma “classe de idade”) fazem parte da metade oposta àquela classe de idade anteriormente iniciada. Isto quer dizer que “classes de idade” contíguas vão para metades e têm – como seus nomes indicam – uma posição definida no pátio da aldeia e são conhecidas na literatura como “as metades das classes de idade”. Como essencialmente ligadas aos ritos de iniciação, estas metades somente operam – com todo seu vigor – entre os grupos Timbira que ainda realizam aqueles rituais.

Um outro par de metades ligam-se ao ciclo ritual da iniciação masculina. São as metades kyirumpêcààxa e haarãrumpêcààxa, que por sua vez são compostas por seis (como entre os Canela) ou oito (Krahô) “grupos do pátio” que levam nomes de animais (alados e mamíferos). Estes grupos cerimoniais somente se manifestam enquanto tais por ocasião das festas de encerramento dos ritos de iniciação Kêêtwejê e Pepjê (ou Ikrerekâm). A filiação a estas metades e seus respectivos grupos se dá pelo nome.

Vários outros pares de metades (Hàc-Krôkrôc; Tep-Têêre, etc.) se manifestam por ocasião da realização de rituais específicos, “conduzidos” por estas metades.

Parafraseando Melatti, pode-se dizer que toda aldeia Timbira vive continuamente num período ritual (1972:13). Esta assertiva é plenamente válida, hoje, somente para os Krahô e Canela (Ramcocamekra e Apãnjêkra). Nas aldeias citadas, o ano todo é marcado pelas “brincadeiras” como dizem os índios. Fora os grandes ritos ligados ao ciclo de iniciação masculina (o Kêêtwejê, Pepjê ou Ikrerekâm e o Pepcahàc – que possuem um período longo de preparação e finalização) ou afins (como o Tep-Têêre dos Krahô), quaisquer eventos significativos do ciclo de vida (nascimento do primeiro filho, fim do luto ou do resguardo ou a volta ao convívio da aldeia de alguém ausente por muito tempo), do ciclo anual (mudança da estação sazonal; colheita de alguns frutos do cerrado; do mel, do milho e da batata) ou mudança de status, ritual ou social (Wy't), eleição de um chefe honorário) é potivo de “festa”. Além de ser uma festa (amikin: literalmente “alegrar-se”) o complexo ritual cumpre a função de reafirmar o ethos. Timbira na medida em que todo ritual explicita relações de solidariedade e/ou hostilidade entre afins e consangüíneo, homens e mulheres, velhos e jovens, os de fora e os da aldeia – ou seja, os temas básicos da vida social Timbira.

Como a cada rito ou período ritual está associado um par de toras de corrida, este “desporto nacional Timbira” (na expressão de Nimuendajú) é executado praticamente todos os dias do ano, disputado pelos homens (e por vezes também pelas mulheres) divididos em metades cerimoniais. A cada rito está também associado um certo conjunto de cantos, de modo que um ritual Timbira é sempre marcado (reconhecido) pelas cantigas e o par de toras a que estão ligados.

Por outro lado, não há ritual algum que não culmine com uma farta distribuição de comida, realizada através dos imensos bolos de mandioca e carne (Kwyrty ou Kwyrçupú: “berarubú” ou “berubú” na tradução sertaneja do Maranhão ou “paparuto” como é conhecido entre os Krahô) que são levados ao pátio e comido por toda a aldeia ao final de qualquer ritual. Aqui a carne é fundamental. O período que antecede a finalização de qualquer é marcado pelas caçadas coletivas, que envolve a totalidade dos homens ativos da aldeia. Enquanto não se obtiver uma provisão suficiente, não se arremata o ritual. Hoje em dia, cada a escassez crescente de caça em quase todas as aldeias Timbira, cada vez mais a carne bovina é utilizada nos rituais (e em menor escala, a carne de porco). Por vezes esta escassez é usada como justificativa para a não-realização de um ritual no qual só pode ser consumida a carne de caça (como nos ritos de iniciação). Portanto, não há ritual sem carne.

Entre os Timbira, além da caça, outros itens da dieta tradicional são alegados pelos mais velhos, para a não realização do Ikrerékãm, um dos rituais ligado ao ciclo da iniciação.

Entre os Timbira, há eventos que ocorrem necessariamente na vida de cada indivíduo: nascimento, recepção de nome e morte; além de outros que ocorrem quase certamente: doenças, casamento, procriação, perfuração dos lóbulos auriculares (exclusivamente para os homens). Existem uma série de ritos que estão associados a esses eventos e têm sempre um indivíduo como centro. Ao mesmo tempo são ritos que marcam a passagem do indivíduo de uma situação para outra, pondo-o momentaneamente em evidência. Há por outro lado, outros ritos que podem ser considerados como associados ao ciclo de vida: são os que se chama de ritos ligados à iniciação – são ritos de longa duração e apresentam elementos comuns entre si.

O ãm'txire é um desses ritos, que toma uma forma mais elaborada quando se trata de um oferecimento, feito à aldeia, por um indivíduo que está terminando a parte mais importante de seu resguardo pelo nascimento de seu primeiro filho, que acaba de se restabelecer de uma enfermidade grave ou de uma picada de cobra. Na casa materna do indivíduo que está terminando seu período de resguardo prepara-se um grande paparuto.

“Se falta macaxeira para fazer o paparuto, o indivíduo pode oferecer à aldeia simplesmente um animal caçado, de tamanho médio. Uma vez vi ser oferecido um tamanduá-bandeira com seus pêlos previamente sapecados pelo fogo; numa outra ocasião presenciei o oferecimento de um veado, já esfolado, sem a cabeça e sem as entranhas. Esses animais, na praça, foram partidos ao meio, uma parte para cada metade...” (Melatti, 1978: 102)

O nascimento do primeiro filho e os ritos que o acompanham também marcam, para o casal, a passagem da instabilidade para a estabilidade matrimonial, pois a dissolução do casamento é muito menos frequente entre os casais que têm filhos. Além disso, marcam uma mudança de categoria de idade, uma vez que nem o marido e nem a esposa, participarão mais dos ritos ligados à iniciação, como reclusos. O casamento por sua vez, não é tão importante para marcar o estágio de idade quanto o nascimento do primeiro filho. De fato, tanto o homem quanto a mulher devem oferecer um grande paparuto à aldeia algum tempo depois do nascimento do primeiro filho.

Aos poucos, com o nascer dos filhos, o indivíduo vai abandonando o estágio referente à juventude. Seus encargos aumentam na área doméstica, visto que é o principal responsável pela manutenção, se é homem, da esposa e vários filhos. Continua, entretanto, a participar das corridas de toras e pintar seu corpo.

Não existe na ideologia Timbira mulheres não férteis. A procriação é condição feminina. No caso de uma mulher não ter filhos, sua infertilidade sempre se remete ao homem, seja porque seu pênis é pequeno e não consegue depositar o esperma dentro do receptáculo feminino, porque não copula o suficiente, ou porque seu esperma não serve.

“Nos últimos quinze anos esta concepção tem sofrido variações em alguns grupos Timbira devido à intervenção da Funai. Os enfermeiros ou médicos, ao desconhecer a ideologia indígena, medicam as mulheres sem filhos e transferem a infertilidade do homem para a mulher. Por esta razão, recentemente tem-se iniciado a lidar com a idéia de que o “saco que guarda as crianças” algumas vezes não consegue segurar o esperma acumulado, como causa da ausência de filhos” (Ladeira, 1993).

Qui

Os Timbira não utilizam com frequência as práticas abortivas, ainda que não sancionadas pelo grupo. A eficácia dos abortivos é relativa. Se trata sempre de uma decisão individual, condicionada também por um problema individual. Não se têm notícia de que o infanticídio se pratique como forma de controle da população. Quando uma mulher utiliza práticas abortivas, o faz no segundo mês de gravidez. A decisão é tomada pela mulher junto com as outras mulheres do seu segmento residencial (irmãs e mães); para chegar a esta decisão é indiferente o reconhecimento ou não da paternidade, e o resultado da decisão é irrelevante para os homens.

Durante muito tempo as mulheres Timbira têm negado a existência do aborto. Elas freqüentemente dizem desconhecer qualquer forma de engravidar e de se tirar o filho quando já estavam grávidas. A resistência em falar sobre o aborto, tem algumas fortes razões. Uma é que o aborto induzido indica que quem o pratica está negando sua condição de mulher, e a generosidade dos parentes que a sustentam, no caso de se tratar de uma mulher sem marido. Outra razão é que o aborto involuntário indica que o homem e mulher não estão cumprindo corretamente o conjunto de restrições alimentares/sexuais e de comportamento que formam parte do chamado "resguardo".

"A vida humana não é possível se não por um intercâmbio de substâncias vitais diferentes, pensado como uma "mistura de sangues". Mas como esta mistura é sempre perigosa, está submetida a um controle rigoroso e a determinadas precauções, circunstanciais à prática dos "resguardos" (ajkri). O ajkri se faz sempre em função do sangue derramado (morte cruel, menstruação, parto, perfuração dos lóbulos da orelha), de enfermidade que implica perda de sangue, ou para adquirir qualidades especiais (ser bom caçador, bom curandeiro, etc.). Neste caso esta prática fundamentalmente separa o sangue ou as substâncias vitais postas em contato, ou propicia ou regula esse contato" (Azanha, 1978).

Todo o sistema de resguardo ligado à gestação e nascimento da criança, tem como finalidade salvaguardar o fluxo de sangue na constituição do novo indivíduo. As restrições englobam certos alimentos que, segundo os Timbira, estão "carregados", como a carne de caça, os doces e própria relação sexual. Não obstante, se pai e mãe cumprem o mesmo resguardo, o fazem por motivos diferentes. A mãe porque atua como um invólucro da criança; é ela quem, através da alimentação, serve como mediadora da criança com o mundo. Ainda depois do seu nascimento, a criança continua protegida por sua mãe. Esse vínculo perdurará durante todo o período de amamentação, e diminui a medida que a criança cresce e deixa de depender exclusivamente do leite materno. Um exemplo de que a gravidez perdura depois do parto, é o fato de que um curandeiro não pode curar a uma criança de colo; terá que ensinar à mãe o que fazer e será ela quem curará o bebê.

O não cumprimento do resguardo põe em risco o bebê. Por isso, somente a mãe deve amamentá-lo, pois só ela não come "coisas carregadas". Não obstante, qualquer outra mulher poderá amamentar o bebê por motivos de enfermidade ou morte, sempre que cumpra com as restrições alimentares e a evitação sexual. Isto significa que a constituição deste novo indivíduo não sofre demasiado pela perda da mãe, pois esta pode ser substituída por outra mulher que, cumprindo com o resguardo, garantirá o crescimento da criança.

O pai cumpre o resguardo porque é da mesma substância que seu filho. E é o responsável por sua formação e a criança aparece como uma extensão sua. O não cumprimento dessas restrições pode conduzir à morte da criança e do próprio pai. O "pai que ajuda", ou seja, o outro ou outros que tiveram relações sexuais com uma mulher, deve reconhecer socialmente sua paternidade, cumprindo igualmente o resguardo.

Aos homens lhes cabem, portanto, a fecundação, e às mulheres a criação da criança. Fonte primária de alimento através do leite, elas se definem como proprietárias da faculdade de alimentar a seus filhos e a seus homens. Através do domínio da esfera doméstica, onde estão imbuídas do dom de procriar e de alimentar, as mulheres Timbira têm garantida sua importância na reprodução social da aldeia, ao fazerem das atividades reprodutoras e domésticas sua grande força.

Demografia e distribuição espacial

Aliança política, parentesco e território entre os descendentes Kencatejê da aldeia Chinela e os Apãnjekra

A maioria das aldeias Timbira de hoje são compostas por uma mescla de diferentes grupos que, por força das contingências da história, tiveram que se fundir com outros grupos do mesmo tipo para sobreviverem enquanto Timbira. No passado eram grupos – isto é, aldeias – que possuíam uma unidade e autonomia próprias, expressas por uma auto-denominação diferencial marcada pelo radical / camekra/ (cuja tradução é “povo do...”). Assim eram os Xácamekra, os Pihácamekra, os Pãrecamekra, os Apãnjekra (apãn = piranha), os Ramcocamekra (ramco = almacega do brejo), etc.. Esta forma de auto-denominação marcaria também uma aldeia enquanto unidade política autônoma; se esta unidade fosse rompida por um processo de cisão, as duas unidades assim produzidas manteriam ainda, frente aos outros, a auto-denominação comum / ...camekra/. Porém entre si utilizariam novas formas de auto-denominação, marcadas pelo radical/...catejê/ (os que dominam... determinado espaço geográfico). Assim os Krahô são “Krahô” frente aos outros, mas entre si designam-se por “cachoeiracatejê”, “galheirocatejê” etc... O mesmo acontece entre os Kricati e Pykopjê (que mantém relações de proximidade muito forte): entre si apelam-se mutuamente de “pocatejê”(os que “dominam os cerrados”) e “iromcatejê”(“os que dominam a mata” - cf. Azanha, 1984).

Neste sentido, as denominações do tipo Kencatejê (ken = pedra, morro), designam os grupos a partir do domínio que exercem sobre uma determinada porção do território, especificado por um acidente geográfico ou por qualquer outra característica que o assinale.

“O contraste entre os dois modos de denominação dos grupos Timbira entre si parece evidente. Enquanto os que apresentam a forma catejê marcam, pela designação, uma diferença quanto à ocupação territorial (de domínio de parte de um mesmo território), a forma (ca)mekra assinala uma diferença na origem e que não remete a um lugar geográfico. A primeira forma sugere uma diferenciação tendo por base uma classificação “totêmica”. Portanto, os dois modos de designação dependem, antes de tudo, do modo como se diferenciam uns dos outros os grupos Timbira.” (Azanha, 1984: 11)

A presença do sufixo *catejê* implica, vizinhança e contiguidade. Os Kencatejê (desaparecidos em 1913) são assim designados pelos Apãnjekra, de quem haviam se separado 15 anos antes; mas são Apãnjekra para os Ramcocamekra. Portanto, a forma *catejê* especifica um subgrupo dentro de um domínio inclusivo, e os grupos assim designados são grupos-resultado de um processo de cisão ou fusão recente – são “grupos locais” em sentido estrito.

Entre os grupos que se designam por esta forma, a contiguidade envolvida é territorial e, portanto, política: são grupos próximos uns dos outros em termos de relação de

aliança. Apesar das acusações mútuas que se seguem (ou dão origem) a um processo de cisão, a trama do parentesco mantém por muito tempo unido o novo grupo a aldeia-mãe.

“É neste sentido que podemos falar em expansão dos grupos Timbira: ela aparece como resultado do processo cisão, que por sua vez não é nada mais que um processo de diferenciação em que o grupo se distingue de outro (na dupla acepção deste termo: se separa e se destaca como singularidade no separar-se) para reproduzir, à sua maneira, a Forma Timbira, como as designações mútuas entre os grupos parece indicar.” (Azanha, 1984: 18-19)

Segundo a tradição oral dos Apãnjêkra e Ramkokamekra, os Kencatejê, enquanto grupo autônomo, eram formados por uma facção dos Apãnjêkra que teria se incorporado aos Mãcamekra alguns anos antes da transferência destes para Pedro Afonso. Algum tempo depois, em meados do século XIX – provavelmente durante as discussões que antecederam aquela transferência – a facção Apanjekra, acrescida de algumas famílias Macamekra, voltou para a região de origem, fundando uma aldeia no ribeirão Travessia, formador do Alpercatas. Os Kenkatejê, denominavam sua aldeia **Kacoconkatejê** (local onde existe uma espécie de côco: *kacocon*), nas proximidades do córrego Ribeirão dos Caboclos.

Habitavam nesta aldeia, derivada de outro aldeamento conhecido como “Chinela” (ambas estão identificadas no mapa do anexo 9 sob os números 2 e 11), quando foram atacados, em 1913, pelo fazendeiro Raimundo Arruda e seus homens. Foram assassinados cerca de 40 índios dos não mais de 80 habitantes da aldeia. Os mandantes do crime foram levados ao tribunal do júri de Barra do Corda pelo SPI. Foram absolvidos por unanimidade. A maior parte dos sobreviventes desta aldeia, basicamente mulheres e crianças, refugiou-se entre os Krahô e outros ainda entre os Apanjekra e Ramcocamekra (ver item História do Contato).

O território tradicionalmente ocupado pelos Canela-Apãnjêkra (aldeia de Porquinhos), compreende toda a extensão que vai da cabeceira do ribeirão Por Enquanto ao ribeirão Enjeitado, afluente do alto Mearim, no sentido leste/oeste. Ao sul estendia-se até a região do rio Alpercatas, ocupada também pelos Canela-Kencatejê, que desapareceu enquanto grupo depois do massacre.

Depois de 1913 portanto, os Canela procuraram se afastar do gado, isto é, das margens do Enjeitado, temendo novas represálias por parte dos fazendeiros. Nesse período, em que as aldeias acompanham as margens do Corda e afluentes, o gado dos moradores das Piranhas e de outros das margens do Enjeitado começam a fixar-se nos cerrados à margem direita daquele ribeirão.

Este portanto é o contexto para o caso daquelas famílias descendentes dos extintos Kencatejê da aldeia Chinelas, que atualmente habitam a aldeia Porquinhos, dos Canela-Apãnjekra. Essas famílias reivindicam hoje o direito de voltar a ocupar aquela região, ao sul da área Apãnjekra, em função do presente processo de redefinição de limites da área indígena. Trata-se evidentemente da apropriação de uma ancestralidade, lembrada e recuperada num contexto específico, fazendo uma ligação direta com o passado. Essa descendência não define necessariamente um acesso exclusivo a recursos naturais daquela região, mas sabe-se da grande ocorrência de um produto extrativo: o côco cunhã (*kacocon*); que todos podem utilizar, mas todos também sabem que essa porção de território era dominada pelos Kencatejê. Pertencer às famílias que descendem desse grupo garante uma certa prioridade (mas não exclusividade) de uso desses e de outros recursos específicos (caça, pesca, etc.). Não é possível estabelecer relações de herança e acesso a esses recursos

Proc. nº	1175103
Fis.	96
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

naturais daquela região com a existência de *siblings* entre os Canela, cuja formalização é ritualizada e cerimonial.

Ladeira afirma que “a ideologia *Ramkokamekra*, por outro lado, especifica uma descendência paralela quanto à origem tribal, assim, “descendo” da mãe da minha mãe (sou *Apãnjekra*) enquanto meu irmão “descende” do pai do meu pai (é *Xàkamekra*), de modo que eu não tenho nenhuma relação de “descendência” com a mãe e a irmã de meu pai” (1982: 27). A própria autora no entanto, relativiza essa noção de descendência, uma vez que ela também é manejada e apropriada conforme as situações específicas colocadas aos Canela. Nesse caso em especial, as genealogias dos descendentes dos Kencatejê foram construídas no contexto de levantamentos de GT da FUNAI para proposta de identificação e delimitação do território Canela-Apãnjekra. Todos os descendentes em questão afirmaram a intenção de reocupar a mesma região de seus ancestrais, a partir da redefinição de limites da área indígena.

Existe portanto uma espécie de legitimidade atribuída àqueles que descendem dos Kencatejê, na perspectiva da reapropriação de um parentesco “oficial”, a partir da memória dos descendentes diretos dos massacrados. A maioria desses informantes foram mulheres, mesmo quando o descendente direto era homem, geralmente era “ajudado” a lembrar pelas mulheres mais velhas de seu grupo doméstico. Isso reforça a idéia de que as mulheres são de fato as grandes depositárias do conhecimento tradicional das populações indígenas, neste caso colocado a serviço de uma atualização estratégica em relação ao território.

Ocorre portanto uma materialização da memória, na medida em que os descendentes dos massacrados mantêm vínculos com seus ancestrais, principalmente através do “estoque” de nomes disponíveis para utilização no contexto intra-tribal.

A construção das genealogias (anexo 2, onde todos os símbolos pintados representam os descendentes Kencatejê) realça uma ancestralidade de um grupo que historicamente manteve relações de aliança com os Apãnjekra. Com isso, ficam reforçadas e atualizadas tanto as condições de admissão desse grupo descendente dos Kencatejê; como a coesão social interna dos Apãnjekra. A ligação entre os Apãnjekra e os descendentes dos Kencatejê é extremamente forte e simbiótica e se expressa não apenas simbolicamente e nas relações de parentesco, mas tem uma materialidade, que se manifesta na sua própria noção de territorialidade, estendida até a Chinela e aos outros locais de ocupação tradicional do grupo.

Histórico da população

Os *Ramcokamekra*, depois de uma experiência frustrada de aldeamento se refugiaram nas matas de galeria das cabeceiras dos ribeirões Porcos e Corda. Pouco depois, em 1820, celebrariam novo acordo de paz com os colonizadores por intermédio de uma índia que havia permanecido em Caxias. Com isso voltariam a ocupar parte de seu antigo território na região compreendida entre os rios Corda e Ourives ao sul da atual cidade de Barra do Corda. Por força desta aliança, conseguiram manter-se em um território cercado por fazendas de gado incorporando neste período seus antigos inimigos, os *Xãcamekra* e remanescentes de outros grupos *Timbira*. Em 1901 uma força de 40 homens comandados pelo chefe Delfino Cômãipó foi prestar socorro aos colonizadores ameaçados por uma grande rebelião dos índios *Guajajara* (Nimuendajú: 1946, 33). Sua população no início do século XX não passaria de 300. Os *Xãcamekra* permaneceram hostis até 1845.

[assinatura]

Extremamente beligerantes, conseguiram derrotar a maioria das expedições repressivas que contra eles foram organizadas. Cessadas as hostilidades, suas aldeias originais espalharam-se, com alguns grupos deslocando-se pelas margens do Mearim e outros pelo Itapecuru. Cercados pelos colonizadores, restos deles procuraram abrigo (por volta de 1860) entre seus antigos inimigos, os Ramcocamekra enquanto outros, em número de 40, habitavam no “morro do Bezerra”, às margens do rio Mearim. Na última década do século XIX, muitos deles voltaram a se reunir nas cabeceiras do rio das Flores, no “Brejo da Muçura”; seu número não deveria ultrapassar a casa dos 50 indivíduos (Nimuendajú: 1946, 41). No início do século XX, cercados por fazendas e sem condições de se manterem na região, buscaram abrigo entre os Ramcocamekra, desaparecendo desde então como grupo autônomo.

Situados entre os Xácamekra, Ramcocamekra e Pycopyê, os Apãnjêkra foram os únicos Timbira do interflúvio Alpercatas / Mearim que não sofreram ataques das expedições repressivas – e também não se prestaram a compor com estas expedições para atacar outros grupos. Inimigos dos grupos Timbira vizinhos, conseguiram se manter neutros durante os quase 50 anos de guerra na região.

Em 1819, no auge da repressão aos Xácamekra, permaneceram durante dois meses em Caxias, visitando e estabelecendo contatos pacíficos com seus moradores (idem: ibidem, 37). Nimuendajú, que os visitou em 1913, faz sobre eles o seguinte comentário: “A aldeia está em estado decadente, vagando seus habitantes quase o tempo todo fora dela, dedicando-se pouco à agricultura... No censo de 1919 (do SPI) figuram os Apãnjêkra com 118 cabeças”(idem: ibidem, 31).

Os Apãnjêkra, apesar do incremento populacional verificados nos últimos anos (1919-118 hab.; 1974-191 hab.; 1977-250 hab.) estão longe das cifras populacionais dos séculos XVIII e XIX, estimadas em 2.000 habitantes.

Apesar do quadro abaixo confundir alguns dos grupos Timbira (“Caractegês” são provavelmente os Krégyncateyê; “caragês” são os Krejê de Cajuapara” etc...) e de apresentar localizações duvidosas (“Caracati” no município de Viana), ele dá um panorama geral sobre a presença e localização dos grupos Timbira ao final do século XIX.

Nome Nome nas fontes históricas População estimada início do século XIX Data do início das relações regulares com colonizadores População no início séc. XX Destino dos remanescentes (*)

Krahô	“Mâcamekras”	3.000 (Paula Ribeiro, 1841)	1818	620 (Taggia, 1851)	
(Pãrecamekra)	“Purecamekrãs”	1.000 (Pinto de Magalhães)	1815		Krahô (1848)
Ramcocamekra	“Capiekrans”	1.200 (Paula Ribeiro, 1841)	1814	226 (SPI, 1919)	
Apãnjêkra	“Ponikrans”	600 (?)	1815-20	118 (SPI, 1919)	
Xacamekra	“Sacamekrans”	1.000 (Paula Ribeiro, 1841)	1845-48		100 (apud Nimuendajú, 1855)
	Ramcocamekra				(1890)
Kencatêjê	Kencatêjê	- -	150 (Nimuendajú, 1913)		Krahô e Apãnjêkra (1913)
Apinayé	“Pinajé”	“Apotigez”	“mais de 4.000” (Silva e Souza, 1812)	1816	400 (Coudreau, 1897)
Kricati	“Caracatis”	“Caracatigêz”	800 (?)	1848	273 (SPI, 1919)

Car

Pykopjê "Piocobgêz" "Gavião" 1.500 (Paula Ribeiro, 1841) 1851 52 (SPI, 1919)
 Krejê "Crenzes" "Pobgêz" "Krejê de Bacabal" 600 (Marques, 1970) 1853 43
 (SPI, 1919) Kukoecamekra (1920)
 Pihácamekra "Krejê de Cajuapara" "Piocramekrans" "Pivocas" 600 (?) 1848 450
 (Dodt: 1872) 100 (Nimuendajú: 1915) Kricati
 Timbira de araparitua "Timbira do Gurupi" 300 (?) 1860 41 (Nimuendajú: 1915)
 Tembê (1930)
 Kukoecamekra "Timbira do Mearim" 500 (?) 1850 30 (SPI: 1919)
 Krepymcatejê "Timbira" "Caracategêz" 400 (?) 1863 80 (Nimuendajú: 1929)
 Kukoecamekra (?)
 Crôrecamekra "Crurecamekrans" 200 (?) 1810 - 16 - Ramcocatekra (?)
 Carec'atêjê "Cananacategêz" ? 1815 - Ramcocatekra (?)
 Põcatêjê "Poncategêz" 300 (Paula Ribeiro, 1841) 1815 - Krahô (1816)
 Jurkwajê "Norocoagêz" ? 1814 - Apinayé (1814)
 "Augutgê" "Augutgêz" ? 1816 - Mãcamekra (1816) ou Apinayé (1816)

Quadro resumo: demografia Apãnjekra

FONTE	PERÍODO	POPULAÇÃO
Darcy Ribeiro	Início do contato	200.000 (p/ os Timbira)
Paula Ribeira	Século XVIII	+ de 30 aldeias
	Início século XIX	80.000 (p/ os Timbira)
Diretoria Parcial de Índios no Maranhão	1850	703 (3 aldeias)
	1867	600
	1881	821 (Canela + Mateiros)
Nimuendajú	Fins século XVIII	400/500 300 (Kenkatejê)
	1910	250 (Kenkatejê)
	1913	150 (Kenkatejê)
	1929	130
SPI	1919	118
FUNAI	1974	191
	1977	250
Jaime Siqueira	2000	458 (66 casas)
FUNASA/DSEI-MA	2001	569

Observamos um violento decréscimo populacional dos Apãnjekra até meados do século XX, sendo que a partir dos anos 70 até os dias de hoje verifica-se uma grande retomada do crescimento populacional do grupo. Levando-se em conta uma média de 7 a 8 pessoas por grupo doméstico e essa média de crescimento dos últimos 30 anos, pode-se prever uma projeção de crescimento bastante significativa para os próximos anos. Os dados mais recentes, da FUNASA, demonstram que a maior faixa da população situa-se entre os 15 e 19 anos (79 pessoas: 35 homens e 44 mulheres), exatamente a média de idade usual para o casamento. Esse dado aponta claramente para a perspectiva de constituição de novas famílias e conseqüentemente, para o crescimento dos índices de natalidade dos Apãnjekra.

As outras faixas etárias com maiores percentuais da população desse grupo situam-se exatamente entre 0 e 4 anos (82), 5 e 9 (64) e 10 a 14 anos (47), o que nos faz acreditar que as médias de crescimento do grupo continuarão ascendentes, graças às novas gerações que se sucederão.

No entanto, é preciso que hajam garantias para a reprodução física e cultural desses novos contingentes populacionais, garantido uma maior segurança alimentar para o grupo. Isso somente será possível com a ampliação da área destinada ao grupo, reconhecendo sua ocupação tradicional e conseqüentemente, viabilizando o acesso a mais áreas para roça e caça, elementos fundamentais para a continuidade da reprodução dos Apãnjekra.

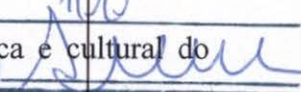
Estado de hígidez do grupo

De forma geral, a situação de saúde do grupo apresenta-se de maneira estável, onde não se constataram recentemente problemas relacionados a epidemias ou disseminação de doenças infecto-contagiosas em larga escala. Em relação às doenças infecto-contagiosas, o caso mais frequente é o de tuberculose, que tem atingido uma quantidade razoável de moradores da aldeia de Porquinhos. Este ano de 2002 também foram constatados dois casos de varicela em Porquinhos. Há cerca de 3 meses por exemplo, o sr. Pedro Schimit (que inclusive chegou a participar ativamente do processo de identificação e delimitação da área) veio a falecer em decorrência do agravamento de um caso de tuberculose, associado com diabetes. Apesar de não ser frequente entre os Apãnjekra, os casos de diabetes em áreas indígenas têm aumentado consideravelmente, bem como o de hiper-tensão, em função basicamente da mudança de hábitos alimentares dos índios, causada pelo contato com a sociedade envolvente.

Em 2001, foi constatada também uma incidência de 42 casos de DST na aldeia de Porquinhos, sendo que as doenças mais frequentes foram *Gardenerela Vaginalis*, *Trichomanas* e *Cândida*. Programas de prevenção e esclarecimento têm sido implementados, com resultados duvidosos no entanto.

Infelizmente, existe uma carência muito grande de informações sistematizadas no pólo-base da FUNASA em Barra do Corda sobre a situação de saúde dos Canela. Ainda assim, foi possível levantar alguns dados sobre as taxas de nascimento e mortalidade dos anos de 2000 e 2001. Em relação aos indicadores de natalidade, verifica-se em 2000 uma taxa de fecundidade (x 100) de 18,66 e uma taxa de nascimentos (x 1000) de 5,27. Em 2001, a taxa de fecundidade foi de 11,11 e de nascimento foi de 3,08. Essa queda nas taxas representa uma variação relativa normal, que no entanto, não reflete o crescimento demográfico verificado no grupo, que em termos mais gerais e absolutos, teve sua população dobrada num prazo de aproximadamente 25 anos.

Por outro lado, ao observarmos os indicadores de mortalidade, constatamos que a taxa anual bruta de mortalidade (x 100) de 2000 foi de 0,21, sendo que todas as incidências de morte ocorreram entre pessoas entre 70 e 74 anos, do sexo masculino. Já em 2001, essa taxa cresceu para 0,41, com ocorrência de 8 casos, sendo a maioria mulheres entre 50 e 54 anos, além de um caso de uma criança entre 5 e 9 anos. Apesar de uma baixíssima taxa de mortalidade infantil, o crescimento relativo desses indicadores pode significar dificuldades em relação à manutenção da qualidade de vida entre os Canela. Essa questão pode estar associada por sua vez, com a crescente escassez de recursos naturais (caça, pesca, produtos

Proc. nº	1175103
Fls.	100
Rubrica	

extrativos, áreas propícias para roça) disponíveis para a reprodução física e cultural do grupo.

Áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Canela-Apãnjekra

Pelo que pudemos apresentar até aqui, tem-se claro de que os Canela precisam dispor do seu território tradicional (conforme mapas dos anexos 7 e 9) para sua plena reprodução física e cultural, em função principalmente das seguintes questões:

- Praticamente toda atividade ritual desse grupo exige o consumo coletivo de carne de caça, através dos "papurutos". Com a pressão dos moradores não-índios sobre a área Canela, a escassez de caça tem aumentado e conseqüentemente, têm prejudicado a realização de muitos rituais, seja em termos do cumprimento de todas as prerrogativas rituais envolvidas, seja na quantidade de participantes convidados de outras aldeias para esses eventos.
- Uma maior disponibilidade de terras para a renovação de áreas para a agricultura e para a reprodução da caça e pesca também serão importantes para que existam condições objetivas para a realização dos chamados "resguardos", que determinam inúmeras e rigorosas prescrições alimentares, culturalmente definidas.
- A taxa de natalidade dos Canela têm aumentado consideravelmente, sendo que nos últimos 25 anos sua população praticamente dobrou. É sabido que o índice de crescimento demográfico das populações indígenas no Brasil tem ficado acima da média nacional dos não-índios. Portanto, a ocupação pelos Canela de seu território tradicional sem a presença dos *cupen* (não-índios), será fundamental para a constituição de novas aldeias (ver habitação permanente), dando condições para a plena reprodução física e cultural dessa população, inclusive para a intensificação de relações inter-aldeias (casamentos, rituais, trocas cerimoniais e econômicas, etc.).
- As projeções de crescimento da população Apãnjekra são ascendentes e o estado de higidez do grupo é também razoavelmente estável, o que nos prever um grande crescimento populacional nos próximos anos. Essa demanda populacional necessariamente vai gerar também maiores demandas por áreas de produção para garantia da segurança alimentar das famílias indígenas.
- Por fim, nesse processo de ocupação da área, deve-se destacar a importância para os Canela da área da aldeia Chinela, ocupada tradicionalmente pelos Kencatejê (exterminados pela família dos Arruda), mas cujos parentes descendentes reivindicam seus direitos históricos, resgatando inclusive uma identidade diferenciada, mas em perfeita simbiose, em relação aos Apãnjekra.
- Da mesma forma, inúmeras áreas de ocupação tradicional dos Canela-Apãnjekra e de antigos aldeamentos, ficaram de fora da demarcação realizada em 1979, embora sejam extremamente importantes para a reprodução física e cultural do grupo.



Proc. nº	1175103
Fls.	408 409
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

- Levantamento fundiário

Levantamento e problemas enfrentados

O levantamento fundiário ocorreu sem incidentes graves, mas contou com alguns problemas de percurso, superados com habilidade pela equipe do GT. No referido levantamento, foram cadastradas 364 ocupações de não-índios, com um total de 1.876 habitantes distribuídos em 372 famílias (ver relações de ocupantes no anexo 10). São 309 ocupações no município de Fernando Falcão e 55 em Barra do Corda, sendo que cerca de 80% das ocupações no município de Fernando Falcão estão sobre áreas delimitadas pelo ITERMA.

Observa-se ainda que 3 das maiores ocupações (1% dos ocupantes) correspondem a cerca de 80% da área levantada pela equipe do GT. A grande maioria dos ocupantes, no entanto (288), habitam terras com superfície entre 0,5 ha e 10 ha, correspondendo a 85% das ocupações.

Quadro Demonstrativo

Município	No. Ocupações	No. Famílias	No. Pessoas	No. Proprietários	Titular da Posse
F.Falcão	309	316	1.551	26	275
Barra do Corda	55	56	325	19	60
Total	364	372	1.876	45	335

Em sua grande maioria, trata-se de população de baixa renda e dependendo basicamente da agricultura familiar, baseada na agricultura de subsistência, extrativismo, caçada de pequenos animais. Ainda assim, encontram-se grandes discrepâncias sócio-econômicas entre os ocupantes cadastrados: no assentamento Cacimba, localizado entre a atual área Porquinhos e o Parque Estadual do Mirador, a economia é realmente de subsistência e o isolamento dos grandes municípios muito maior do que podemos observar, por exemplo no Enjeitado, onde os ocupantes estão a 20 Km de Grajaú, estão organizados em associação e possuem melhor infraestrutura para trabalho (com trator e veículos inclusive). Outro exemplo digno de nota refere-se ao Sítio dos Arrudas, família tradicional de Barra do Corda, que ocupa uma grande área com vários agregados, mas que não dependem da terra para viver. São conhecidos na região casos de violência e discriminação racial (mantêm no local um cemitério para negros, separado do cemitério para os brancos...) que envolvem os membros dessa família.

Em relação aos incidentes que prejudicaram e atrasaram o trabalho da equipe em campo, salientamos os seguintes:

Enjeitado (Barra do Corda) – por duas vezes o GT foi impedido de iniciar o levantamento fundiário naquela região, uma vez que os ocupantes foram incitados pelo sr. Milton Gomes (ex-prefeito de Grajaú e pai da atual prefeita) a não receber a equipe para responder ao cadastramento. Houve pelo menos três reuniões com os ocupantes no município de Grajaú (em novembro de 2000 e novembro de 2001), encabeçados pelo sr. Airton, da Associação dos Pequenos Produtores do povoado de Matusalém; uma delas

[assinatura]

Proc. nº	175103
Fls.	102
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

inclusive com a presença do deputado estadual Mercial Arruda, onde os presentes decidiram não atender o GT.

Violete (Fernando Falcão) – a equipe do GT foi interpelada nessa localidade pelo prefeito de Fernando Falcão, sr. Eli Cavalcante, que ameaçou os técnicos e afirmou que o trabalho só teria continuidade com a presença da Polícia Federal.

Em vista desses acontecimentos portanto, foi requisitada a presença da Polícia Federal para garantir a segurança da equipe para a continuidade e finalização dos trabalhos de levantamento fundiário. Graças à pronta interveniência da administradora regional da FUNAI em São Luís, agentes da PF deslocaram-se rapidamente para a área, permitindo a finalização dos trabalhos com sucesso. Ainda assim, vários ocupantes, principalmente no Enjeitado, recusaram-se a assinar o laudo de vistoria.

Recomendações para encaminhamentos

Tendo em vista a quantidade de ocupantes na área pretendida pelos Canela e a conhecida história de conflitos fundiários entre índios e não-índios na região de Barra do Corda, recomendamos alguns encaminhamentos:

- atualização das avaliações de benfeitorias à época da demarcação;
- fiscalização sobre possíveis danos ambientais que os atuais ocupantes podem causar através de uma super-exploração dos recursos naturais da região, tendo em vista a eminência de desapropriação e indenização;
- reuniões de representantes da FUNAI e INCRA com autoridades locais, visando minimizar o clima de tensão na região, em geral estimulado por essas mesmas autoridades;
- estabelecer mecanismos de cooperação entre FUNAI, INCRA e ITERMA para viabilizar o reassentamento das famílias de ocupantes de forma satisfatória e digna.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	103
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

VII - Conclusão e delimitação

As considerações a seguir são base para justificar a proposta de identificação e delimitação da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra, com 301.000 ha. de área e 252 Km de perímetro, conforme apresentada pelos Apãnjekra.

Norte

- A mata grande ou *Irongati*, como é conhecida pelos índios a área de floresta semidecídua de sua área, tem grande importância para sobrevivência desta etnia, além de zona de reprodução de animais e área de caça, a floresta fornece madeira para construções, palha para cobertura das casas, frutas nativas para alimentação, entre outros usos. A ocupação da floresta pela população do entorno tem sido baseada na exploração das madeiras de interesse econômico e posterior substituição por pastagens. Propomos a revisão do limite norte, com incorporação de áreas de mata da Terra Indígena, baseados na utilização de áreas ancestrais de coleta de coco babaçu em áreas conhecidas como *Ronkô* (Santa Isabel e Barreira dos Lobos). Do ponto de vista dos índios sua conservação é fundamental para a manutenção da população de animais selvagens.

Sul

- Levando em consideração o elemento histórico e geográfico de ocupação da região das Chinelas e de seus sítios de caça ancestrais e atuais (ribeirão Soledade, região da fazenda Boa Esperança e cabeceira do rio Corda, cabeceira do Sussapara, cabeceira do Piranhas, lagoa da Cobiça, riacho Irajá e rio Itapecuru), de seus sítios de coleta (*kacón ko* – “local do coco cunhã”, e de coleta de canajuba), de seus sítios de pesca (lagoa da cobiça, riacho Sussapara, riacho Piranhas), considerando ainda os sítios onde se deram os massacres em 1913 (fazenda Baeta e aldeia das Chinelas) todos identificados nos mapas em anexo; e finalmente, considerando o nome pelo qual se auto identificavam os Kencatejê (povo das serras, em referência as serras do Alpercatas), concluímos ser fundamental que os limites da área incluam as cabeceiras do riacho Irajá, seguindo as margens do riacho Alpercatas até o ponto proposto abaixo da Baixa Verde, no sentido oeste-leste. E no sentido sul-norte a partir do riacho Irajá até as cabeceiras do riacho enjeitado, como proposto. O mapa de antigos aldeamentos, do anexo 9, nos permite a consideração das ocupações tradicionais para delimitação desta terra indígena.
- Deve-se destacar portanto a importância para os Canela-Apãnjekra da área da aldeia Chinela, ocupada historicamente pelos Kencatejê (exterminados pela família dos Arruda). Seus parentes descendentes sempre reivindicaram a necessidade de voltar a estabelecer aldeamentos nessa região, resgatando inclusive a memória e a identidade diferenciada dos Kencatejê.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	104
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

- O atual modelo de desenvolvimento da região é baseado no agrobusiness da soja, de grandes impactos sociais e ambientais. Esta é a política oficial e conta com apoio estrutural e financeiro do governo federal e estadual e a perspectiva é de grande expansão nos próximos anos. Esse sistema agrícola tem ocupado grandes áreas na região de abrangência da terra indígena, muitas vezes ligadas a ações de grileiros, com interesse em ocupar as Serras das Alpercatas o que implicaria em expor as cabeceiras dos rios da região a graves impactos ambientais. Consideramos portanto, como fundamental a inclusão dos trechos da Serras das Alpercatas como proposto, para salvaguardar no futuro a Terra Indígena.
- Deve-se ressaltar também a importância da confrontação de limites, integrante desta proposta, entre a Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra e o Parque Estadual do Mirador, ao sul, favorecendo a conservação de uma grande faixa de terras contíguas, que fazem parte inclusive das áreas prioritárias para proteção e conservação do cerrado e pantanal, segundo mapa e estudo do IBAMA. Essa contiguidade de terras também ocorrerá em relação à Terra Indígena Bacurizinho, a oeste, favorecendo um maior controle territorial sobre as invasões e melhores condições para a conservação da rica biodiversidade daquela região. Uma eventual unificação a leste com o território Ramkokamekra, complementaria esse processo, criando um “corredor” de unidades de conservação e áreas indígenas interligadas.

Leste

- Deve-se considerar ainda a história de ocupação do território tradicional Canela, que inclui todos pontos levantados acima, inclusive os riachos Por Enquanto e Papagaio e a localidade Sítio dos Arrudas, que estão situados em área de tradicional ocupação dos Apãnjekra. Próximo a este último, destaca-se a existência de umas das aldeias “formadoras” dos Apãnjekra, segundo sua memória: *Honkô* (Arrependido). Também fica claro através de informações da história do contato desse grupo, o quanto essa área foi objeto de disputas e violência, onde a família dos Arruda teve papel determinante na expropriação do território indígena.

Oeste

- A região do povoado Enjeitado tem sido alvo de constantes conflitos entre índios e os ocupantes não-índios. Este povoado localiza-se “espremido” entre o território de duas áreas indígenas (Porquinhos e Bacurizinho – Guajajara), o limite natural/tradicional entre as duas áreas é o riacho Enjeitado, o povoado é resultado de uma linha seca no interior da área Canela ligando dois pontos do mesmo riacho. De acordo com o levantamento podemos apontar a população do referido povoado como responsável por todos os crimes ambientais praticados na região do limite leste da Terra Indígena (caça e venda ilegal de animais silvestres, roubo de madeira, além de servir de esconderijo para marginais do município de Grajaú). A proposta, inclusive, conforme acordos entre as duas etnias durante a realização dos trabalhos de campo, é de que seja mantido o limite natural com a necessária retirada do povoado.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	105
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

- São ínfimas as áreas tradicionais de pesca que foram incorporadas a Terra Indígena na primeira proposta de delimitação. A super exploração deste recurso tem levado a diminuição do volume pescado, redução do tamanho médio e mesmo a ausência de algumas espécies. Baseados neste fato a proposta atual inclui as seguintes áreas de pesca: (1) Lago da Cobiça – *Hipodi*, na cabeceira do riacho Enjeitado; (2) Lago da Tiririca – cabeceira do Sambaiba - Riacho Estiva; (3) Caboré – abaixo do Sítio dos Arrudas, cabeceira da Buritirana – *Krowa aró Cô*; (4) Sambaiba – *Kradi Cô*; (5) Lago do Tucum – próximo à Boa Esperança; (5) rio Corda, abaixo do Atolador (ponto de roça); (6) Lagos na margem do rio Corda (abaixo do Barrealto); (7) riacho Irajá e riacho Soledade – região de abrangência do antigo aldeamento do Ribeirão dos Caboclos – *Cakoncatejê*; (8) Margens do rio Alpercatas.
- É fundamental a preservação das cabeceiras da bacia hidrográfica onde se localiza a Terra Indígena e da qual esta etnia retira seu suprimento de água potável, para sua reprodução física, social e cultural, independente do modelo de desenvolvimento da sociedade envolvente. Propomos a inclusão de todas as cabeceiras do rio Corda e de todos os seus afluentes no interior da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra. Com isso, seria garantida a sobrevivência do rio Corda, importante para os Canela e também para o população de Barra do Corda – deve-se salientar a existência de um movimento pela preservação do rio Corda e suas cabeceiras naquele município. Entre muitos exemplos de contaminações diversas das águas que banham terras indígenas, cujas cabeceiras não estão protegidas, basta citar o caso do Parque Indígena do Xingu, que está cercado por fazendas de soja e madeiras e tem seu principal rio, o Xingu, sofrendo as consequências desastrosas pelo fato de suas cabeceiras estarem fora dos limites demarcados.

Atividades produtivas

- A caça representa uma importante contribuição na dieta protéica desta população. Conforme o mapa de atividade de caça do anexo 7, há necessidade de uma grande área a ser explorada, em função da frequência e dispersão das espécies no ambiente, e o grande conhecimento que esta etnia possui dos nichos de caça dentro do território tradicional, concluímos que a área proposta é do tamanho mínimo necessário a realização de um plano de manejo de caça nos padrões dos índios.
- Baseado no mapa de roçados da terra indígena, e sua sobreposição à imagem de satélite, ambos em anexo, e na observação em campo, é fácil concluir que a agricultura é o principal motivo da dominância, quase geral, de fisionomias de capoeira em variadas fases de recuperação, principalmente nas matas ciliares do rio Corda, mas também em outros riachos como o Extrema, o Águas Claras, riacho Estiva e riacho Fundo.
A agricultura migratória praticada pelos índios tem impacto relativamente pequeno, em função do tamanho médio das roças e da recuperação que se segue. No entanto, segundo os índios, já estão sendo utilizadas capoeiras com menos de dez anos para “colocação de roças”, o que com a baixa fertilidade da região não permite a recomposição destas áreas.

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fis.	10606
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Se nos remetermos ao mapa de distribuição de antigos aldeamentos poderemos concluir que toda a área atual já está intensamente utilizada, o que tem comprometido a recuperação das matas dos rios e riachos citados. Em função disto a ampliação desta Terra Indígena, com posterior redistribuição dos acampamentos de roça será fundamental para a manutenção das produções atualmente obtidas e para a recuperação das matas ciliares.

- Conforme citado a distribuição dos acampamentos de roça alcança todos os pontos do território com disponibilidade de recursos. A preocupação com as áreas de roça deve ser estendida a outros recursos como a caça, a pesca, a coleta. O manejo sustentável destes recursos em prol das futuras gerações só será possível com aumento da área e redistribuição destes acampamentos.
- A agricultura dos Apãnjekra é baseada no cultivo de tubérculos, com intenso movimento migratório regido pela alternância entre as estações da seca e das chuvas. Sua dieta é baseada principalmente na caça e na coleta de frutas nativas. A fixação desta população, com brutal diminuição de seu espaço para movimentação é um fato consumado. Por outro lado, a influência e dependência de "bens do mundo dos *cupen*" tende a aumentar, levando a necessidade de geração de renda igualmente crescente. Os Apãnjekra conhecem profundamente seus territórios e entorno, bem como tem amplo conhecimento da biodiversidade local e seus usos. Desta forma, o extrativismo pode vir a ser uma das oportunidades ambientalmente sustentáveis de relação comercial deste povo com a sociedade envolvente. Somente através da ampliação desta Terra Indígena poderá se tornar economicamente viável o aproveitamento de espécies de potencial extrativo.

Reprodução física e cultural

- Praticamente toda atividade ritual desse grupo exige o consumo coletivo de carne de caça, através dos "paparutos". Com a pressão dos moradores não-índios sobre a área Canela, a escassez de caça tem aumentado e conseqüentemente, têm prejudicado a realização de muitos rituais, assim como dos "resguardos" e prescrições alimentares culturalmente definidos. Uma maior disponibilidade de terras para a renovação de áreas para a agricultura e para a reprodução da caça e pesca serão importantes para que existam condições objetivas para a realização dessas práticas culturais.
- A taxa de natalidade dos Canela têm aumentado consideravelmente - nos últimos 25 anos sua população praticamente dobrou e as projeções de crescimento dessa população são ascendentes, o que nos prever um grande incremento populacional nos próximos anos. Essa demanda populacional necessariamente vai gerar também maiores demandas por áreas de produção para garantia da segurança alimentar das famílias indígenas. Portanto, a ocupação pelos Canela de seu território tradicional sem a presença dos *cupen*, será fundamental para a constituição de novas aldeias, dando condições para a plena reprodução física e cultural dessa população, inclusive para a intensificação de relações inter-aldeias (casamentos, rituais, trocas cerimoniais e econômicas, etc.).

[assinatura]

Proc. nº	1175103
Fls.	107
Rubrica	<i>[Handwritten signature]</i>

Meio ambiente

- Grandes extensões da Terra Indígena Porquinhos são dominados por solos de areia quartzosa, sendo que este solo predomina na região pretendida pelos Apãnjêkra nesta proposta. A fragilidade estrutural e a pequena disponibilidade de nutrientes destes solos, leva a que os ecossistemas a eles associados sejam de altíssima fragilidade e de imensa dificuldade de recuperação quando alterados. Baseado na pequena capacidade de suporte à vida vegetal e conseqüentemente animal nestas áreas de chapada podemos afirmar que a área pretendida é minimamente necessária à sobrevivência do grupo a longo prazo.

Brasília, maio de 2003



Jaime Garcia Siqueira

Antropólogo-Coordenador GT Canela



ANEXOS

108

Proc. nº	1175103
Fis.	108
Rubrica	<i>[Handwritten Signature]</i>

1. Versão do mito de Catxekwy
2. Genealogias dos descendentes dos Kencatejê em Porquinhos
3. Mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú
4. Mapas elaborados pelos Apãnjekra aproximadamente em 1975
5. Mapa com proposta de unificação das terras Canela, feita pela Funai
6. Imagem de satélite da área Apãnjekra
7. Mapa de uso da área Apãnjekra (roças, extrativismo, caça e pesca)
8. Relação de aldeamentos Canela
9. Mapa de ocupação tradicional dos Apãnjekra (aldeamentos e pontos de passagem)
10. Relação de ocupantes não-índios
11. Portarias de designação do GT
12. Memorial descritivo e mapa de delimitação da TI Porquinhos dos Canela-Apãnjekra
13. Fotos dos Apãnjekra da aldeia Porquinhos durante trabalho do GT

ANEXOS

Proc. nº	1175103
Fls.	109
Rubrica	<i>Avelino</i>

“Catxe Cwy, a estrela, desceu e se casou com um rapaz, [...]. Ninguém sabia, até que começaram a desconfiar e o rapaz contou: “Ela desceu, veio lá de cima, por que estava com pena de mim que estava toda vida sozinho, mas agora ela já é de casa, ela é da gente”.

Aí então ela procurou: o que o povo comia? E o marido respondeu: Come pau “pubo” (podre). Não tinha nem fogo, comia pau “pubo”. Aí então ela falou: amanhã cedo eu vou descobrir esta comida para vocês.

E indo para a fonte, de manhã bem cedo, ela levou uma cuia e chegando lá falou: Vamos ali pegar buriti? Chegou lá e estava só pegando buriti mole, foi comendo e dando para o marido. Foi oferecendo até quando ele pegava, pois não era acostumado com aquilo. “experimenta?” e o marido com medo de morrer!

“Experimenta, esta é a alimentação da gente, eu vou descobrir, amanhã eu vou mostrar outra coisa...”

Foram então para casa e ofereceram a todos. O pessoal não queria, mas adulando eles comeram e aprenderam. No outro dia ela mostrou o milho novo e quebrou logo um bocado; trouxe também a folha da banana brava. Ralou e fez um berubu de milho. Colocou no moquém e quando tirou ela apresentou o Põhy. “Este a gente planta, nasce, a gente quebra e pode assar”.

No outro dia foi mostrar macaxeira. O povo não estava querendo comer este alimento, mas iam adulando e eles comiam. Ela mostrou um pau que tem a casca igual ao ralo, ela tirou a casca e descobriu..., Primeiro ela apresentava para o pessoal da casa e depois para os outros.

Foi inventando toda comida, também a bacaba e os outros.

[...] Mas o marido dela nunca mexeu nela, estava casado mas nunca mexeu. Um dia o marido foi para uma caçada e quando ela foi para a fonte [...] seu compadre adulou e mexeu na mulher dele e toda rapaziada ajudou.

Quando no outro dia ela falou para o marido e disse “ Eu estou com muita vergonha, você não me mexeu, mas seu compadre mexeu, agora eu vou fazer um remédio só para os que me mexeram e depois eu vou voltar novamente, toda coisa que eu já descobri vocês ficam usando, mas eu vou subir de madrugada.

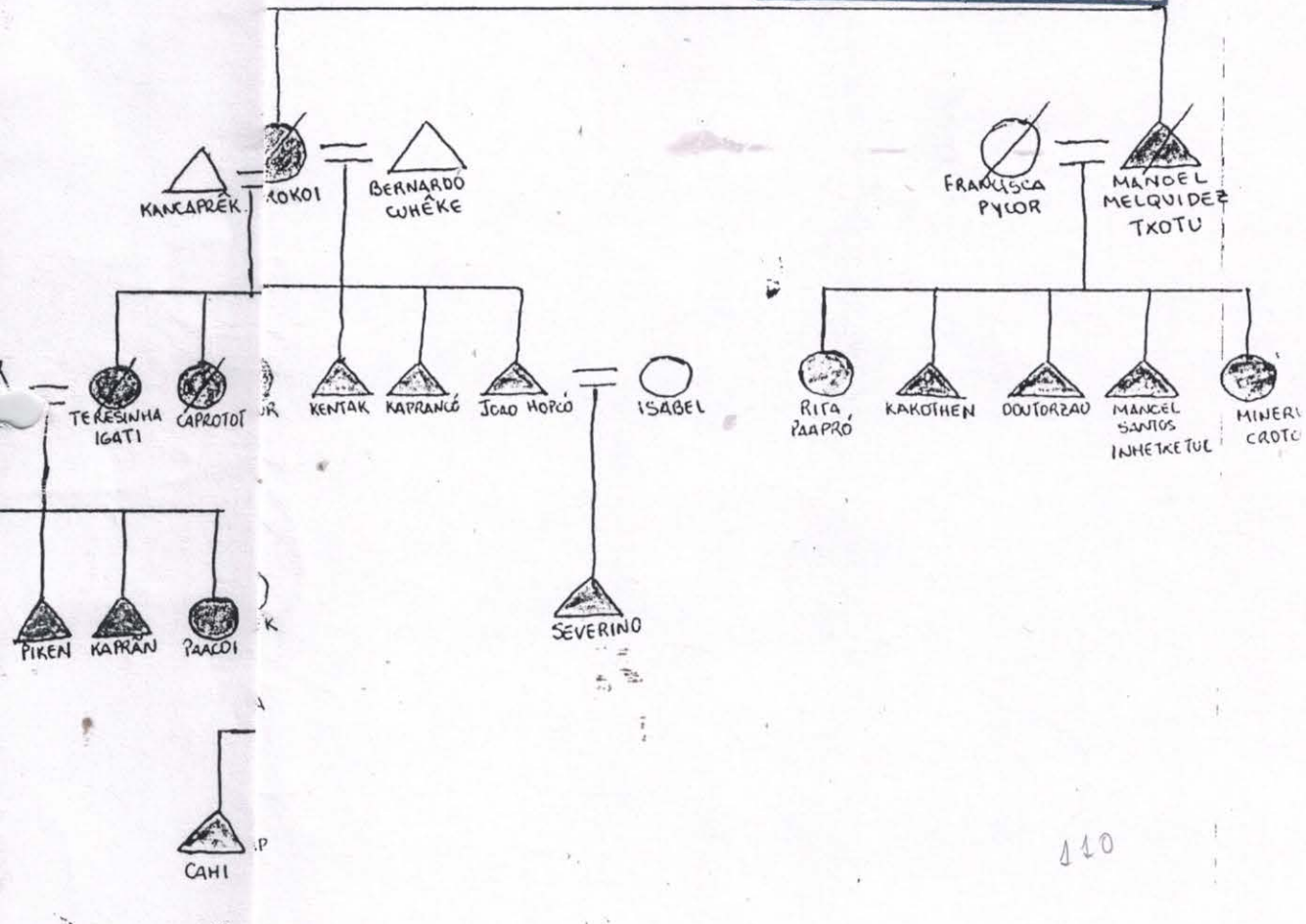
Agora todo dia você pode ver aquela estrela que vêm nos olhar primeiro e que é muito grande e brilhante. Ela é Catxe Kwy.”

(Avelino Canela)

Li

ANEXO 2.1

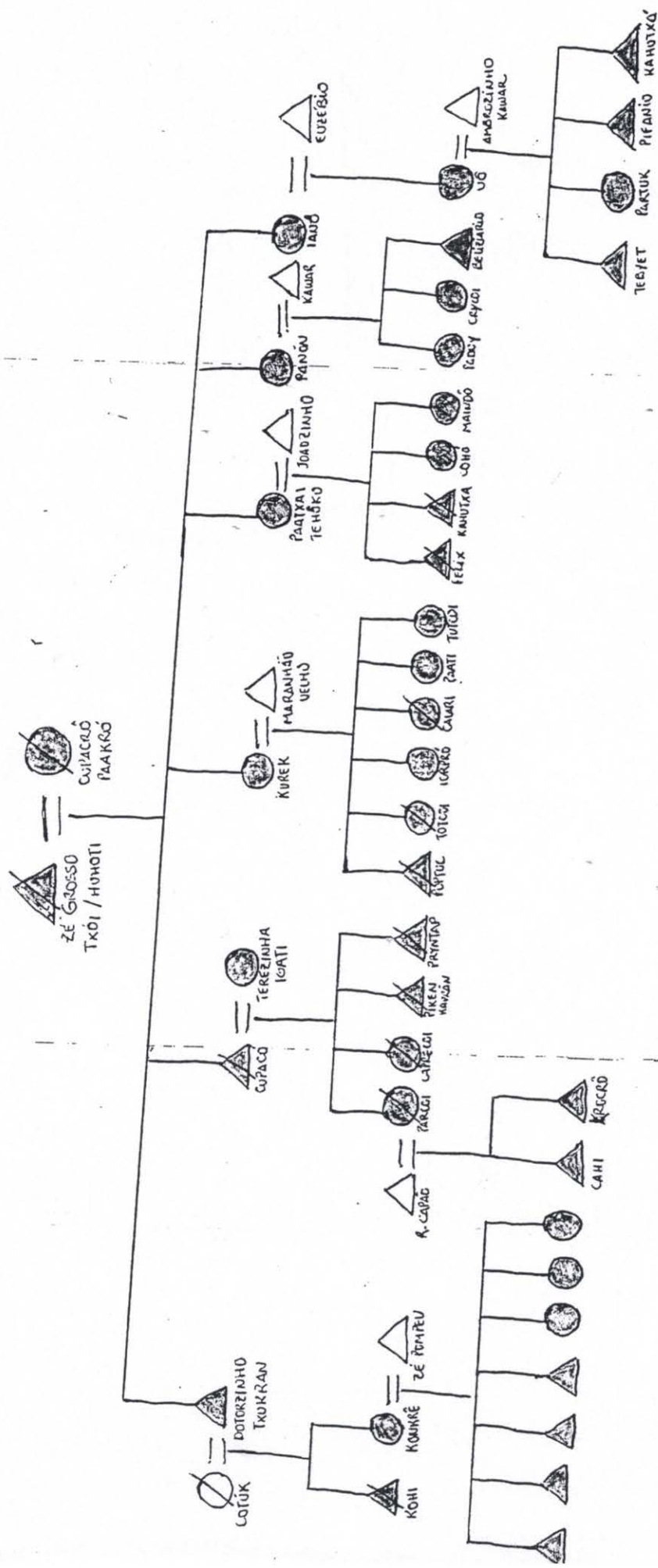
Proc. nº 1175103
 Fls. 110
 Rubrica [Signature]



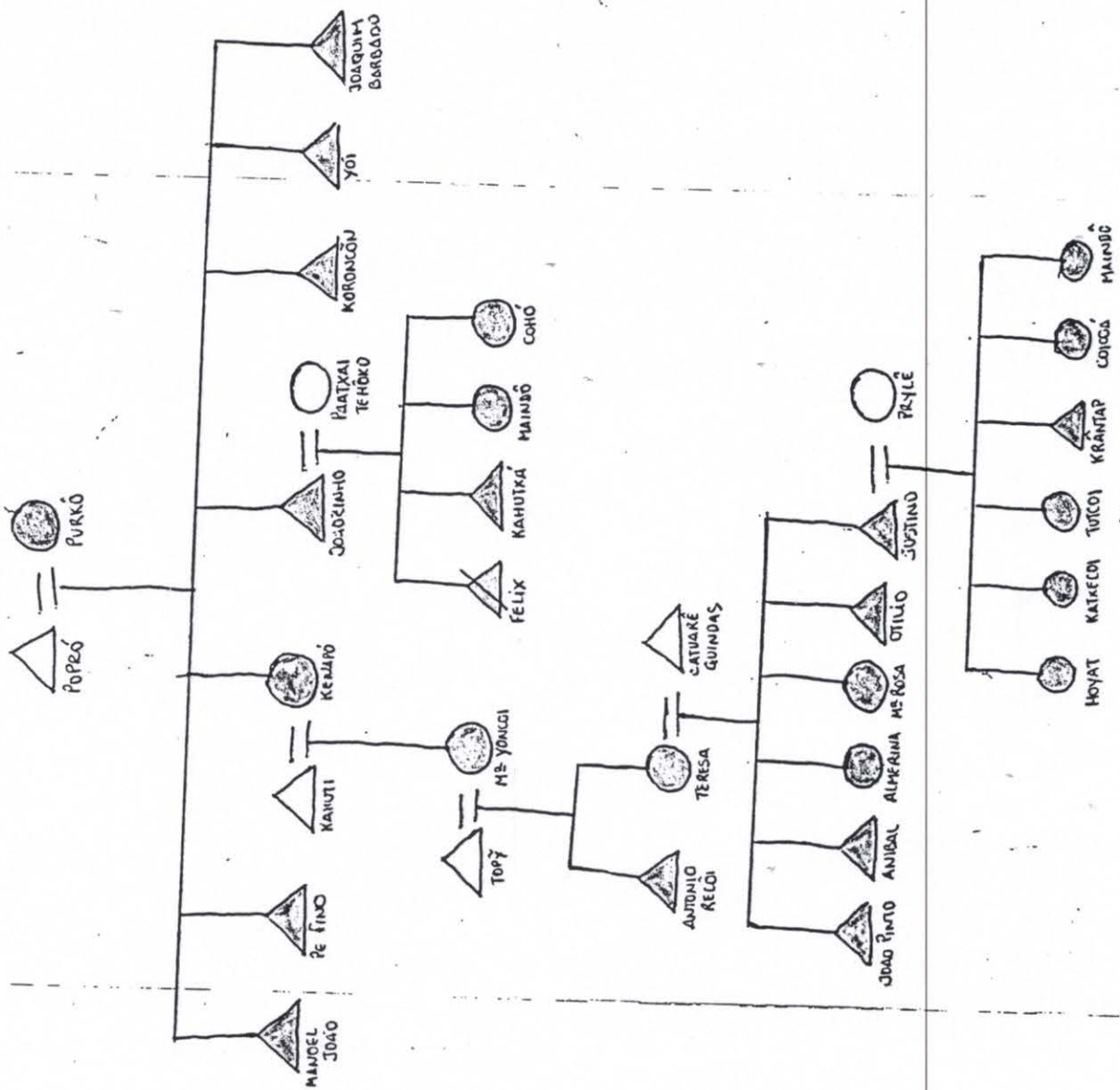
* KROATAN MORA NI
 * PAATY É KRAHÔ-VEIO

110

[Signature]

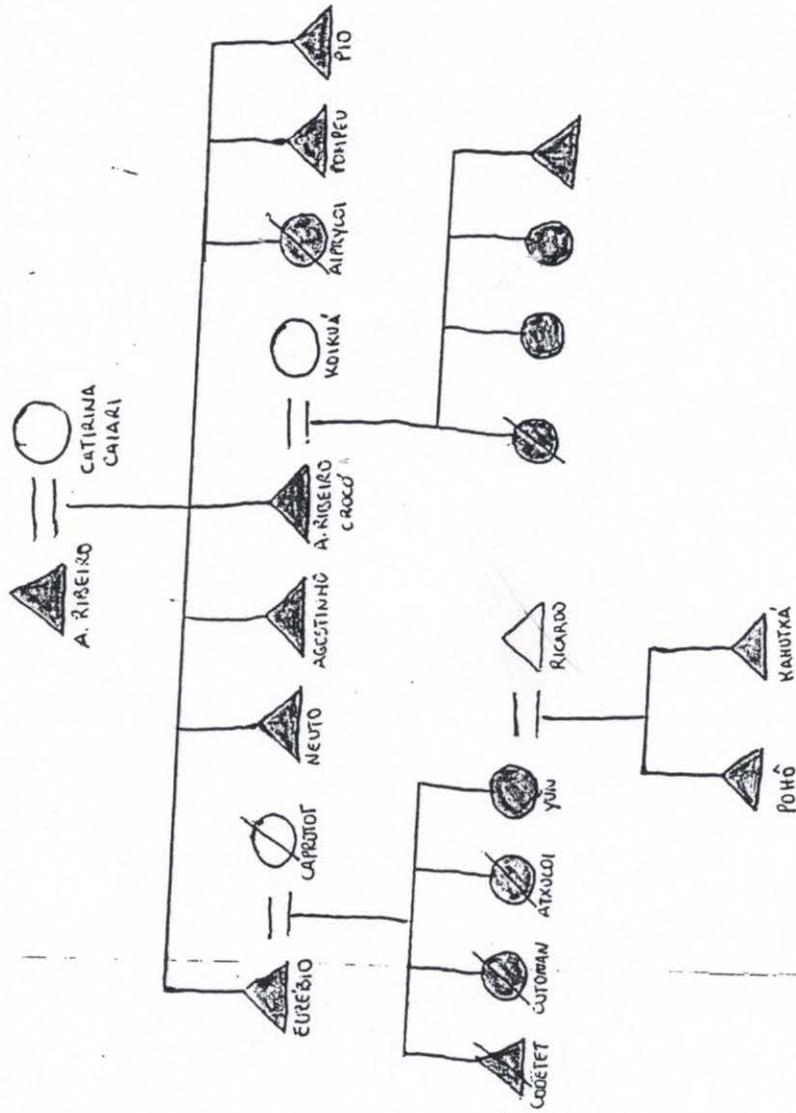


[Handwritten signature]



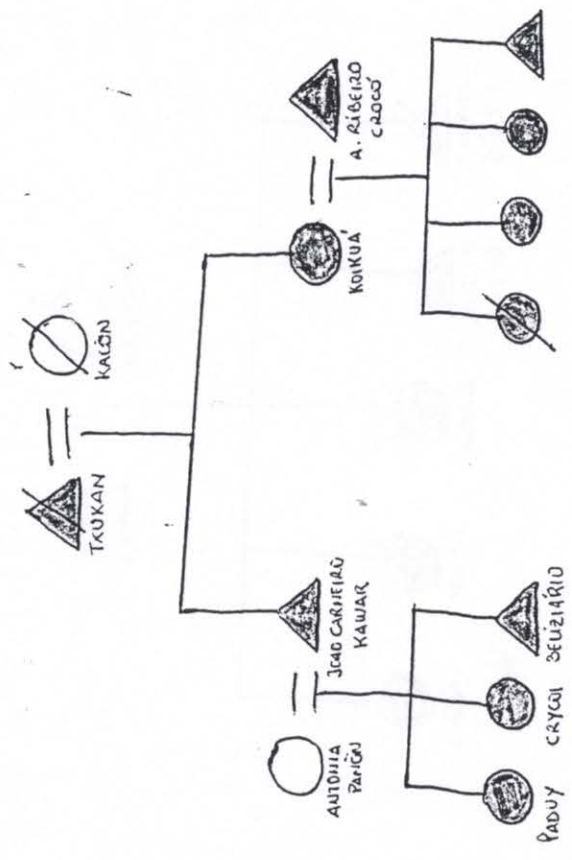
[Handwritten signature]

Proc. nº	1175103
Fls.	113
Rubrica	<i>[Handwritten Signature]</i>

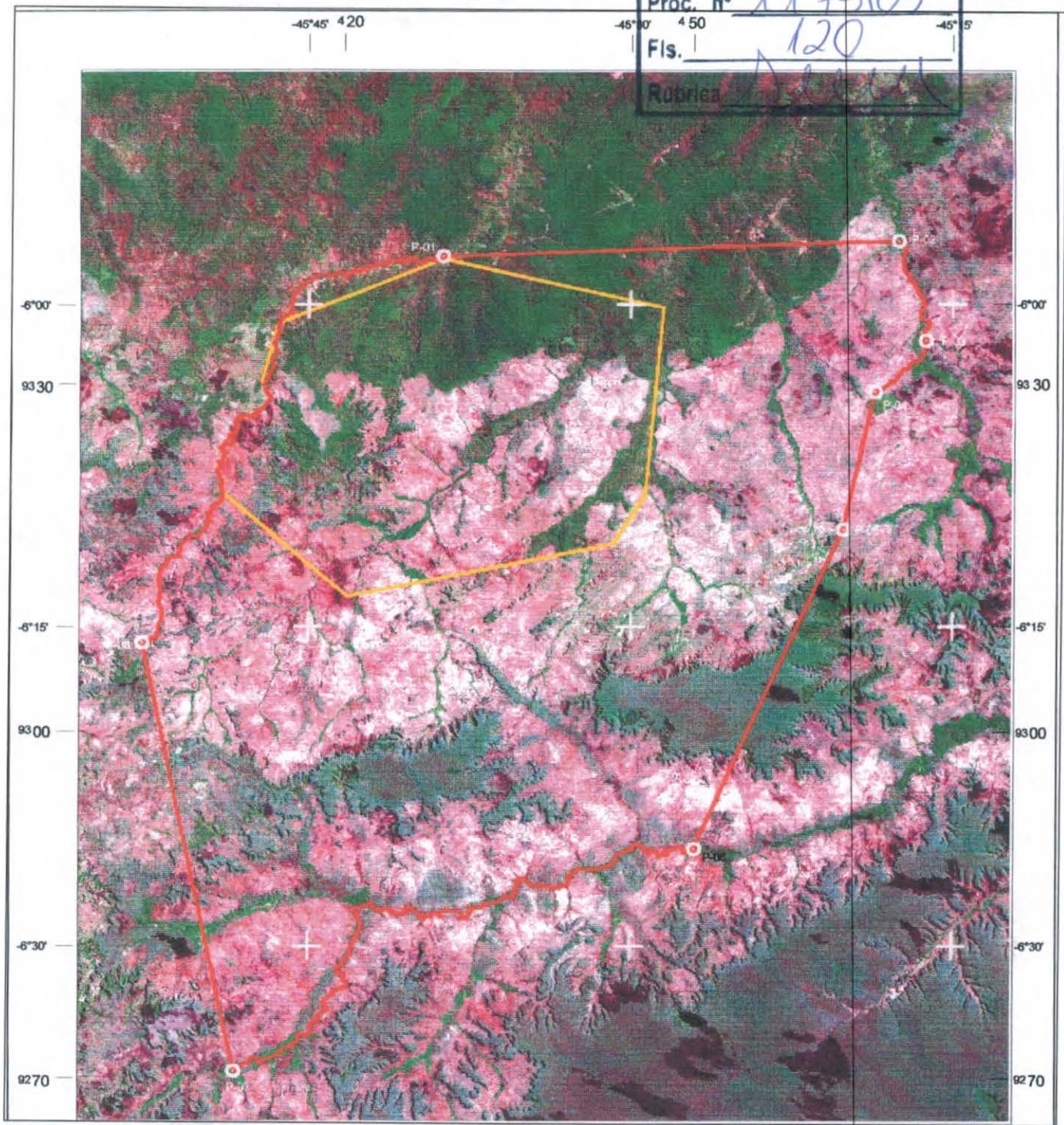


[Handwritten Signature]

Proc. nº 1175103
 Fls. 14
 Rubrica *[Signature]*



[Signature]



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DEMARCADA
 ÁREA: 79.520,2544 ha PERÍMETRO: 113.154,20 km
- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
 ÁREA: 300.000 ha PERÍMETRO: 260 km

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
DEROMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA PORQUINHOS		PLANTA: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIOS: BARRA DO CORDA FERNANDO FALCÃO		SUPERFÍCIE: 300.000 ha	PERÍMETRO: 260 km
ESTADO: MARANHÃO		ESCALA: 1:500.000	DATA: 23/01/2001
AER: BARRA DO CORDA		PROCESSO: BASE CARTOGRÁFICA: MI-1034, 1035, 1113 MI-1034, 1035, 1113	
RESP. TÈC. DEFINIÇÃO LÍMITES: JAIME GARCIA SIQUEIRA ANTROPOLOGO	RESP. TÈC. IDENTIFICAÇÃO LÍMITES: MARCELO M. ELIAS DE ALMEIDA ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA nº 72.172/D-MG	VISTO CHEFE DO DED: MARCEL FRANCISCO COLOMBO ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA nº 84.589/D-SP	PORTARIA Nº: 1122/PRES/2000

Signature

QUADRO DEMONSTRATIVO DE OCUPANTES NÃO - ÍNDIOS

PROCESSO Nº: 1385/2002

MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA e FERNANDO FALCÃO

TERRA INDÍGENA : PORQUINHOS-ALDEIA CHINELA

Nº DE ORD.	Nº DO LVA	NOME DO OCUPANTE	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	NOME DO IMÓVEL	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DE OCUP. (anos)	ÁREA DO IMÓVEL NA TI (ha)	Nº FAMILIA	Nº PESSOA	VALOR APROX. DA BENFEITORIA R\$
01	131	ABILIO LÔBO MACIEL	GAILHEIRO	FERNANDO FALCÃO	FAZ. SÃO JOSE	02	SIM	39	500,0000	01	03	17.500,00
02	292	ABSALÃO DA SILVA LIMA	MATUSALÉM	BARRA DO CORDA	SEM DENOMINACAO	02	SIM	25	10,00	01	06	2.272,00
03	65	ADALBERTO FERREIRA LIMA	CATINGUEIRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	10	3,2500	01	05	3.766,00
04	145	ADAO MARTINS DE OLIVEIRA	SÃO PEDRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	04	10,0000	01	05	665,00
05	226	ADELSON PEREIRA DA SILVA	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	68	10,0000	01	04	507,00
06	193	AÍRTON ARRUDA	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	NÃO	04	100,0000			37.946,00
07	285	AÍRTON GOMES DE CARALHO	MATUSALÉM	BARRA DO CORDA	SEM DENOMINACAO	01	SIM	40	10,00	01	08	15.112,00
08	39	ALBERTO FIRMINO DE MELO	AGUAS CLARAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	01	1,0000	01	08	1.264,00
09	344	ALBERTO SOUSA ABREU	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	01	1,0000	01	02	360,00
10	208	ALCI MARTINS DE ARAUJO NETO	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	42	10,0000	01	06	14.341,00
11	320	ALCIMONE PEREIRA DE SOUSA	BURITIRANA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	03	10,0000	01	03	1.181,60
12	190	ALCIONE CORREIA DA SILVA	BOCA DA MATA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	24	10,0000	01	05	1.030,00
13	318	ALCIONE PEREIRA DE SOUSA	BURITIRANA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	03	1,0000	01	03	649,60
14	09	ALDERICO PEREIRA COSTA	CACIMBA I	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	22	20,0000	01	03	4.204,00
15	281	ALEXANDRA DE ARAÚJO MORAES	MATUSALÉM	BARRA DO CORDA	SEM DENOMINACAO	01	SIM	10	10,00	01	08	7.800,22
16	33	ALICE SANTOS SILVA	CACIMBA III	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	03 m	1,0000	01	07	1.500,00
17	10	ALVINO COSTA SOBRAL	CACIMBA I	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	12	5,0000	01	07	1.267,00
18	182	AMBROSIO LIMA NETO	BOCA DA MATA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	NÃO	06 m	10,0000			3.188,00
19	237	ANA AMÉLIA MILHOMEM SANTOS	FAZ. ÔLHO D'AGUA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	02	SIM	28	200,0000	01	06	23.668,00
20	123	ANA MARIA DOS SANTOS	CAB. DO ZÉ MINGA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	09	10,0000	01	01	2.074,00
21	343	ANA SANTANA AVELINA ALCÂNT.	POR ENQUANTO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	15	10,0000	01	11	3.614,12
22	247	ANA SOUSA DA SILVA	ENEJITADO	BARRA DO CORDA	SEM DENOMINACAO	01	SIM	40	10,00	01	09	5.992,49
23	173	ANSELMO	SANTA ISABEL	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM					0,00
24	341	ANTÔNIA AVELINA ALCÂNTARA	POR ENQUANTO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	20	10,0000	01	04	2.910,00
25	206	ANTONIO ALVES DO NASCIMENTO	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	25	10,0000	01	04	2.257,00
26	255	ANTÔNIO BARROS DOS SANTOS	MATUSALÉM	BARRA DO CORDA	SEM DENOMINACAO	01	SIM	03	10,00	01	04	2.425,00
27	202	ANTONIO CARLOS ALVES	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	25	10,0000	01	05	960,00
28	313	ANTÔNIO CARLOS ROD. DA SILVA	BURITIRANA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	04	10,0000	01	04	565,00
29	185	ANTONIO DA CONCEICAO	BOCA DA MATA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	06	10,0000	01	04	1.230,00
30	312	ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO	CABORÉ	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	42	10,0000	01	08	718,40
31	230	ANTONIO GOMES DA SILVA	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	02	10,0000	01	03	2.875,00
32	364	ANTÔNIO JOSÉ CARMO SILVA	VENEZA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	29	10,0000	01	08	1.809,00
33	162	ANTONIO JOSE DE ALCANTARA	BOCA DA MATA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	06	10,0000	01	05	2.857,00
34	187	ANTONIO JOSE DE ALMEIDA FRAN.	BOCA DA MATA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	02	10,0000	01	03	3.044,00
35	324	ANTÔNIO LUÍS PEREIRA	VIOLETE	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	08	10,0000	01	04	1.062,00
36	201	ANTONIO MILHOMEM ARRUDA	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	20	10,0000	01	03	8.972,00

1175103
 124

[Handwritten mark]

QUADRO DEMONSTRATIVO DE OCUPANTES NÃO - ÍNDIOS

PROCESSO Nº: 1385/2002

MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA e FERNANDO FALCÃO

TERRA INDÍGENA : PORQUINHOS-ALDEIA CHINELA

Nº DE ORD.	Nº DO LVA	NOME DO OCUPANTE	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	NOME DO IMÓVEL	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DE OCUP. (anos)	ÁREA DO IMÓVEL NA TI (ha)	Nº FAMILIA	Nº PESSOA	VALOR APROX. DA BENEFITÓRIA R\$
37	114	ANTONIO NUNES DA SILVA	GAILHEIRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	09	70,0000	01	07	12.053,00
38	200	ANTONIO PEREIRA DA SILVA	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	03	10,0000	02	16	1.040,00
39	176	ANTONIO RESPLANDES DE SOUSA	BOCA DA MATA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	03	10,0000	01	07	1.056,00
40	134	ANTONIO RODRIGUES DOS SANTO	PASSAGEM DE PEDRA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	29	10,0000	01	06	6.890,00
41	99	ANTÔNIO SIMÕES BARBOSA M.	RIACHO FUNDO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	15	10,0000	01	06	3.638,00
42	31	ANTONIO SOARES	CACIMBA I	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	03 m	0,3000	01	06	768,00
43	56	ANZELINO FERREIRA DA PAZ	CATINGUEIRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	03	3,0000	01	04	171,00
44	265	ARIALDO BARROS CARVALHO	MATUSALÉM	BARRA DO CORDA	SEM DENOMINACAO	02	SIM	05	90,00	01	04	32.326,00
45	353	ARLINDO ALCÂNTARA DA SILVA	POR ENQUANTO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	48	10,0000	01	05	2.108,00
46	332	ARMANDO MACIEL ARRUDA	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	38	100,0000	01	02	8.296,60
47	128	ASTROGILDO LÔBO MACIEL	GAILHEIRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	04	10,0000	01	04	4.545,00
48	223	BENARDINO SANTANA DA SILVA	FAZENDA NOVA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	NÃO	09	10,0000	01	04	9.317,00
49	111	BENILSON GOMES DO NASCIMENTO	GAILHEIRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	01	1,0000	01	04	214,00
50	07	BENTO JESUS GOMES DE MOURA	CACIMBA I	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	01	22,0000	01	02	1.412,00
51	35	BERNADINO DE TAL	CACIMBA III	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	NÃO	03	1,0000			0,00
52	69	CARLOS ALBERTO LÔBO MACIEL	SÃO PEDRO CAZUZA	FERNANDO FALCÃO	NOVO HORIZONTE	01	SIM	08	40,5400	01	05	13.267,00
53	112	CARLOS LÔBO MACIEL	BURITI VELHO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	30	200,0000	01	02	7.061,00
54	298	CARLOS RAMOS DE ARAÚJO	MATUSALÉM	BARRA DO CORDA	SEM DENOMINACAO	01	SIM	46	10,00	01	09	1.704,00
55	96	CÉLIA MARIA RODRIGUES SANTOS	RIACHO FUNDO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	02	5,0000	01	07	372,00
56	43	CELINO PEREIRA DA SILVA	CATINGUEIRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	11	36,3500	01	07	4.803,00
57	270	CELSO OLIVEIRA DA SILVA	JENIPAPO	BARRA DO CORDA	SEM DENOMINACAO	01	SIM	50	10,00	01	13	5.456,00
58	356	CENIRA GOMES DA SILVA	VIOLETE	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	45	10,0000	01	52	2.758,28
59	289	CÍCERO DA CONCEIÇÃO MIRANDA	CABORÉ	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	01	10,00	01	32	1.340,00
60	167	CÍCERO DE ALCANTARA	BOCA DA MATA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	03	10,0000	01	108	4.782,00
61	231	CÍCERO FERREIRA DOS SANTOS	PAU FERRADO	BARRA DO CORDA	SEM DENOMINACAO	01	SIM	05	10,0000	01	04	3.688,00
62	236	CRISTINA MILHOMEM DA SILVA	FAZ. OLHO D'AGUA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	50	10,0000	01	03	10.557,00
63	347	DACI LÔBO MACIEL	POR ENQUANTO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	12	10,0000	01	02	4.722,00
64	113	DALVINO NUNES DA SILVA	GAILHEIRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	05	2,4200	01	05	2.179,00
65	79	DELCIDES JACKSON PEREIRA	BREJINHO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	02	5,0000	01	06	2.423,00
66	144	DEOCLECIANO RUBENS ARRUDA	SÃO PEDRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	32	10,0000	01	03	29.906,00
67	34	DEUSIANO FRANCISCO DE BARROS	CACIMBA III	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	10	100,0000	01	02	1.704,00
68	333	DEUSIMAR GOMES DO NASCIMENTO	SÍTIO DOS ARRUDAS	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	02	10,0000	01	07	1.496,00
69	192	DIANA CORREIA DA SILVA	BOCA DA MATA	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	05	10,0000	01	04	898,00
70	61	DIANA MARIA DUARTE DA SILVA	CATINGUEIRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	02	1,0000	01	03	171,00
71	90	DILMAR RODRIGUES CARDOSO	RIACHO FUNDO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	01	10,0000	01	08	1.375,00
72	49	DIVINO BARBOSA DA SILVA	CATINGUEIRO	FERNANDO FALCÃO	SEM DENOMINACAO	01	SIM	08	1,2500	01	04	2.825,00

Proc. nº 1175103
125

li